



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**  
**Conselho Superior**

**RESOLUÇÃO 163/2024 - CONSUP/RE/IFAP**

Homologa a Resolução nº 105/2024/CONSUP/RE/IFAP Ad Referendum, que aprovou a Reformulação Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.002048.2024-79 e as deliberações na 66ª reunião ordinária virtual do Conselho Superior, realizada no dia 10 de outubro de 2024,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a Resolução nº 105/2024/CONSUP/RE/IFAP, Ad Referendum de 30 de agosto de 2024, publicada na página do Consup no portal institucional no dia 30 de agosto de 2024, que aprovou a Reformulação Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Juliana Eveline dos Santos Farias, Presidente do Consup em exercício - PRES. CONSCD01 - CONSUP**, em 19/12/2024 11:46:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 111433

Código de Autenticação: 235a9a2c2d





# PPC

Projeto Pedagógico do Curso

**Licenciatura em Pedagogia e EPT**



2024 - 3ª versão



**O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá tem como:**

### **MISSÃO**

*Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada*

### **VISÃO**

*Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica*

### **VALORES**

*“Excelência acadêmica;  
Inclusão e diversidade;  
Transparência e gestão democrática;  
Eficiência governamental;  
Integridade e ética;  
Desenvolvimento sustentável;  
Responsabilidade social;  
Cultura e clima organizacional e  
Conservação da biodiversidade”*

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ**  
**CAMPUS OIAPOQUE**

**AUTORIDADES INSTITUCIONAIS**

**REITOR**

Romaro Antonio Silva

**PRÓ-REITORA DE ENSINO**

Cristina Coutinho de Oliveira

**DIRETORA DE ENSINO**

Júlia Milena da Paixão Oliveira

**COORDENADOR DE GRADUAÇÃO**

Gilmar Vieira Martins

**DIRETORA GERAL DO CAMPUS OIAPOQUE**

Pamela Rabelo de Oliveira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO**

Simião Mendes Carneiro

**COORDENADOR DO CURSO**

Carlos Alexandre Santana Oliveira

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REFORMULAÇÃO DO PPC**

Cristina Coutinho de Oliveira (Presidente)

Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino

Deziane Costa da Silva

Márcia Cristina da Conceição dos Santos Oliveira

Pedro Clei Sanches Macedo

Suany Rodrigues da Cunha

Tatiani da Silva Cardoso

**ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO**

Gilmar Vieira Martins

**REVISORA TEXTUAL**

Mábia Nunes Toscano

## HISTÓRICO DE REFORMULAÇÕES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Tabela 1: Histórico de reformulações do PPC do curso

Versão	Data	Alterações realizadas/ Justificativa	Aprovação
1ª	12/2020	Implantação do Curso	Resolução Nº 87/2020/Consup/Ifap
2ª	08/2024	Atendimento a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024	Resolução Nº 115/2024/Consup/Ifap
3ª	10/2024	Atualização da Resolução	Resolução Nº XX/2024/Consup/Ifap

Tabela 2: Comissões responsáveis pela criação e reformulação do PPC

Ato	Portaria	Comissão
Comissão responsável pela criação do PPC (1ª versão)	Portaria Nº 2.233/2018 GAB/RE/IFAP	<b>Angela Maria Chaves Miranda (Presidente)</b>  Ederson Wilcker Figueiredo Mendes Gilmar Vieira Martins Rita de Cassia Medeiros Borges Romaro Antonio Silva Shirly Silva Santos
Comissão responsável pela Reformulação do PPC (2ª versão)	Portaria Nº 1190/2023 GAB/RE/IFAP	<b>Cristina Coutinho de Oliveira (Presidente)</b>  Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino Deziane Costa da Silva Márcia Cristina da Conceição dos Santos Oliveira Pedro Clei Sanches Macedo Suany Rodrigues da Cunha Tatiani da Silva Cardoso
Comissão responsável pela atualização do PPC (3ª versão)	Portaria Nº 1190/2023 GAB/RE/IFAP	<b>Cristina Coutinho de Oliveira (Presidente)</b>  Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino Deziane Costa da Silva Márcia Cristina da Conceição dos Santos Oliveira Pedro Clei Sanches Macedo Suany Rodrigues da Cunha Tatiani da Silva Cardoso

## SUMÁRIO

### DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. IDENTIFICAÇÃO .....	8
2. APRESENTAÇÃO .....	10
3. HISTÓRICO DO CAMPUS.....	11

### DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	12
4.1. OBJETIVOS DO CURSO.....	14
4.1.1. Geral .....	14
4.1.2. Específicos .....	14
4.2. PERFIL DO CURSO.....	15
4.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO .....	15
5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ORGANIZAÇÃO .....	18
6. ESTRUTURA CURRICULAR .....	19
6.1. DISCIPLINAS OPTATIVAS .....	24
6.2. MATRIZ CURRICULAR POR SEMESTRE.....	26
6.3. REPRESENTAÇÃO DO PERFIL DE FORMAÇÃO .....	29
6.4. CONSOLIDAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR.....	31
7. PRÁTICA PROFISSIONAL.....	31
7.1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO .....	32
7.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO .....	32
8. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES .....	37
9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	38
10. SEMANA ACADÊMICA .....	40
11. VISITAS TÉCNICAS .....	41
12. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	41
12.1. ENSINO: PROJETOS E PROGRAMAS.....	42
12.2. PESQUISA: PROJETOS E PROGRAMAS .....	43
12.3. EXTENSÃO: CURRICULARIZAÇÃO, PROJETOS E PROGRAMAS .....	44
13. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO.....	47
14. MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	51
14.1. AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	52

14.2.	OFERTA DE COMPONENTES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	53
14.3.	ATIVIDADES DE TUTORIA .....	55
14.4.	AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	57
14.5.	MATERIAL DIDÁTICO DA EaD .....	58
14.6.	METODOLOGIA DE ENSINO.....	60
14.7.	CALENDÁRIO LETIVO.....	63
14.8.	ENCONTROS PRESENCIAIS.....	64
14.9.	PERÍODO LETIVO ESPECIAL.....	64
15.	<b>APROVEITAMENTO .....</b>	<b>64</b>
15.1.	DE ESTUDOS.....	65
15.2.	DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES.....	67
16.	<b>DEPENDÊNCIA .....</b>	<b>69</b>
17.	<b>AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO CURSO .....</b>	<b>70</b>
18.	<b>AVALIAÇÃO DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES .....</b>	<b>70</b>
19.	<b>POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....</b>	<b>71</b>
19.1.	ACESSIBILIDADE .....	71
19.2.	AÇÕES INCLUSIVAS .....	73
19.3.	AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO .....	75
19.4.	MOBILIDADE ACADÊMICA.....	75
19.5.	REGIME ESPECIAL DE APRENDIZAGEM DOMICILIAR .....	76
20.	<b>APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>77</b>
21.	<b>INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO .....</b>	<b>78</b>
22.	<b>ATIVIDADE PRÁTICAS DE ENSINO PARA AS LICENCIATURAS .....</b>	<b>78</b>
23.	<b>COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA E NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS .....</b>	<b>79</b>
24.	<b>DIPLOMAS .....</b>	<b>80</b>
25.	<b>DUPLA DIPLOMAÇÃO .....</b>	<b>80</b>

## **DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL**

26.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....	80
27.	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	81
28.	ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO .....	82
29.	CORPO DOCENTE: titulação.....	83
30.	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO .....	84
31.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE .....	84
32.	INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO .....	85

<b>33.</b>	<b>EQUIPE TÉCNICA LIGADOS AO CURSO .....</b>	<b>86</b>
------------	--	-----------

### **DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA**

<b>34.</b>	<b>ESPAÇO FÍSICO .....</b>	<b>87</b>
<b>35.</b>	<b>LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA .....</b>	<b>88</b>
<b>36.</b>	<b>ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....</b>	<b>88</b>
<b>37.</b>	<b>BIBLIOTECA.....</b>	<b>89</b>
<b>38.</b>	<b>LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA .....</b>	<b>89</b>

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

<b>39.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>
<b>40.</b>	<b>APÊNDICE A – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES.....</b>	<b>91</b>
<b>41.</b>	<b>APÊNDICE B – ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES .....</b>	<b>157</b>



## 1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 3: Identificações

DO INSTITUTO		
1	Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap)
2	Nome Fantasia	Ifap
3	CNPJ	10. 820.882/0007-80
4	Esfera Administrativa	Federal
6	Natureza Jurídica	Autarquia
7	E-mail de contato	<a href="mailto:reitoria@ifap.edu.br">reitoria@ifap.edu.br</a>
8	Endereço da página institucional na internet	<a href="http://www.ifap.edu.br">www.ifap.edu.br</a>
9	Endereço	Rodovia BR 210 KM 3, s/n - Bairro Brasil Novo. CEP: 68.909-398
DO CAMPUS		
1	<i>Campus</i>	Oiapoque
2	CNPJ	10820882000780
3	Endereço completo	Rua Joaquim Caetano da Silva, N° 870. Bairro: Central. CEP: 68980-000. Oiapoque/AP
4	Telefone de contato	(96) 98417-7795
6	E-mail de contato	dirgeral.oiapoque@ifap.edu.br
7	Diretora Geral	Pâmela Rabelo de Oliveira
DO CURSO		
1	<i>Campus</i>	Oiapoque
2	Trâmite	( ) Aprovação de PPC ( ) Reformulação de PPC (X) Atualização de PPC
3	Denominação do Curso	Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional Tecnológica
4	Eixo Tecnológico do curso	Desenvolvimento Educacional e Social
5	Título acadêmico	Licenciado em
6	Modalidade de Ensino	A Distância
7	Início de funcionamento do curso	2º semestre de 2018
8	Resolução do Ato de Criação, Autorização e Funcionamento do curso	Resolução N° 13/2018/Consup/Ifap
9	Resolução de Aprovação do Curso no Ifap	Resolução N° 87/2020/Consup/Ifap
10	Portaria de Reconhecimento do curso	Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Portaria N° 181, DE 07 de maio de 2024.

11	Parecer de Atualização	Parecer Técnico Nº 48/2024 - Cograd-Proen/Diren-Proen/Proen/Gab/Re/Ifap
12	<b>Resolução de Atualização PPC</b>	
13	Processo de reformulação	23228.002048.2024-79
14	Hora/aula	60min
15	Público	Pessoas que tenham concluído o Ensino Médio
16	Número de vagas	50 vagas por polo
17	Periodicidade da oferta	Não se aplica
18	Formas de acesso	Processo seletivo próprio
19	Regime de matrícula	Semestral
20	Turno de funcionamento	Não se aplica
21	Estágio Supervisionado	Obrigatório
22	Tempo de integralização do curso	Mínimo: 4 anos (8 semestres) Máximo: 7 anos (14 semestres)
23	Duração do período letivo	20 semanas
24	Coordenação do curso	Prof. Dr. Carlos Alexandre Santana Oliveira
25	E-mail da coordenação de curso	<a href="mailto:coliped.uab@ifap.edu.br">coliped.uab@ifap.edu.br</a>
26	Início do Curso	2º semestre letivo de 2024
27	Oferta de Curso	( ) Curso institucional (X) Curso ofertado por meio do Sistema UAB
28	Carga horária total do curso	3400h
29	Base legal	Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024

## **2. APRESENTAÇÃO**

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade a Distância, ou simplesmente Licenciatura em Pedagogia e EPT é ofertado em Rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) e demais Institutos Federais (IF's). Os IF's integrantes do Projeto de Formação em Rede, no âmbito de suas atribuições e responsabilidade social no campo do ensino, pesquisa e extensão, ao apresentar o PPC de Licenciatura em Pedagogia e EPT, em Rede, têm como objetivo contribuir com a formação e aperfeiçoamento de professores da Rede Federal, Estadual e Municipal de educação básica destes estados, para que possam ser favorecidos na formação docente e no conteúdo do desenvolvimento da prática educativa. Este PPC, elaborado em Rede, é ofertado pelas instituições parceiras em conjunto, otimizando recursos humanos e financeiros.

Estes IF's, em Rede, ao ofertar o curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, dão continuidade à trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil. Os IF's têm como um de seus objetivos o fortalecimento, como instituição educacional pública transformadora, da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e a articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico. Também com base na função social dos IF's em promover educação humanística, científica e tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho. Conforme determina a Lei nº 11.892, (BRASIL, 2008), as Instituições têm como um de seus objetivos a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica.

Nesse horizonte, a oferta deste curso vem para consolidar a evolução constante ocorrida na rede dos IF's, que é fruto de esforços, diálogos e construções coletivas. É um trabalho coletivo que evidencia as concepções e pretensões do grupo de sujeitos envolvidos na construção e implementação do currículo deste curso de graduação. O curso visa formar profissionais conhecedores e articulados com a realidade local, regional e nacional, com domínio nos conhecimentos específicos de sua área de atuação e com competência pedagógica para atuarem no exercício do magistério nas etapas da educação básica, com atenção à educação profissional e tecnológica, assim como, em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A organização do currículo do curso, proposto em quatro anos, tem na relação teoria-prática seu eixo aglutinador. Assim, seus referenciais teóricos mantêm permanente interlocução com os conhecimentos de caráter prático, procurando formar ao mesmo tempo, um profissional que domine a tradição (expertise) pedagógica, identifique as necessidades da realidade educacional e proponha alternativas novas (inovadoras) e originais aos processos educativos.

Para tanto, os discentes devem percorrer um processo formativo integrado e dinâmico pautado na concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como no reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e considera a realidade da profissão de pedagogo e dos ambientes das instituições educativas da educação básica (BRASIL, 2015).

### 3. HISTÓRICO DO CAMPUS

O campus avançado de Oiapoque, vinculado ao Instituto Federal do Amapá - Campus Macapá, foi idealizado como parte da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A proposta de criação do campus surgiu com o objetivo de interiorizar o ensino e garantir o acesso à educação profissional de qualidade em regiões fronteiriças e de difícil acesso, como o município de Oiapoque, localizado no extremo norte do Estado, na fronteira com a Guiana Francesa. Destinado ao desenvolvimento profissional no extremo norte do Amapá, área de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, o *campus* avançado Oiapoque oferta cursos técnicos na modalidade subsequente, e na forma presencial, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), conciliando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O *campus* avançado Oiapoque é vinculado, administrativamente, ao *campus* Macapá, tendo seu funcionamento autorizado pela Portaria Ministerial nº 378, de 9 de maio de 2016. As atividades educacionais começaram a partir do 2º semestre de 2016, com a oferta do curso Técnico em Contabilidade na forma subsequente, com duas turmas de 40 estudantes nos turnos da manhã e noite. A escolha do curso visava atender às necessidades de formação da comunidade local, promovendo a qualificação profissional de jovens e adultos.

Com o passar dos anos, o *campus* avançado de Oiapoque expandiu suas atividades, ampliando a oferta de cursos e consolidando sua presença na região fronteiriça. O anseio do *campus* avançado Oiapoque é consolidar-se como uma instituição de ensino de referência em

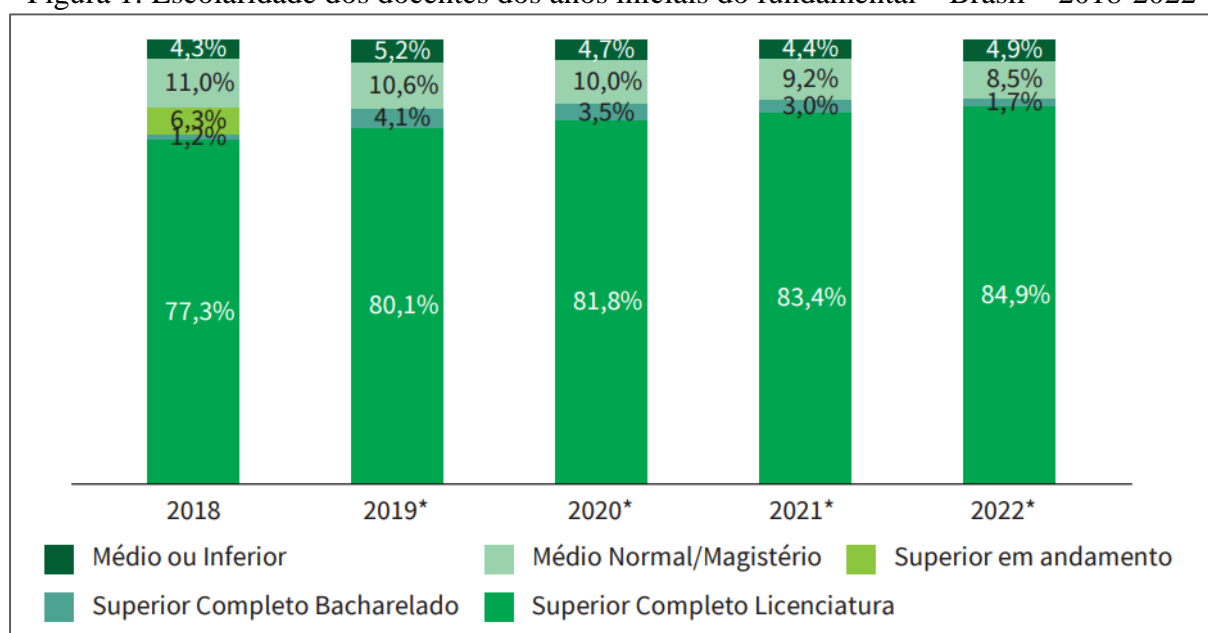
educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e cultural com reconhecimento nacional e internacional.

#### 4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade a distância, emerge como uma resposta necessária às demandas prementes da educação básica no Brasil, especialmente no que se refere à formação de pedagogos(as). De acordo com os dados do Censo Escolar de 2022, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ensino fundamental, atuam 1.414.211 e, destes 15,1% não têm licenciatura ou não têm curso superior completo.

A Figura 1, retirada do documento “Censo Escolar da Educação Básica de 2022”, publicado no portal do Inep, traduz o retrato desse cenário no Brasil.

Figura 1: Escolaridade dos docentes dos anos iniciais do fundamental – Brasil – 2018-2022



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica de 2022, Inep, 2023.

Esses números revelam a necessidade urgente de políticas educacionais que priorizem a qualificação docente, essencial para garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. A qualidade do desempenho dos alunos está intrinsecamente ligada à formação e qualificação dos professores. Diante desse contexto, a oferta do curso de Licenciatura em

Pedagogia e EPT se justifica como demanda emergente para atender a necessidade de qualificação docente na educação básica, alinhada com a transformação das exigências educacionais em um cenário cada vez mais tecnológico e globalizado.

O ensino a distância, mediado por Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Avea), surge como uma solução eficaz para a superação das barreiras geográficas e temporais, permitindo o acesso à educação em regiões remotas, como o estado do Amapá e demais áreas atendidas pela rede dos Institutos Federais (IF's). A modalidade EaD proporciona maior flexibilidade e inclusão, especialmente para aqueles que não possuem condições de frequentar um curso presencial, democratizando o acesso à formação docente.

A atividade em parceria cooperativa é uma tendência da educação que emerge da organização, em rede, na sociedade digital. Este modelo de organização, como destaca Dias (2013, p. 5), “[...] contribui de forma decisiva para a diluição das barreiras de natureza geográfica e sociais, e promove [...] o desenvolvimento das novas práticas de interação entre os indivíduos, e entre estes e os contextos de aprendizagem e conhecimento.”

Esta tendência cresce apoiada nas “[...] facilidades que as tecnologias disponibilizam para construir uma experiência de educação e comunicação aberta e global, que tem o seu maior impacto nas formas emergentes de interação social nas redes de conhecimento [...]” (DIAS, 2013, p. 5).

Deste modo, estas parcerias, sob a forma de redes colaborativas, podem se configurar em espaços de mediação social e cognitiva diminuindo as barreiras de tempo e espaço, espaços em que a distância se dilui na “[...] proximidade virtual e do envolvimento colaborativo [...]”. (p. 6)

O avanço tecnológico possibilitou uma nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância (EaD) apoiada pelos Avea's tem se expandido rapidamente como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção.

Os IF's integrantes do Projeto de Formação em Rede, cientes da sua expertise na área da formação de professores e na área tecnológica, do seu compromisso em atender a sociedade ao oportunizar condições de acesso à educação, em relação a todas as possibilidades de aprendizagem em detrimento da produção do conhecimento, e do seu compromisso com uma educação pública.

A parceria entre os IF's, por meio do Projeto de Formação em Rede, reforça essa

proposta, potencializando os recursos humanos e financeiros e otimizando o uso das tecnologias digitais para promover uma educação de qualidade. A experiência acumulada pelos Institutos Federais no campo da educação profissional e tecnológica e na formação de professores colocam os em posição privilegiada para liderar essa iniciativa, cumprindo sua função social de promover a educação pública, inclusiva e de excelência.

Além disso, a reformulação do PPC em 2024, com a inclusão da curricularização da extensão e a atualização da matriz curricular, alterações estas discutidas com o NDE e com base na legislação vigente, demonstra o compromisso do curso em atender às novas diretrizes da educação superior no Brasil, garantindo uma formação docente alinhada com as demandas contemporâneas e com as especificidades da educação básica e educação profissional e tecnológica.

#### 4.1. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do Projeto Pedagógico de Curso Licenciatura em Pedagogia e EPT são descritos abaixo.

##### 4.1.1. Geral

Proporcionar a formação superior do profissional docente, para o exercício da docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

##### 4.1.2. Específicos

- I. Instrumentalizar o futuro pedagogo frente a sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- II. Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo;
- III. Potencializar situações para a compreensão de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes;
- IV. Aprofundar o conhecimento sobre a complexidade da educação no contexto sociocultural;
- V. Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa



- educacional;
- VI. Compreender as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade;
  - VII. Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
  - VIII. Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
  - IX. Utilizar o conhecimento sobre a legislação que rege sua atividade profissional.
  - X. Melhorar, de modo satisfatório, a qualidade do ensino;
  - XI. Gerenciar o próprio desenvolvimento profissional atuando com compromisso diante das mudanças exigidas pela profissão;
  - XII. Difundir os valores estéticos, políticos e éticos, inspiradores da sociedade democrática;
  - XIII. Propiciar o protagonismo crítico para a construção do conhecimento.

#### 4.2. PERFIL DO CURSO

O Pedagogo licenciado tem como formação inicial o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A formação oferecida abrangerá, integradamente, à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas.

#### 4.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A descrição do perfil do egresso e do campo de atuação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, elaborado em Rede pelas instituições parceiras, atende a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, como passamos a descrever a seguir.

O curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecido na modalidade a distância, e em caráter de cooperação entre Institutos, em Rede, tem seu currículo estruturado no regime anual, sendo, os estágios supervisionados e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluído ao longo dos anos. Os anos de curso não possuem caráter de terminalidade, ou seja,



não confere ao acadêmico certificação intermediária.

A estrutura curricular do curso busca desenvolver competências e habilidades necessárias ao futuro professor através do aprendizado na perspectiva da interface e da transversalidade possíveis de diversos campos de saberes e das tecnologias a eles correspondentes, com vista à formação da cidadania universal e da formação profissional. Ao longo do curso serão desenvolvidas gradualmente habilidades e conhecimentos necessários à formação do licenciado em Pedagogia.

Aliada a essa vertente objetiva da formação do pedagogo, a integração dos conhecimentos é mantida, principalmente, por dois tipos de eventos: as atividades de formação que serão desenvolvidos ao longo do curso e o Seminário de Final de Curso, quando todos os estudantes apresentarão o resultado de seus trabalhos práticos e de investigação, os quais deverão ter como princípio norteador a multidisciplinaridade.

Desse modo, o perfil profissional do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT contempla o domínio dos saberes docentes para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ensino médio e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar. Atuar na gestão de espaços que necessitem de conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação, mediando atividades nas instituições escolares e não-escolares. Deverá ser capaz de criar e produzir propostas educativas para as diferentes realidades escolares, trabalhando coletivamente, elaborando e mediando a construção de materiais didáticos apropriados às realidades nas quais estiver inserido.

Também se faz necessário que esse profissional assuma uma postura política e ética, que estimule a difusão e a construção do conhecimento, possibilitando aos seus futuros alunos condições de descoberta (ou redescoberta) do prazer de aprender.

A tarefa do pedagogo é extremamente complexa, exigindo decisões imediatas e ações, muitas vezes, imprevisíveis. É importante que ele aprenda a observar, a formular questões e hipóteses e a selecionar os instrumentos e dados que o ajudem a elucidar seus problemas e a encontrar caminhos alternativos na sua prática pedagógica.

A estrutura curricular se desdobra em unidades curriculares que se propõem a responder às questões, para além dos entendimentos de senso comum. Fará parte, perpassando todo o currículo, um conjunto de conteúdos que são fundamentais.

Assim, as competências profissionais podem ser:

- a) atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- b) compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- c) fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- d) trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- e) reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- f) aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- g) relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- h) promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- i) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- j) demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental- ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- k) desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- l) participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- m) participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não- escolares;
- n) realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- o) utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- p) estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;

- q) No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão: promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária

## **5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E ORGANIZAÇÃO**

A organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância, ofertada pelo Ifap em parceria com o programa UAB, tem seus fundamentos pautados:

1. Constituição Federal de 1988, Art. 205, 206 e 208; na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996);
3. Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos e difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências;
4. Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U DE 11/02/98), que Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96);
5. Decreto nº 3.298/1999, que Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;
6. Resolução CNE/CP nº 01/2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;
7. Resolução CNE/CP nº 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores de educação básica de nível superior.
8. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
9. Parecer CNE nº 5 de 13 de dezembro de 2005, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;
10. Parecer CNE nº 3 de 21 de fevereiro de 2006, Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;
11. Parecer CNE/CEB nº 11 de 19/02/2002, Reconsideração do Parecer CNE/CEB 28/2001;

12. Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998, que trata o disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998; e a necessidade de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância;
13. Portaria Ministerial nº 2.253 de 18 de Outubro de 2001, que Portaria do MEC autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos;
14. Plano Nacional de Educação – Lei nº10.172/2001, especialmente no seu item IV, Magistério da Educação Básica, que define as diretrizes, os objetivos e metas, relativas à formação profissional inicial para docente da Educação Básica;
15. Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura;
16. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

A organização curricular baseia-se nos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, do ensino, da pesquisa e da extensão e atualização permanente do curso.

A distribuição da carga horária do curso deve ser apresentada considerando os conhecimentos organizados no currículo, abordados em sua completude nas diferentes dimensões cultural, social, humana, científica e tecnológica.

## **6. ESTRUTURA CURRICULAR**

O currículo do Curso Superior de Graduação Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância, está organizado em períodos semestrais, sendo que a organização curricular se baseia pelos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade e da contextualização, do ensino, da pesquisa e da extensão e atualização permanente do curso respeitando as Diretrizes para Educação a Distância no Brasil. Os conhecimentos organizados no currículo devem ser tratados em sua completude nas diferentes dimensões cultural, social, humana, científica e tecnológica.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

e institui a Base Nacional Comum de Formação Docente (BNC-Formação), tem-se que os cursos de formação inicial serão constituídos dos seguintes núcleos:

**Núcleo I - Geral:** 880 (oitocentas e oitenta) horas que compreende os Estudos de Formação Geral (EFG): composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para todas as licenciaturas, com previsão de início de oferta desta carga horária no 1º (primeiro) ano do curso, conforme o PPC da instituição formadora;

**Núcleo II – Específico:** 1.600 (mil e seiscentas) horas dedicadas as Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional (ACCE): composto pelos conteúdo específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.

**Núcleo III - Extensão:** 320 (trezentas e vinte) horas de Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE), realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

**Núcleo IV – Estágio:** 400 (quatrocentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado (ECS): componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

A Resolução CNE/CP nº 4/2024 traz ênfase na integração orgânica da prática pedagógica ao longo do curso. Na Tabela 4, tem-se a carga horária de cada núcleo, conforme normatiza a Resolução CNE/CP nº 4/2024.

Tabela 4 – Carga horária de cada núcleo

Divisão dos Núcleos	Horas	Porcentagem
Núcleo I - Geral: Estudos de Formação Geral (EFG)	880h	27,5%
Núcleo II - Específico: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)	1600h	50%
Núcleo III - Extensão: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	320h	10%
Núcleo IV – Estágio: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	400h	12,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3.200h</b>	<b>100%</b>

Na Tabela 5, apresenta-se os componentes curriculares e seus respectivos períodos e cargas-horárias, assim como a carga horária total de cada núcleo:

Tabela 5 – Distribuição dos componentes entre os núcleos

NÚCLEO I: Estudos de Formação Geral (EFG)				
Nº	Componente curricular	Período	CH	CH do Núcleo I
1	Fundamentos Sociais e Culturais da Educação	1	60	880h
2	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação		60	
3	Didática Geral	2	60	
4	Currículo na Educação Básica	3	60	
5	Planejamento e Avaliação Educacional		60	
6	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos		60	
7	Sociedade, Educação e Trabalho	5	60	
8	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva		60	
9	Políticas e Legislação Educacional		60	
10	Educação de Jovens e Adultos		60	
11	Sistema Braille e suas Tecnologias CH Teórica		60	
12	Língua Brasileira de Sinais - Libras	60		
13	Organização e Gestão da Educação	6	60	
14	Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia		50	
15	Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade		50	
NÚCLEO II: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)				
Nº	Componente curricular	Período	CH	CH do Núcleo II
1	Ambientação em EaD	1	60	1600
2	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem		90	
3	Metodologia Científica		90	
4	Prática como Componente Curricular I: Ambientação - Desenvolvimento Educacional e Social do Educando		60	
5	Linguagem, Alfabetização e Letramento	2	60	
6	Concepções Pedagógicas da Educação Infantil		60	
7	Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências		60	
8	Educação, Ludicidade e Corporeidade		60	
9	Metodologias e Estratégias de Ensino de Atividades Recreativas		60	
10	Prática como Componente Curricular II: Prática em Educação Infantil	60		
11	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	3	60	
12	Didática na EPT		60	
13	Metodologias e Estratégias de Ensino da Arte		60	



14	Literatura Infanto-Juvenil	4	60	
15	Metodologias e Estratégias de Ensino de Língua Portuguesa		60	
16	Metodologias e Estratégias de Ensino de Matemática		60	
17	Metodologias e Estratégias de Ensino de Geografia		60	
18	Metodologias Ativas de Aprendizagem		60	
19	Metodologias e Estratégias de Ensino de História		60	
20	Gestão do Trabalho Pedagógico	6	60	
21	Optativa I	7	60	
22	Optativa II		60	
23	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I		100	
24	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II	8	120	
Núcleo III: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)				
Nº	Componente curricular	Período	CH	CH do Núcleo III
1	Prática de Extensão I	5º	60	320
2	Prática de Extensão II	6º	90	
3	Prática de Extensão III	7º	90	
4	Prática de Extensão IV	8º	80	
Núcleo IV: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)				
Nº	Componente curricular	Período	CH	CH do Núcleo IV
1	Estágio Supervisionado I: Educação Profissional	4º	70	400
2	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil	5º	90	
3	Estágio supervisionado III: Anos iniciais do Ensino Fundamental	6º	90	
4	Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos	7º	90	
5	Estágio Supervisionado V: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	8º	60	

A Tabela 6 apresenta a quantidade de componentes curriculares em cada núcleo, a carga horária estabelecida pela Resolução nº 4/2024 e a carga horária total do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT.

Tabela 6 - Descrição da carga horária total do curso

Consolidação da carga horária total do curso	Quantidade de Componentes	Carga horária total, conforme estabelece a CNE/CP nº 4/2024	Carga horária total do PPC
Núcleo I: EFG	15	880	880
Núcleo II: ACCE	24	1600	1600
Núcleo III: AAE	4	320	320
Núcleo IV: ECS	5	400	400
Núcleo V: Atividades Complementares	-	-	200
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>3200</b>	<b>3400</b>

Na Tabela 7 apresenta-se a Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT separada conforme os Núcleos de Formação.

Tabela 7 – Matriz Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA E EPT					
NÚCLEOS	COMPONENTE CURRICULAR	Carga horária por núcleo (EM HORAS)			
		TEÓRI CA	PRÁ TICA	CURRI CULA RIZA ÇÃO	TO TAL
Núcleo I - Estudos de Formação Geral – EFG	Fundamentos Sociais e Culturais da Educação	60			60
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60			60
	Didática Geral	52	8		60
	Currículo na Educação Básica	60			60
	Planejamento e Avaliação Educacional	60			60
	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos	60			60
	Sociedade, Educação e Trabalho	60			60
	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	52	8		60
	Políticas e Legislação Educacional	60			60
	Educação de Jovens e Adultos	60			60
	Sistema Braille e suas Tecnologias CH Teórica	52	8		60
	Língua Brasileira de Sinais - Libras	52	8		60
	Organização e Gestão da Educação	60			60
	Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia	50			50
	Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade	50			50
<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO I</b>		<b>848</b>	<b>32</b>		<b>880</b>
Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos – ACCE	Ambientação em EaD	32	28		60
	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	90			90
	Metodologia Científica	90			90
	Prática como Componente Curricular I: Ambientação - Desenvolvimento Educacional e Social do Educando		60		60
	Linguagem, Alfabetização e Letramento	16	44		60
	Concepções Pedagógicas da Educação Infantil	16	44		60
	Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	52	8		60
	Educação, Ludicidade e Corporeidade	16	44		60
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Atividades Recreativas	52	8		60
	Prática como Componente Curricular II: Prática em Educação Infantil		60		60
	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	60			60
	Didática na EPT	60			60
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Arte	52	8		60
	Literatura Infante-Juvenil	52	8		60
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Língua Portuguesa	52	8		60
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Matemática	52	8		60
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Geografia	52	8		60
	Metodologias Ativas de Aprendizagem	52	8		60
	Metodologias e Estratégias de Ensino de História	52	8		60
	Gestão do Trabalho Pedagógico	60			60
	Optativa I	60			60



	Optativa II	60			<b>60</b>
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I	64	36		<b>100</b>
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II	72	48		<b>120</b>
<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO II</b>		<b>1164</b>	<b>436</b>		<b>1600</b>
Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE	Prática de Extensão I			60	<b>60</b>
	Prática de Extensão II			90	<b>90</b>
	Prática de Extensão III			90	<b>90</b>
	Prática de Extensão IV			80	<b>80</b>
<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO III</b>		<b>0</b>		<b>320</b>	<b>320</b>
Núcleo IV – Estágio Curricular Supervisionado – ECS	Estágio Supervisionado I: Educação Profissional		70		<b>70</b>
	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil		90		<b>90</b>
	Estágio supervisionado III: Anos iniciais do Ensino Fundamental		90		<b>90</b>
	Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos		90		<b>90</b>
	Estágio Supervisionado V: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica		60		<b>60</b>
<b>TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO IV</b>			<b>400</b>		<b>400</b>

#### 6.1. DISCIPLINAS OPTATIVAS

As disciplinas optativas no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT são componentes curriculares obrigatórios que fazem parte da matriz curricular do Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos.

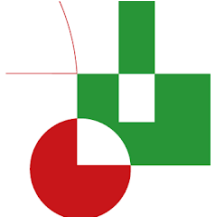
A oferta das disciplinas optativas são importantes para os acadêmicos durante o seu processo formativo, pois possibilitam que estes personalizem o seu estudo, escolhendo o que lhe é mais atrativo. A proposta optativa também auxilia a moldar a capacidade do estudante em delimitar quais são os seus objetivos profissionais. Desta forma, é importante que seja contemplado no Projeto Pedagógico do Curso possibilidades diversificadas de optativas.

Neste PPC define-se a oferta de duas disciplinas optativas no 7º (sétimo) período. As opções para a escolha e oferta das disciplinas optativas são:

- I. Educação Ambiental como Proposta Pedagógica;
- II. Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino Religioso para Educação Infantil e Anos Iniciais;
- III. Leitura e Produção Textual;
- IV. Introdução ao pensamento matemático;

Serão ofertadas apenas duas disciplinas optativas, sendo necessário que a coordenação de curso consultem os alunos no ano anterior (4º ou 5º ou 6º período) para escolha das duas

optativas que serão ofertadas no período seguinte (7º período). A escolha dos componentes curriculares optativos deverá ser realizada por votação de apenas estudantes que irão cursar as disciplinas optativas no semestre seguinte. As quatro opções deverão estar disponíveis para votação e vencerão as duas disciplinas mais votadas pelos estudantes. Após definição das duas disciplinas optativas que serão ofertadas, caberá a coordenação de curso a articulação para oferta dos componentes escolhidos pelos acadêmicos.



## 6.2. MATRIZ CURRICULAR POR SEMESTRE

Tabela 8 - Matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT: 1º ano

1º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH teórica		CH prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Ambientação em EaD	20h	12h	28h	-	60h
2º	Fundamentos Sociais e Culturais da Educação	16h	44h	-	-	60h
	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	16h	44h	-	-	60h
3º	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	20h	70h	-	-	90h
	Metodologia Científica	20h	70h	-	-	90h
4º	Prática como Componente Curricular (PCC) I: Ambientação - Desenvolvimento Educacional e Social do Educando	-	-	60h	-	60h
TOTAL		92h	240h	88h	-	420h
2º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Linguagem, Alfabetização e Letramento	16h	44h	-	-	60h
	Concepções Pedagógicas da Educação Infantil	16h	44h	-	-	60h
2º	Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências	8h	44h	8h	-	60h
	Educação, Ludicidade e corporeidade	8h	44h	8h	-	60h
3º	Didática Geral	8h	44h	8h	-	60h
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Atividades Recreativas	8h	44h	8h	-	60h
4º	Prática como Componente Curricular (PCC) II: Prática em Educação Infantil	-	-	60h	-	60h
TOTAL		64h	264h	92h	-	420h

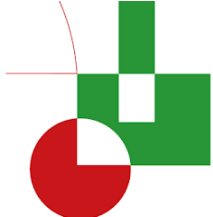


Tabela 8.1 - Matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT: 2º ano

3º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Currículo na Educação Básica	16h	44h	-	-	60h
	Planejamento e Avaliação Educacional	16h	44h	-	-	60h
2º	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	16h	44h	-	-	60h
	Didática na EPT	16h	44h	-	-	60h
3º	Metodologias e Estratégias de Ensino da Arte	44h	8h	8h	-	44h
	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos	16h	44h	-	-	60h
4º	Prática de Extensão I	-	-	-	60h	60h
TOTAL		124h	228h	8h	60h	420h
4º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Estágio Supervisionado I: Educação Profissional	-	-	70	-	70
2º	Literatura Infanto-Juvenil	8h	44h	8h	-	60h
	Metodologias e Estratégias de ensino de Língua Portuguesa	8h	44h	8h	-	60h
3º	Metodologias e Estratégias de ensino de Matemática	8h	44h	8h	-	60h
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Geografia	8h	44h	8h	-	60h
4º	Metodologias Ativas de Aprendizagem	8h	44h	8h	-	60h
	Metodologias e Estratégias de Ensino de História	8h	44h	8h	-	60h
TOTAL		48h	264h	118h	-	430h

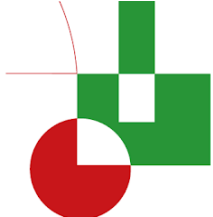


Tabela 8.2 - Matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT: 3º ano

5º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Estágio Supervisionado II: Educação Infantil	-	-	90	-	90
2º	Sociedade, Educação e Trabalho	16h	44h	-	-	60h
	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	8h	44h	8h	-	60h
3º	Políticas e Legislação Educacional	16h	44h	-	-	60h
	Educação de Jovens e Adultos	16h	44h	-	-	60h
4º	Sistema Braille e suas Tecnologias CH Teórica	8h	44h	8h	-	60h
	Língua Brasileira de Sinais - Libras	8h	44h	8h	-	60h
TOTAL		72	264	114	-	450
6º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	-	-	90h	-	90h
2º	Gestão do Trabalho Pedagógico	16h	44h	-	-	60h
	Organização e Gestão da Educação	16h	44h	-	-	60h
3º	Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia	12h	38h	-	-	50h
	Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade	12h	38h	-	-	50h
4º	Prática de Extensão II	-	-	-	90h	90h
TOTAL		56h	164h	90h	90h	400h

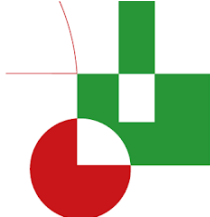


Tabela 8.3 - Matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT: 4º ano

7º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos	-	-	90h	-	<b>90h</b>
2º	Optativa I	16h	44h	-	-	<b>60h</b>
	Optativa II	16h	44h	-	-	<b>60h</b>
3º	Trabalho de Conclusão de Curso I	24h	40h	36h	-	<b>100h</b>
4º	Prática de Extensão III	-	-	-	90h	<b>90h</b>
TOTAL		<b>56h</b>	<b>128h</b>	<b>126h</b>	<b>90h</b>	<b>400h</b>
8º PERÍODO						
Módulo	Componentes Curriculares	CH Teórica		CH Prática	CH Curricularização da Extensão	CH Total
		presencial	a distância	presencial		
1º	Estágio Supervisionado V: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	-	-	60h	-	<b>60h</b>
2º	Trabalho de Conclusão de Curso II	24h	48h	48h	-	<b>120h</b>
3º	Prática de Extensão IV	-	-	-	80h	<b>80h</b>
TOTAL		<b>24h</b>	<b>48h</b>	<b>108h</b>	<b>80h</b>	<b>260h</b>

### 6.3. REPRESENTAÇÃO DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Na Tabela 9, apresenta-se a representação matricial do perfil de formação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia e EPT.

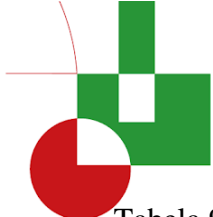


Tabela 9: Representação matricial do perfil de formação do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT

NÚCLEO I - GERAL: Estudos de Formação Geral (EFG)							
NÚCLEO II – ESPECÍFICO: Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)							
NÚCLEO III - EXTENSÃO: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)							
NÚCLEO IV – ESTÁGIO: Estágio Curricular Supervisionado (ECS)							
1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO	
1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
Ambientação em EaD	Linguagem, Alfabetização e Letramento	Currículo na Educação Básica	Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV	Estágio Supervisionado V
Fund. Sociais e Culturais da Educação	Concepções Pedagógicas da Educ. Infantil	Planejamento e Avaliação Educacional	Literatura Infanto-Juvenil	Sociedade, Educação e Trabalho	Gestão do Trabalho Pedagógico	Optativa I	TCC II
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	Metodologia e Estratégias de Ensino de Ciências	Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT	Metodologias e Estratégias de Ensino de Língua Portuguesa	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	Organização e Gestão da Educação	Optativa II	Prática de Extensão IV
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	Educação, Ludicidade e corporeidade	Didática na EPT	Metodologias e Estratégias de Ensino Matemática	Políticas e Legislação Educacional	Educação do Campo e Movimento Sociais na Amazônia	TCC I	
Metodologia Científica	Didática Geral	Metodologias e Estratégias de Ensino da Arte	Metodologias e Estratégias de Ensino de Geografia	EJA	Educação para as Relações Étnico-Raciais e Diversidade	Prática de Extensão III	
PCC I	Metodologias e Estratégias de Atividades Recreativas	Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão	Metodologias Ativas de Aprendizagem	Sistema Braille e suas tecnologias	Prática de Extensão II		
	PCC II	Prática de Extensão I	Metodologias e Estratégias de Ensino História	Libras			

#### 6.4. CONSOLIDAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do curso deverá ser integralizada de modo que os encontros presenciais terão carga horária de até 50% do total da carga horária total do curso, conforme a Tabela 10 abaixo:

Tabela 10: Consolidação da carga horária da matriz curricular do curso

Período	CH Teórica		CH Prática presencial	CH Estágio	CH Curricularização da Extensão	CH Total
	presencial	a distância				
1º	92	240	88	-	-	<b>420</b>
2º	64	264	92	-	-	<b>420</b>
3º	124	228	8	-	60	<b>420</b>
4º	48	264	48	70	-	<b>430</b>
5º	72	264	24	90	-	<b>450</b>
6º	56	164	-	90	90	<b>400</b>
7º	56	128	36	90	90	<b>400</b>
8º	24	48	48	60	80	<b>260</b>
<b>CH Total em horas</b>	<b>536</b>	<b>1600</b>	<b>344</b>	<b>400</b>	<b>320</b>	<b>3200</b>
<b>CH Total em %</b>	<b>16,75%</b>	<b>50%</b>	<b>10,75%</b>	<b>12,5%</b>	<b>10%</b>	<b>100%</b>

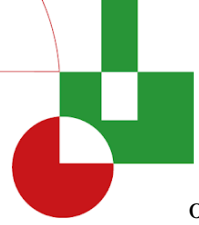
#### 7. PRÁTICA PROFISSIONAL

Como forma de garantir a integralização da formação, torna-se fundamental que a ação docente se utilize de Métodos de ensino que promovam a articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento científico, possibilitando ao acadêmico dominar o objeto de trabalho em sua prática profissional, desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, formando cidadãos éticos e profissionais qualificados.

Nesta vertente, as dimensões dos estágios supervisionados e das Práticas como Componente Curricular, se articulam de forma orgânica, consolidando os saberes e os conhecimentos profissionais que complementam a prática docente. Sendo essa prática a base para a uma educação na perspectiva emancipatória, que se solidifica na compreensão do papel da educação escolar, da docência, do ensino e da aprendizagem como mediações fundamentais para a transformação educacional e social.

Para o curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, o professor formador deverá, a cada componente curricular que ministrar, planejar o desenvolvimento de seu componente,





organizando a metodologia de cada aula e/ou conteúdo, levando em consideração as especificidades do plano de ensino. Assim como, propor atividades que estimulem e fomentem a prática profissional dos estudantes nos componentes curriculares teóricos e práticos, visando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O professor formador e o tutor presencial, responsável pela condução das aulas nos polos de apoio presencial, devem estar atentos ao processo reflexivo de suas práticas docentes, no que tange à condução dos componentes curriculares que exigem cargas horárias de atividades práticas, assim como os componentes específicos de PCC. As atividades práticas, devem ser realizadas, conforme distribuição de horas de cada componente curricular, definida na matriz curricular do curso. São essas práticas que irão conduzir os estudantes para uma formação integral e omnilateral.

### 7.1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

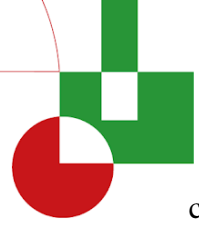
Entende-se que o “estágio curricular não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória” (Lei nº 11.788, art. 2º §2º). A não exigência desta prática profissional, ainda que não obrigatório, poderá ser realizada pelo discente, tendo suas horas integralizadas como atividades complementares. Sua prática será orientada por legislação específica interna vigente.

Esta modalidade de estágio poderá ser realizada externamente ao Ifap e dará ao aluno a oportunidade de vivenciar experiências práticas a partir do segundo ano do curso. A realização do estágio curricular não obrigatório poderá ser realizada por meio de vínculo com empresas públicas e/ou privadas, instituições de ensino e/ou pesquisa, em órgãos de administração pública, indústrias, laboratórios, projetos de pesquisa e ONGs.

No curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, prevê-se a oferta de estágio não obrigatório, em caráter opcional e, nos casos em que o estágio não obrigatório for escolhido, não é de responsabilidade do Ifap garantir um professor orientador ou supervisor de estágio.

### 7.2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O estágio supervisionado obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância, constitui uma das fases mais importantes na vida dos acadêmicos e



cumprir as exigências da Lei de Estágio nº 11.788, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e da Resolução nº 4/2024, proporcionando aos discentes o domínio de instrumentos teóricos e práticos necessários ao desempenho de suas funções.

Especificamente, busca-se, por meio desta prática, favorecer a vivência e promover o desenvolvimento no campo profissional dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso, bem como, favorecer por meio da diversificação dos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural dos estagiários. Outros objetivos previstos nesta proposta são desenvolver habilidades, hábitos e atitudes pertinentes ao exercício da docência e criar condições para que os estagiários atuem com maior segurança e visão crítica em seu campo de trabalho.

O estágio supervisionado obrigatório é uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. Logo, torna-se importante no processo de formação docente, pois este proporciona aos futuros professores, um contato imediato com o ambiente que envolve o cotidiano de um educador.

Pensar a educação é pensar a prática de estudantes e dos profissionais da educação e a maneira pela qual essa prática garanta um nível de ensino eficaz e adequado às condições sociais, políticas, econômicas e culturais dos cidadãos da região, contribuindo, por conseguinte, com a transformação do contexto no qual a educação é parte.

A formação dos futuros docentes deverá ser conduzida dentro de uma base teórica sólida articulada com a prática de ensino, sendo, portanto, o início da vivência profissional, supervisionada pela instituição formadora. Além disso, é no âmbito do processo que se consolida a relação entre a teoria e a prática. Essencialmente, a educação é uma prática intencionada pela teoria. Entende-se que ela faz parte de todos os componentes curriculares e, desta forma, é previsto neste PPC várias modalidades de articulação direta com as escolas e demais instâncias, nas quais os acadêmicos atuarão, apresentando formas de estudo, análise e problematização dos saberes nelas praticados.

Os desafios são muitos para o Licenciado. O perfil desse profissional deve buscar uma formação competente para um sistema de ensino aberto, inclusivo, integrativo e participativo.

O estágio curricular supervisionado é um momento de contato do acadêmico com a vida cotidiana da escola, nela vivenciando a realidade de seu campo de trabalho, proporcionando-lhe a observação, a análise e a reflexão acerca da prática educativa e, conseqüentemente, a dinamização da escola, a integração do corpo docente e discente, além da participação ativa nas práticas pedagógicas. O estágio curricular supervisionado é entendido como um momento de

aprendizagem, no qual o formando exerce, *in loco*, atividades específicas da sua área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

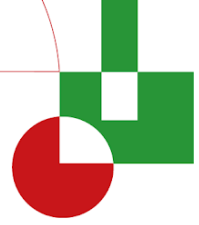
O PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, prevê-se a oferta de 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado obrigatório, que visa assegurar aos estudantes a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

É importante destacar que a ambientação no Ensino Superior é uma etapa muito importante durante o processo formativo. Respeitar o processo de maturação dos acadêmicos, em especial, nos primeiros períodos, é essencial, uma vez que este tempo de adaptação pode mitigar problemas de ordem multifatorial, como por exemplo, a evasão e a exclusão. Além disso, muitos estudantes chegam até a Educação Superior com muitas defasagens de aprendizagem de conteúdos e conceitos da Educação Básica. Nesta perspectiva, o primeiro ano (1º e 2º período) do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT prioriza componentes do Núcleo de Formação Geral e Específica. A partir do 3º período são ofertados componentes curriculares do Núcleo de Práticas Extensionistas e do Núcleo de Estágios Supervisionados.

A Estrutura curricular do estágio supervisionado deste PPC é dividida em etapas, a partir do quarto período, cumprindo a carga horária total de 400 horas. A distribuição de cada componente curricular de estágio supervisionado é descrita nas atividades da Tabela 11.

Tabela 11 – Tipos de estágios supervisionados no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT

ATIVIDADES	Encontros presenciais (Orientador)	Plano de estágio	Observação e Diagnóstico	Intervenção	Relatório Final	Carga Horária Total
Estágio supervisionado I: Educação Profissional	8h	4h	12h	40h	6h	70h
Estágio supervisionado II: Educação Infantil	8h	4h	12h	60h	6h	90h
Estágio supervisionado III: Anos iniciais do Ensino Fundamental	8h	4h	12h	60h	6h	90h
Estágio supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos	8h	4h	12h	60h	6h	90h
Estágio supervisionado V: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	8h	2h	16h	30h	4h	60h
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	<b>40h</b>	<b>18h</b>	<b>64h</b>	<b>250h</b>	<b>28h</b>	<b>400h</b>



O PPC deste curso prevê cinco momentos de estágios supervisionados, conforme o a Tabela 11, perfazendo o total de 400h de atividade prática profissional. De acordo com a tabela, cada está estágio supervisionado está subdividido em:

- a) Encontros em Sala: Os encontros em sala com o professor orientador de estágio servirá como base para orientar os estudantes quanto o planejamento e desenvolvimento do estágio;
- b) Plano de estágio: Em cada um dos estágios supervisionados, o aluno, sob orientação do professor orientador, deverá elaborar o seu plano de estágio, antes de iniciá-lo. Os professores, orientador e supervisor de estágio, deverão aprovar o plano do estagiário para que este possa iniciar seu estágio in loco;
- c) Observação e Diagnóstico: Etapa em que o estudante observa e faz o diagnóstico, por meio de orientações do local em que está inserido;
- d) Intervenção: Fase crucial em que o estagiário assume um papel mais ativo na prática docente, aplicando os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo do curso em situações reais de ensino;
- e) Relatório Final: Ao final de cada estágio, todos os estudantes deverão entregar o relatório de estágio, devidamente preenchido, conforme modelo definido em resolução interna vigente, assinado por ele e pelos professores supervisor e orientador de estágio.

A oferta dos estágios deve seguir a ordem disposta na matriz curricular deste curso. O professor orientador deverá preencher o diário de classe, descrevendo os conteúdos programáticos orientados e acompanhados conforme descrito na Tabela 11, informando os detalhes das atividades. Os Estágios poderão ser desenvolvidos em ambiente de formação escolar oficial de personalidade jurídica pública ou privada.

Os alunos matriculados em Estágio Supervisionado serão acompanhados pelo professor orientador, devendo este ser o próprio professor do componente curricular destas disciplinas, e pelo professor supervisor da escola concedente durante o desenvolvimento de práticas pedagógicas. O supervisor, designado pela escola concedente, deverá ser obrigatoriamente um professor, pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais ou outra pessoa com experiência comprovada de, no mínimo, um ano na área do estágio indicado para a função.

A avaliação do aluno estagiário será de forma qualitativa e quantitativa e será realizada pelo professor orientador e pelo professor supervisor da escola estagiada em formulários próprios desenvolvidos para tal fim. A avaliação quantitativa compreenderá os resultados alcançados pela avaliação do Plano de Estágio, pelas fichas de acompanhamento do estagiário, pelas fichas de avaliação, pelos relatórios e pelo cumprimento da carga horária de estágio na Unidade de Ensino (Escola Concedente). A avaliação qualitativa compreenderá a apreciação do desempenho do aluno estagiário frente às competências inerentes à função docente.

Os itens de avaliação de desempenho do estagiário serão desenvolvidos pelo Coordenador de Curso e submetido à apreciação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) em questionário próprio.

A elaboração do Plano de Estágio, escrito pelo estagiário – aluno, com auxílio do professor-orientador, deverá ter embasamento teórico, contendo justificativa, descrição dos objetivos e das metodologias e cronograma de atividades a serem realizadas, devendo ser analisadas e aprovadas pelo professor orientador e pelo professor supervisor.

Os registros das observações e diagnósticos deverão conter apontamentos das necessidades verificadas *in loco*, propondo alternativas da realidade do campo de estágio, tais como: organização didático-pedagógica, currículo e práticas efetivas docentes entre outros.

Os registros das intervenções na qual o aluno estagiário faz uso da prática docente deverão conter registro real das aulas ministradas, com reflexões sobre as práticas.

A nota final dos estágios supervisionados está condicionada da avaliação, pelo professor orientador, das documentações preenchidas e entregues pelos licenciandos, tais como: plano de estágio; ficha de observação e diagnóstico; ficha de intervenção; relatório final e ficha de encontros em sala; além de relatório contendo descrição do desempenho dos alunos estagiários nas unidades concedentes, assinada por quem acompanhou o desenvolvimento das atividades de estágio.

Após a avaliação do professor orientador, este deverá atribuir a nota final na escala de 0,0 a 100,0 pontos. Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver média igual ou superior a 70,0 (setenta) pontos no estágio curricular, conforme dispõe a regulamentação didático-pedagógica interna.

É de responsabilidade do professor orientador de estágio:

1. Orientar os licenciandos quanto à escolha da Escola Parceira, formalizando, juntamente com a Coordenação de Estágio, o Estágio Curricular Supervisionado a ser desenvolvidos na escola parceira;
2. Realizar, com a Coordenação de Estágio, os procedimentos necessários quanto ao estabelecimento e cadastro de parcerias com as unidades escolares para a realização de Estágios Supervisionados;
3. Orientar o processo de desenvolvimento do Estágio, articulando aspectos como conhecimentos, habilidades e competências do licenciando;
4. Supervisionar o Estágio, quanto a parceria estabelecida, estando a disposição para o trabalho em conjunto com o professor supervisor parceiro da escola concedente;

5. Orientar e auxiliar os licenciandos quanto ao preenchimento das planilhas de horas de Estágio a serem desenvolvidas, bem como quanto ao relatório de Estágio, ambos a serem entregues ao final do período letivo em que ocorreu o Estágio e todos os documentos relativos à prática de estágio;

É de responsabilidade do estudante:

1. Fazer contato, seguindo orientações do professor orientador, com o local onde será desenvolvido as atividades de Estágio, a fim de que possa ser aceito enquanto estagiário;
2. Levar, de imediato, para ciência do professor orientador de estágio, todas as situações que se apresentarem impeditivas para a realização do estágio, a fim de que providências possam ser tomadas;
3. Trabalhar em parceria com o professor supervisor do local onde o estágio está sendo desenvolvido, buscando mostrar atitudes de disposição, interesse e empenho, para que o estágio seja significativo para o local da parceria, o estagiário e o Ifap;
4. Elaborar um plano de estágio, a ser aprovado pelo professor orientador de estágio e pelo supervisor do local em que estiver estagiando;
5. Entregar o relatório final de estágio devidamente preenchido e assinado por todos os agentes.

## **8. ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES**

O curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Curriculares Complementares (ACC), ou simplesmente, Atividades Complementares (AC) com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades promovem a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do curso.

Com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso. Para integralizar as 200h, o estudante deverá executar pelo menos cinco diferentes atividades descritas no Apêndice B (Tabela 16), referente ao anexo II.

Atribui-se valores correspondente à atividade de formação do estudante associado ao nível de dificuldade da atividade desenvolvida como atividades complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT.

As AC constituem-se como atividades destinadas a estimular as práticas de estudo independente e a vivência de experiências formativas particularizadas, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno. Sendo estas compreendidas como um conjunto opcional de atividades didático-pedagógicas previstas neste PPC, cuja natureza vincula-se ao perfil de egresso do curso.

A integralização da carga horária destinada às AC é resultante do desenvolvimento de variadas atividades selecionadas e desenvolvidas pelo aluno ao longo de todo seu percurso formativo, de acordo com o Apêndice B (Tabela 16), em conformidade com a tipologia e os respectivos cálculos de cargas horárias parciais previstas para o curso.

Desse modo as Atividades Complementares podem ser desenvolvidas nas dependências dos polos de apoio presencial, assim como, nos *campi* do Ifap e em outras Instituições de Ensino.

## **9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica do(s) estudante(s), o qual será finalizado com apresentação e aprovação da banca examinadora e, por fim, após os trâmites necessários, depositado, pelo estudante, no Repositório Institucional (RI) do Ifap, conforme as diretrizes vigentes.

Além de ser uma atividade de integração de conhecimentos, a elaboração de um TCC constitui-se em uma forma de contribuir na formação do graduando.

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório sendo condição necessária a sua elaboração, construção, apresentação, defesa e depósito no RI, após correção, para a integralização do curso. Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização do TCC monográfico sob forma de artigo científico com defesa pessoal perante a banca de defesa.

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o TCC será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática do Ifap, e com organização operacional prevista na Resolução que Regulamenta o Trabalho de Conclusão de cursos no Ifap em conjunto com este PPC. Os acadêmicos poderão desenvolver o TCC de forma individual ou em dupla.

Para o desenvolvimento do TCC I, o professor do componente curricular conduzirá um



pré-projeto de TCC, tendo aprovação condicionada. Fica a critério do professor da disciplina definir o modo de avaliação das etapas avaliativas 1 e 2. Já na Etapa 3, deve ser utilizada a defesa de qualificação como instrumento avaliativo. Ressalta-se que para o acadêmico efetivar a matrícula neste componente (TCC I) é obrigatório que este tenha feito e sido aprovado no componente curricular Metodologia Científica.

No desenvolvimento do TCC II, cada estudante ou dupla terá a orientação de um professor (professor-orientador), sendo aprovação condicionada aos procedimentos de Avaliação do TCC conforme consta na Regulamentação do TCC vigente, e tendo sua carga horária computada e integralizada na matriz curricular. É condição necessária que o acadêmico tenha feito e sido aprovado no componente curricular TCC I para realizar o componente curricular TCC II.

Cada professor-orientador poderá orientar no máximo 5 (cinco) trabalhos, devendo cumprir carga horária semanal de orientação de 2 horas-aula por dupla.

Durante o desenvolvimento do TCC II, completada a metade da carga horária da disciplina, o professor orientador deverá realizar uma pré-avaliação, por meio de composição de banca de avaliação. A banca deverá ser composta por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros avaliadores, dentre eles o professor-orientador (presidente da banca) e docentes do colegiado ou de outra IES. A banca pode ser composta com a participação do co-orientador, obrigatoriamente, pertencente a IES ou Instituições de Pesquisa.

O servidor técnico-administrativo do Ifap poderá participar da banca de avaliação de TCC II, desde que atenda aos requisitos mínimos requeridos.

A nota da disciplina TCC II será registrada no diário no Suap, conforme as atividades planejadas pelo professor formador e realizada pelo estudante. Destaca-se que o professor formador da disciplina de TCC II também poderá ter planejar atividades avaliativas para o componente, tendo o estudante o dever de realizá-las.

Já a nota pela construção e defesa do TCC será calculada a partir da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca avaliadora, considerando a parte escrita e também o desempenho durante a apresentação. Após a realização da defesa e aprovação do TCC, o estudante, sob orientação do professor orientador de TCC, deverá, em prazo estabelecido em resolução interna vigente, realizar as correções do TCC e depositá-lo no RI. Todo TCC depositado no RI deverá constar na folha de rosto a média atribuída pela banca, o *status* aprovado e as assinaturas de todos os membros da banca. Após o TCC ser aprovado no RI, o



estudante deverá encaminhar no e-mail da coordenação, o *link* do TCC publicado no RI. Caberá ao coordenador de curso registrar a defesa do TCC no Suap, informando a nota e o status no sistema.

Destaca-se que a aprovação na disciplina de TCC I ou II, não garante ao estudante a aprovação na apresentação do TCC à banca examinadora. Tampouco a aprovação do TCC I e II o desobriga de realizar a defesa do TCC. Da mesma forma, ser aprovado na defesa do TCC não é condição necessária e suficiente para ser aprovado nas disciplinas de TCC I e II. Para os componentes curriculares TCC I e II não poderá haver aproveitamento de estudos e aproveitamento de conhecimento e experiências profissionais anteriores.

A aprovação em todos os núcleos são requisitos obrigatórios para a integralização deste curso de nível de graduação.

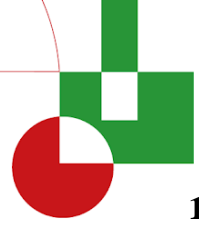
Serão aceitos como integralização do TCC trabalhos realizados por meio de produção de artigos científicos referentes aos temas de pesquisas na área do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, publicado em revistas especializadas indexadas e classificadas, pela Capes, com Qualis A ou B1, desde que orientados por um servidor efetivo de uma IES pública ou um professor formador do colegiado do curso. Os acadêmicos que realizarem publicações nestes moldes, durante a oferta do curso, serão dispensados de realizar o TCC.

O artigo científico deverá ser elaborado, aceito e/ou publicado entre o semestre inicial de matrícula até o antepenúltimo semestre de realização do curso. Caso o artigo não seja aceito e/ou publicado até o fim do antepenúltimo semestre, o estudante terá que apresentar uma modalidade de TCC nas formas supracitadas. O artigo, aceito e/ou publicado em revista com Qualis/Capes, deverá conter o orientador como um dos autores.

## **10. SEMANA ACADÊMICA**

A coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, em conjunto com os docentes, deverá desenvolver programação de visitas técnicas a empresas e a eventos da área do curso, com objetivo de proporcionar aproximação dos alunos com os Arranjos Produtivos Locais (APL).

As visitas devem ser articuladas com componentes curriculares para promover discussão e articulação dos conteúdos teóricos estudados em sala de aula com a prática do mercado de trabalho.



## **11. VISITAS TÉCNICAS**

A Semana Acadêmica é uma atividade a ser planejada pela coordenação do curso em conjunto com o pedagogo do curso, visando despertar nos alunos atitudes ligadas ao aprimoramento do conhecimento profissional, científico, tecnológico, artístico e cultural, bem como às inerentes aos aspectos de organização e participação em eventos.

O principal objetivo, além da ampliação de conhecimento, será a aproximação entre a comunidade acadêmica, empresários, Estado e sociedade como um todo. Trabalhos envolvendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão devem ser apresentados nesta semana.

A Semana Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT será conduzida pelos tutores presenciais e a distância de cada polo, com a colaboração dos acadêmicos, dos docentes e gestores ligados ao curso no *campus* e também com os gestores ligados à UAB na escola parceira. A realização da Semana Acadêmica deverá ser realizada todos os anos durante a oferta do curso, preferencialmente, na semana do Pedagogo, 20 de maio.

## **12. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

O conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental no Ifap, pois refere-se à ideia de que o ensino, a pesquisa e a extensão são três pilares interdependentes e complementares da educação, não devendo ser tratados de forma isolada, mas sim de forma integrada.

Enquanto o Ensino busca transmitir o conhecimento teórico e prático aos alunos, formando profissionais qualificados, a Pesquisa, por sua vez, promove a investigação científica e a criação de novos conhecimentos, que contribuem para o avanço das áreas de estudo e prática, sendo a Extensão, o elo entre o Ensino e a Pesquisa, que permite a aplicação do conhecimento e das habilidades aprendidas nos espaços formais para resolver problemas da comunidade e melhorar a sociedade como um todo.

Promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT envolve integrar essas três dimensões de maneira coerente e significativa ao longo do processo formativo.

Abaixo, apresentam-se estratégias para essa prática de fomento a indissociabilidade:

- 1) **Ensino:** A matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT em seu núcleo formador, a integração curricular, por meio de componentes curriculares que fomentam a curricularização da Extensão. A inclusão de cargas horárias no currículo de disciplinas específicas visa incentivar o desenvolvimento da Pesquisa, assim como fomentar práticas extensionistas, conectando-as diretamente com o Ensino;
- 2) **Pesquisa Aplicada:** Estímulo à participação dos alunos em programas de iniciação científica, onde possam desenvolver pesquisas relacionadas a temas educacionais;
- 3) **Extensão:** Desenvolver projetos de extensão que atendam às reais necessidades de escolas e comunidades, envolvendo alunos e professores em ações práticas.

Desta forma, para promover a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, foi necessário elaborar um currículo integrado que consolida a cultura de integração e colaboração entre os professores, os acadêmicos e a comunidade e, principalmente, que promove a aplicação prática dos conhecimentos teóricos e valoriza o impacto social da formação docente.

#### 12.1. ENSINO: PROJETOS E PROGRAMAS

Os projetos de ensino caracterizam-se como um conjunto de ações de ensino e aprendizagem, de trabalho educativo e/ou de intervenção, de atualização ou retomada de conteúdo, dos componentes curriculares, bem como de prática profissional. Os projetos de ensino são voltados para os estudantes, por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares ou complementares, sob a orientação de docente ou técnico administrativo.

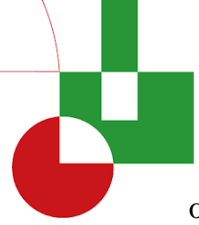
Nesta perspectiva, os servidores do Ifap poderão propor projetos de ensino para os acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT.

A monitoria, caracterizada com Programa de Ensino é uma atividade acadêmica que busca contribuir para o desenvolvimento dos acadêmicos, envolvendo-os no espaço de aprendizagem e proporcionando o aperfeiçoamento do processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino.

A atividade de monitoria poderá ser realizada através de duas modalidades distintas:

1. Monitoria com direito ao recebimento de bolsa, ofertada através de Edital próprio.
2. Monitoria voluntária, sem direito à remuneração.

O regime de trabalho do programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação



ou vínculo empregatício entre o acadêmico e o Ifap. O monitor exerce suas atividades sob orientação do professor/tutor responsável que zelará pelo fiel cumprimento das atividades previstas.

O horário das atividades do monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes, sendo atribuída carga horária compatível com as atividades de aula do educando.

O exercício da monitoria do acadêmico do Ensino Superior é vinculado a um componente curricular e deverá ter acompanhamento periódico do professor-orientador que elaborará, em cada período, um plano de trabalho com atividades previstas.

Os acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT também poderão participar dos Programas Institucionais, como por exemplo, o Programa de Iniciação à Docência (Pibid) e Monitoria, caso estes se enquadrem nos Editais de seleção do Ifap. Em caso de participação no PIBID, os acadêmicos do curso poderão abater parte da carga horária desenvolvida no Programa nos componentes de Estágios Supervisionados, desde que com a avaliação positiva da coordenação de curso, mediante o cumprimento das diretrizes no âmbito do Ifap.

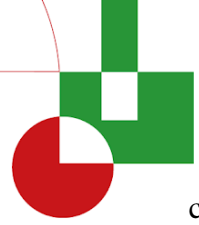
## 12.2. PESQUISA: PROJETOS E PROGRAMAS

O desenvolvimento de pesquisa é uma ação essencial na formação dos estudantes de graduação em qualquer área do conhecimento. O desenvolver pesquisa desempenha um papel crucial no desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional dos estudantes e promove um impacto significativo em várias dimensões do ensino superior o que, conseqüentemente, afeta toda a sociedade.

Os motivos pelos quais é fundamental ter a promoção da pesquisa como uma Política Pública de Estado, deve-se aos vários benefícios, tais como:

1. Desenvolvimento do Pensamento Crítico e Reflexivo;
2. Formação de Profissionais Pesquisadores;
3. Melhoria da Prática Profissional;
4. Fortalecimento da Formação Acadêmica;
5. Contribuição para a melhoria da qualidade da Educação e da Sociedade;
6. Desenvolvimento de Novas Tecnologias e Metodologias, entre outros.

A relevância e o impacto da pesquisa nos cursos de Licenciatura, especialmente, no



curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT são multifacetados e contribui, significativamente, para a formação dos educadores, assim como, para a melhoria da prática educativa.

A pesquisa é um componente com impactos profundos na formação dos professores e na qualidade da educação. Ela não apenas desenvolve competências técnicas e críticas nos acadêmicos, mas também contribui para a inovação, a melhoria das práticas pedagógicas e o desenvolvimento de políticas educacionais eficazes. Dessa forma, por meio do desenvolvimento da pesquisa científica, os estudantes se tornam profissionais mais preparados e conscientes de seu papel na transformação da sociedade.

A curricularização da pesquisa é a integração sistemática e planejada de atividades de pesquisa no currículo dos cursos de graduação. Essa ação é importante para a formação integral dos estudantes, pois lhes permite desenvolver competências essenciais para o mundo do trabalho e para a sociedade.

Embora ainda não regulamenta no Ifap, a abordagem da curricularização da pesquisa no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, envolve a integração sistemática das atividades de pesquisa ao currículo do curso, proporcionando aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades de investigação, reflexão crítica e produção de conhecimento.

Os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Ifap são destinados aos estudantes dos cursos de Graduação, regularmente matriculados e assíduos. O Programa tem por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação às pesquisas básicas qualitativas ou quantitativas e a pesquisa aplicada, enquanto instrumentos de complementação à formação profissional dos alunos do Ifap.

Assim como o Pibic, os projetos de pesquisa, em geral, também representam um importante instrumento para a complementação da formação acadêmica de estudantes visando despertar o aluno para a vocação científica, desenvolver habilidades e competências para o trabalho sistemático de pesquisa e de elaboração de trabalhos científicos.

As bolsas de Iniciação Científica (IC) poderão ser concedidas pelos órgãos de fomento ou iniciativa privada e também por projetos de pesquisa em demandas individuais dos docentes. As bolsas são oferecidas atendendo critérios estabelecidos em Edital próprio.

### 12.3. EXTENSÃO: CURRICULARIZAÇÃO, PROJETOS E PROGRAMAS

A Curricularização da Extensão, no âmbito do Ifap, consiste na inclusão de atividades

de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, com o objetivo de transformação social e impacto na formação dos discentes, por meio de atividades de extensão a serem desenvolvidas por estudantes orientados por docentes, junto à comunidade externa aos *campi* Ifap, nas regiões onde atuam, conforme previsto em legislação (interna e externa vigente).

A Curricularização da Extensão conforme as diretrizes nacionais e internas deve ocorrer por meio de programas e/ou projetos, sendo estes: minicursos, cursos de curta duração, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade, ações sociais e outras modalidades pertinentes que envolvam a comunidade externa ao Ifap.

Os projetos são formados por um conjunto de atividades processuais e contínuas, podendo ser de caráter esportivo, social, artístico, cultural ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado.

Os eventos são atividades que implicam na apresentação e/ou exibição pública de conhecimento e/ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo Ifap, podendo ser livre ou específica à comunidade externa.

Já os cursos e oficinas são ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular, podendo ser ofertadas com carga horária de até 360 horas.

Neste PPC a Curricularização da Extensão é contemplada como componentes curriculares específicos de extensão. Isto é, foram criados e inseridos na matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT quatro componentes específicos de extensão, cuja carga horária é totalmente destinada ao cumprimento de Prática de Extensão, conforme descritos nas ementas.

No caso específico da formação em Pedagogia e EPT destaca-se como fundamentais a formação de profissionais altamente qualificados para

(a) atuar na formação inicial e continuada de profissionais em nível técnico nas diversas áreas do conhecimento demandadas pelo mundo do trabalho promovendo a articulação entre a formação técnica e humanística com o objetivo de oferecer aos futuros egressos da formação técnica/profissional uma formação global, integrada, humanística e articulada entre teoria/prática;

- (b) atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental e
- (c) atuar em cargos de liderança e de gestão escolar.

Deste modo, a Extensão promovida na Licenciatura em Pedagogia e EPT deve ser fomentada e concebida em dois eixos distintos e complementares que contribuam com a atuação multifacetada do egresso.

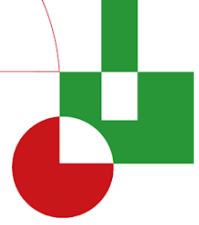
No primeiro eixo, o acadêmico, durante seu processo formativo inicial, deve realizar ações extensionistas que o coloque em diálogo com os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental que receberão oportunidade de complementar sua formação escolar.

Já no segundo eixo, este deve atuar junto aos gestores escolares e professores já formados que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental onde, via processos de formação continuada, terá oportunidade de aprender com a experiência acumulada pelos professores que estão em sala de aula e pelos gestores escolares.

Considerando os pressupostos deste subcapítulo, definem-se dois projetos principais de extensão (dois eixos) para o curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, da seguinte maneira:

- I. **Projeto de Extensão em Práticas Docentes:** práticas de extensão em que o acadêmico em formação inicial é envolvido em atividades diretas com os estudantes da Educação Infantil, das séries iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Profissional e Tecnológica cujo objetivo principal é o de atuar na complementação da formação destes estudantes. Neste processo de atuação direta com os estudantes espera-se que os acadêmicos atuem sob supervisão e colaboração do conjunto de professores envolvidos (do Ifap e das demais escolas);
- II. **Projeto de Extensão em Formação Inicial e Continuada:** práticas de extensão em que o licenciando em sua formação inicial é inserido em atividades diretas com os professores atuantes na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação Profissional e Tecnológica com os objetivos de compreender os aspectos centrais da formação geral e específica dos professores que atuam nestas modalidades de ensino, de





identificar e atuar em conjunto com os professores na busca de soluções para os problemas e gargalos específico destas modalidades de formação. Espera-se que as atividades extensionistas se desenvolvam via supervisão dos professores dos Ifap, ouvindo as demandas e necessidades da comunidade externa.

Os projetos e ações a serem desenvolvidas devem ser aprovados pelo NDE do curso e, obrigatoriamente, ser desenvolvido no escopo dos componentes curriculares conforme as Ementas e as Unidades (I, II e III) dos componentes curriculares Práticas de Extensão (I, II, III e IV)

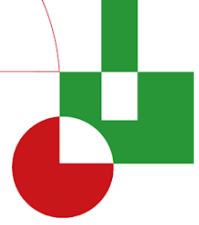
As Práticas de Extensão (I, II, III e IV) também podem ser realizadas por meio de adesão a programas de extensão, quando estas se encaixarem em um dos eixos supracitados. Recomenda-se que as Práticas de Extensão I e II sejam realizadas considerando o eixo I (**Projeto de Extensão em Práticas Docentes**) e as Práticas de Extensão III e IV (**Projeto de Extensão em Formação Inicial e Continuada**). Entretanto, docente e acadêmicos podem analisar a viabilidade do desenvolvimento de cada Prática Extensionista e, juntos, decidirem em qual eixo irão desenvolver a proposta metodológica.

### 13. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação (interna e externa) no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do aprendiz favorecendo a sua aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa no universo pedagógico, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões favoráveis à continuidade do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação sistemática/formal, processual/contínua e cumulativa, de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa que devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.





Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho do professor estudante e docentes e à relação professor-estudante, como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos estudantes em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o professor-estudante deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdo, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo. Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do professor-estudante ao longo de todo o período letivo, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho, conforme orienta a LDB.

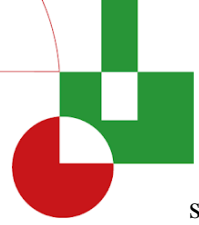
Sendo assim, é de suma importância a utilização de instrumentos diversificados pelo professor que possibilite observar o desempenho do professor-estudante nas atividades desenvolvidas durante seu processo formativo.

Partindo destes princípios, destaca-se que a avaliação do desempenho, no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como:

- a. Participação em fóruns de discussão;
- b. Elaboração de textos;
- c. Artigos;
- d. Sínteses;
- e. Trabalhos;
- f. Desenvolvimento de projetos;
- g. Provas e;
- h. Por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do Ifap e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

A oferta de um curso na modalidade a distância tem suas especificidades e, diferente de cursos ofertados de forma presencial, no qual todos os componentes semestrais são ofertados



simultaneamente, na modalidade a distância os componentes são ofertados, em geral, no formato modular.

No PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT prevê-se na organização curricular a oferta modular dos componentes curriculares. Desta forma, em cada módulo pode ser ofertado até dois componentes de forma concomitante, conforme a matriz do curso.

Cada módulo (oferta concomitante ou individual), exceto os módulos da Extensão (I, II, III e IV) e dos Estágios (I, II, III, IV e V), está dividido em 03 (três) Etapas, sendo estas denominadas por Etapa 1 (E1), Etapa 2 (E2) e Etapa 3 (E3). As Etapas estão divididas respeitando a proporcionalidade da carga horária de cada um dos componentes curriculares e cada uma das Etapas vale quantitativamente 100 (cem) pontos.

Para a formação de nota quantitativa referente a cada Etapa, será adotado 2 (dois) Instrumentos Avaliativos – IA diferentes por Etapa, sendo um IA realizado de forma presencial no polo de apoio da UAB (sob orientação do tutor) e outro IA realizado no AVA.

Entende-se por “Instrumentos Avaliativos” os recursos utilizados para coleta e análise de dados no processo ensino e aprendizagem, visando promover a aprendizagem dos alunos.

São considerados instrumentos avaliativos:

- 1) **Prova:** Tipo de coleta de informação para análise quantitativa que se baseia em questões relacionadas aos conteúdos transmitidos em sala de aula, conforme definido no planejamento docente durante a(s) Etapa(s) Avaliativa(s);
- 2) **Seminário:** Estímulo à participação dos alunos em programas de iniciação científica, onde possam desenvolver pesquisas relacionadas a temas educacionais; Reunião especializada, de natureza técnica ou acadêmica, que procura levar a cabo estudos aprofundados sobre uma determinada área de conhecimento. O uso de seminário como instrumento de avaliação deve ser utilizado de modo que envolva a participação de todos os acadêmicos. Deve ter o mínimo possível de intervenção do professor no desenvolvimento. Utilizado para análise qualitativa;
- 3) **Trabalho:** Diversidade de afazeres solicitado pelo docente ao aluno sobre determinada área de conhecimento. Tem por finalidade detectar deficiências oriundas da sala de aula. Conhecimento não apreendido durante o processo de ensino e aprendizagem
- 4) **Teste:** Tipo de coleta de informação para análise quantitativa. Geralmente contém questões relacionadas a determinado(s) conteúdo(s) previamente trabalhados em sala de aula;

- 5) **Atividade:** Tipo de coleta de informação para análise quantitativa. Visa responder questões abertas ou fechadas de conteúdo específico para fins de fixação;
- 6) **Exercício:** Tipo de coleta de informação para análise quantitativa ou qualitativa. Baseia-se na premissa de que o conteúdo estudado deve ser repetido quantas vezes forem necessárias para aperfeiçoamento na relação teoria e prática. Dentro da mesma turma os exercícios podem variar de aluno para aluno a critério do docente.

A avaliação no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT do Ifap é compreendida de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, uma vez que assume as funções dialógica, diagnóstica, processual, formativa e somativa, Nessa perspectiva, a avaliação do estudante do curso será realizada com a utilização de instrumentos de avaliação diversificados, como os elencados no capítulo anterior.

O cálculo da Média da Disciplina será realizado por meio da média aritmética das notas das Etapas 1, 2 e 3, da seguinte fórmula:

$$\text{MD} = \frac{\text{E1} + \text{E2} + \text{E3}}{3} \text{ onde:}$$

MD = Média da Disciplina;

E1 = Etapa 1;

E2 = Etapa 2;

E3 = Etapa 3;

3 = Quantidade de Etapas

A composição da nota das Etapas 1, 2 e 3 será calculada por meio da média aritmética dos dois Instrumentos Avaliativos (IA), de acordo com a seguinte expressão:

$$\frac{\text{E1} = \text{IA1} + \text{IA2}}{3}$$

$$\frac{\text{E2} = \text{IA1} + \text{IA2}}{3}$$

$$\frac{\text{E3} = \text{IA1} + \text{IA2}}{3}$$

Será considerado aprovado na disciplina o estudante que obtiver a MD igual ou superior a 70 (setenta) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina.

O estudante que obtiver MD inferior a 70 (setenta) e igual ou superior a 40 (quarenta) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina, terá direito a submeter-se a Etapa Final (EF) com objetivo de oportunizar a recuperação de aprendizagem em prazo definido no calendário acadêmico.

A Média Final da Disciplina para o acadêmico que realizar a EF será calculada por:

$$\underline{MFD = \frac{MD + EF}{2}} \text{ onde:}$$

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Etapa Final.

Será considerado aprovado na disciplina, após a realização da Etapa Final, o estudante que obtiver a MFD igual ou superior a 70 (setenta) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina.

Após a EF, o estudante que não alcançar a nota 70 (setenta) no componente, prosseguirá para o período consecutivo, cursando apenas o(s) componente(s) que não sejam pré-requisito(s) da disciplina em que se deu a reprovação. A disciplina sem pré-requisito poderá ser cursada normalmente.

O acadêmico que não realizar a EF, terá a MD, obtida no decorrer das Etapas do período letivo.

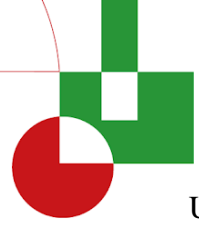
Será reprovado na disciplina o acadêmico que deixar de comparecer em mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas de cada componente curricular, ressalvados os casos previstos em Lei, independente da MD.

## **14. MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

A EaD é um modelo de ensino dinâmico, rápido, completo e eficiente. Funciona com intermédio tecnológico, por meio do qual o estudante terá acesso a um tutor à sua disposição presencial e outro à distância. Mesmo que separados no espaço físico, conseguem interação de modo efetivo e facilitado via rede mundial de computadores.

A EaD no Ifap tem sido amplamente consolidada nos cursos de nível superior, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é um programa do Ministério da Educação (MEC).

A função da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é promover a ampliação e a interiorização da educação superior, por meio da modalidade a distância. Sua prioridade é viabilizar a formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém sem graduação. Assim como, oportunizar que pessoas que não possuem formação inicial e desejam atuar na área da educação, como por exemplo, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Tecnológico, possam estudar. Além da formação inicial, a



UAB também atua, de forma contínua e sistemática, no fomento à oferta de cursos de formação continuada para aqueles que já são graduados.

O Sistema UAB, em articulação com as Instituições Públicas de Ensino (Instituições Demandantes), em geral, as Secretarias de Educação Estadual e Municipal e as Instituições Públicas de Ensino Superior (Instituições Ofertantes), em geral, as Universidades e os Institutos Federais, promove a oferta gratuita de cursos superiores a municípios que não têm cursos de formação superior.

A adesão do Ifap, como Instituição Ofertante do Sistema UAB, deu-se por meio de participação e aprovação em edital próprio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do governo federal responsável por gerir o programa. Ao ser aprovado em Edital, o Ifap tornou-se Instituição Ofertante e tem o direito de ofertar os cursos da UAB.

Já a adesão das Instituições Demandantes ao Programa da UAB acontece por meio de um Termo de Acordo, no qual as Instituições Públicas de Ensino solicitam, por meio de um processo, a adesão ao Sistema da UAB e este é analisado pelo setor competente, vinculado ao MEC.

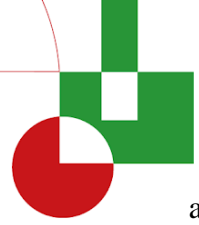
No momento, o Ifap tem um Termo de Adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, no qual o *campus* Laranjal do Jari é um polo de apoio presencial da UAB. Os demais polos da UAB no Estado Amapá são escolas do Estado e do Município.

#### 14.1. AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Avea) oficial do Ifap é o *Moodle*, uma vez que este atende às premissas estabelecidas pela instituição.

O Avea é composto por diversas funcionalidades. Entre elas, destacam-se as ferramentas de comunicação, disponibilização e organização de conteúdo, avaliações e administração. Por meio dessas ferramentas, dispõe-se de recursos utilitários que permitem a comunicação e a interação entre professores formadores, estudantes e equipe de tutoria. A possibilidade de disponibilização de materiais didáticos em distintos formatos de documentos, a administração de acessos e a geração de relatórios também são excelentes mecanismos de operação.

A equipe multidisciplinar da EaD do Ifap tem um plano de ação de avaliação e melhoramento periódico da plataforma *Moodle*. Nesse sentido, instalações de *plug-ins*, que são



adições ou alterações de *software* que permitem a personalização de programas de computadores, são frequentemente instalados.

## 14.2. OFERTA DE COMPONENTES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

A oferta de componentes curriculares na modalidade a distância, no âmbito do Ifap, é regida pelas diretrizes institucionalizadas, assim como, pelas normativas nacionais. Nesse sentido, são relacionadas a inclusão de métodos e práticas de ensino-aprendizagem nas quais estão incorporados o uso do Avea para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como encontros presenciais pelo(s) docente(s) do componente curricular e atividades de tutoria definidas nos regulamentos internos.

A oferta de um componente curricular na modalidade a distância requer uma abordagem atenciosa e planejada, que vise garantir a eficácia do ensino e da aprendizagem, no que tange atender as necessidades educacionais dos estudantes.

Ao elaborar aulas, para a modalidade a distância, os professores (formadores e conteudistas) devem levar em consideração:

### 1. Planejamento e análise

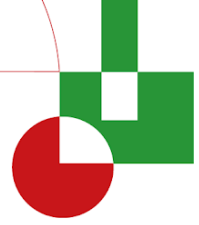
- **Objetivos de Aprendizagem:** Definir claramente os objetivos de aprendizagem que o componente deve atingir.
- **Público:** Entender o perfil dos alunos que farão parte do curso, incluindo suas necessidades e limitações tecnológicas.

### 2. Desenvolvimento do Conteúdo

- **Conteúdo Digital:** Elaborar materiais didáticos em mídia digital (textos, vídeos, áudios, apresentações), de forma que estes sejam acessíveis e inclusivos.
- **Interatividade:** Incorporar elementos interativos, tais como: fóruns de discussão, caça **palavras**, *quizzes* e atividades práticas que desafiem a interações dos estudantes.
- **Multimídia:** Utilizar diferentes formas de mídia digitais para atender as diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes (visual, auditivo, cenestésico).

### 3. Implementação e Execução

- **Cronograma:** Estabelecer um cronograma objetivo e exequível com datas para submissão das atividades avaliativas.
- **Comunicação assídua:** Manter, durante toda a oferta do componente curricular, canais de comunicação abertos e frequentes com os alunos, fornecendo suporte e *feedback* constante.



- **Avaliações:** Aplicar avaliações de forma contínua (formativa e somativa) para monitorar o progresso dos alunos.

#### 4. Avaliação e Melhoria

- **Feedback dos Alunos:** Coletar *feedback* regularmente dos alunos sobre a experiência de aprendizado e uso da plataforma *Moodle*.
- **Análise de Dados:** Usar dados analíticos para avaliar o engajamento e o desempenho dos alunos, identificando áreas de melhoria.
- **Atualização de Conteúdo:** Revisar e atualizar os materiais e atividades com base no *feedback* e nas tendências educacionais.

Todas as disciplinas devem ser apresentadas no Avea, divididas em etapas, de acordo com o calendário do período letivo. As disciplinas devem ter uma identidade visual agradável e intuitiva para facilitar a compreensão dos alunos. É fundamental que os componentes possuam um *layout* padronizado, que deverá ser planejado pelo coordenador do curso em conjunto com a equipe multidisciplinar da EaD.

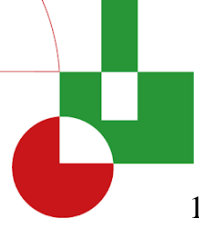
Cada componente curricular deverá propor suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem para interagir.

Destaca-se que **em todos os componentes curriculares é obrigatório a realização de avaliações presenciais** nos polos de origem, e estas devem somar 50% da pontuação total do componente curricular.

Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca setorial, para que possam executar as atividades propostas pelos professores, auxiliados pelos tutores presenciais e, quando for o caso, pelos tutores a distância.

Ao fim de cada disciplina, o estudante terá um período denominado de recuperação em que ele terá oportunidade de recuperar o aprendizado, conforme o cronograma estabelecido, sem aproveitamento total da nota final.





### 14.3. ATIVIDADES DE TUTORIA

A Educação a Distância vem apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que ainda não é possível usá-las, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

A rotina do curso envolve estratégias que devem ser perseguidas pela equipe que o constitui. Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas.

Antes da disponibilização para os alunos o coordenador do curso, fará uma reunião (presencial ou remota) de alinhamento com professor formador responsável pela elaboração e condução da disciplina juntamente com tutores presenciais e a distância. Nesta reunião será delineado todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe. É fundamental que essas reuniões aconteçam sempre antes de iniciar cada componente curricular.

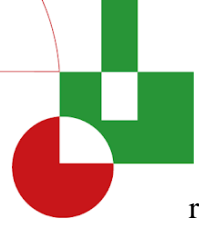
Em cada componente curricular deverá ser criado um fórum para interação entre acadêmicos e tutores, no qual os tutores, presencial e a distância, deverão realizar as orientações e informações aos estudantes em relação aos conteúdos estudados naquela disciplina.

Da mesma forma, no Avea, em espaço geral, deverá ser criada uma comunidade de informações e interações, entre acadêmicos e tutores, separados por polos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia.

O tutor presencial, sob a supervisão do coordenador de polo, deverá cumprir, obrigatoriamente, toda a carga horária de forma presencial, no polo de apoio, de preferência, em diferentes turnos, visando atender o maior número de estudantes.

O tutor presencial deverá promover os encontros presenciais coletivos (com todos os estudantes), conforme definido no calendário. Nestes encontros presenciais coletivos, o tutor presencial deverá coletar a assinatura de todos os estudantes presentes e disponibilizar no Avea para ciência do professor formador e coordenador de curso. Também ficará sob





responsabilidade do tutor presencial a aplicação de instrumentos avaliativos, assim como, a correção destes, conforme o gabarito do professor formador.

O tutor presencial deverá elaborar um planejamento de acompanhamento das atividades que deverão ser realizadas pelos alunos e auxiliar na realização destas, assim como, deverá acompanhar a entrega das atividades presenciais e ter um controle de acompanhamento das atividades entregues. O tutor presencial deverá entrar em contato com os estudantes que não entregarem as atividades avaliativas para auxiliá-los na entrega destas, se assim for o caso.

O tutor presencial também deverá acompanhar o lançamento de notas no *Moodle* e no Sistema Unificado da Administração Pública (Suap) e, em caso de inconsistências, informar, imediatamente, o professor formador, por meio de e-mail, com cópia para a coordenação do curso.

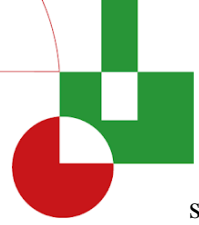
O tutor a distância deverá dar suporte aos estudantes e docentes no que tange o acesso da plataforma *Moodle* e Suap. Deverá estar disponível, de forma remota, conforme cronograma de atendimento. Sempre que for necessário, o tutor a distância deverá se dirigir até o polo de origem para auxiliar os alunos.

Assim como o tutor presencial, o tutor a distância deverá acompanhar o lançamento de notas no *Moodle* e no Suap e, em caso de divergências, informar, imediatamente, o professor formador, por meio de e-mail, com cópia para a coordenação de curso.

O tutor a distância poderá planejar projetos de ensino, voltados para a área de informática básica, com o intuito de promover a inclusão tecnológica dos estudantes.

Durante os encontros presenciais coletivos, mediados pelos tutores presenciais, é fundamental a participação do tutor a distância, para auxiliar os alunos que tenham alguma dificuldade tecnológica. Deste modo, enquanto que o tutor presencial deverá cumprir toda a sua carga horária 100% (cem por cento) no polo de apoio presencial, o tutor a distância deverá cumprir sua carga horária a distância, devendo ser reservado uma carga horária mínima, de 25% (vinte e cinco por cento), para atendimento dos estudantes nos encontros presenciais coletivos realizados no polo de apoio presencial. Com essa ação, espera-se promover a inclusão tecnológica daqueles que apresentam dificuldades em operacionalizar equipamentos tecnológicos.

É de responsabilidade do tutor a distância toda a organização do material na plataforma *Moodle*, conforme as orientações da coordenação de curso. Assim como assessorar os professores formadores, caso estes precisem inserir algum material no Avea durante a oferta de



seus componentes curriculares. Também é de responsabilidade do tutor a distância fornecer suporte técnico para a realização dos encontros remotos dos professores formadores.

#### 14.4. AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A oferta dos componentes curriculares deve ser realizada somente com a utilização do Avea Institucional.

Assim como os componentes curriculares, o Avea deve ter um *layout* padronizado, que ofereça uma identidade visual para o curso. Essa identidade deverá ser planejada pelo coordenador do curso em conjunto com a equipe multidisciplinar da EaD.

O Avea deve oferecer condições de atendimento às necessidades de aprendizagem dos estudantes, em especial dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

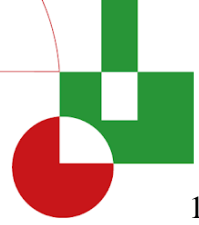
O ambiente virtual do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT deve ser organizado por semestre, no qual cada semestre deve conter os respectivos componentes curriculares, conforme o PPC do curso.

Também deverá conter um espaço coletivo, denominado “Coordenação de Curso”, no qual todos os acadêmicos deverão ser vinculados e terão acesso ao coordenador de curso. Este espaço deverá ser organizado de forma que os alunos tenham acesso a todos os tipos de informação e documentos.

Os estudantes, formadores e tutores devem realizar o acesso diário a plataforma *Moodle*, conforme o calendário letivo. É muito importante que os tutores fomentem a participação dos acadêmicos nos fóruns de discussões.

Os professores formadores, no período de vigência de suas disciplinas, devem acessar a plataforma em horário estabelecido em conjunto com a Coordenação de Curso para acompanhar as discussões nos fóruns.

Todos os instrumentos avaliativos realizados no Avea devem ter a nota e o feedback sobre as avaliações dos alunos publicados em espaço apropriado no próprio AVA. Da mesma forma, o professor formador deverá realizar o lançamento das notas no diário do Suap, imediatamente, após o lançamento destas no Avea.



#### 14.5. MATERIAL DIDÁTICO DA EaD

A qualidade da oferta do curso está diretamente relacionada com a qualidade dos materiais didáticos que são oferecidos aos estudantes, em especial dos estudantes de cursos à distância.

É imprescindível o cuidado e o zelo com a oferta dos materiais didáticos para os cursos à distância, pois estes são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que:

- I. fornecem suporte para as propostas pedagógicas;
- II. norteiam os acadêmicos;
- III. estimulam o processo de aprendizagem;
- IV. promovem a adaptação de distintas formas de aprendizagem;
- V. fomentam a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas;
- VI. potencializam a relação entre os envolvidos no processo de ensinar e aprender.

Nesta perspectiva, no âmbito do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, os materiais didáticos produzidos e utilizados no curso devem, obrigatoriamente, contemplar as referências básicas de cada componente curricular, além de serem produzidos materiais em vários formatos digitais.

Durante a elaboração do material didático, o professor deve assegurar que esta produção promova a formação integral definida neste PPC, evidenciando os aspectos de abrangência, a bibliografia adequada às exigências de formação, o aprofundamento e a coerência teórica articulados aos núcleos formadores, a interdisciplinaridade e a acessibilidade metodológica e instrumental.

Os Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA) são considerados ferramentas digitais que fornecem suporte no processo de ensino e aprendizagem, em especial, para os cursos ofertados na modalidade a distância. Os ODA são definidos como: imagens, *podcast* (áudio), vídeos, animações, simulação, *software* educacional, hipertexto (escrita não linear ao qual se agregam outros conjuntos como: imagens, sons...), jogos, infográficos, páginas da WEB destinadas ao processo de ensino e aprendizagem, entre outros.

Os ODA são importantes para oferta de cursos à distância pois possibilitam o estímulo ao pensamento dedutivo, o aumento da motivação em estudar, interação social e a comunicação e a aprendizagem por meio de ferramentas digitais.

No curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT o professor formador deverá elaborar, no mínimo, um ODA em cada etapa.

É de responsabilidade do professor formador a elaboração e o envio do material didático à coordenação de curso, conforme o prazo estabelecido. O envio do material didático deve ser realizado, **obrigatoriamente**, na totalidade e antes de iniciar a oferta do componente curricular, considerando tempo hábil de, no mínimo, três dias úteis para organização dos materiais no Avea.

O professor formador deverá enviar à coordenação de curso os seguintes materiais:

1. **Plano de Ensino:** Dados de identificação da disciplina (carga horária e cronograma das aulas síncronas e plantões de dúvidas síncronos), ementa, competências/habilidades, objetivos (geral e específicos), conteúdo programático dividido por etapas, procedimentos metodológicos e tecnológicos, recursos didáticos, avaliação e bibliografia básica e complementar. Assim como, calendário das atividades presenciais, direitos e deveres dos acadêmicos e outros aspectos gerais sobre o curso. Destaca-se que os planos de ensino devem ser elaborados conforme normatiza o PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT;
2. **Cronograma de aulas síncronas e plantões síncronos com os professores formadores:** organizado e disponibilizado por período de oferta de cada componente curricular – conterá o cronograma das aulas síncronas e dos plantões de dúvidas dos professores formadores;
3. **Materiais didáticos:** Em cada componente curricular, o professor formador deverá, obrigatoriamente, elaborar, no mínimo:
  1. Um vídeo de abertura para apresentação do componente curricular;
  2. Uma videoaula, por etapa, considerando o conteúdo programático definido no PPC do curso;
  3. Um instrumento avaliativo, por etapa, que deverá ser realizado de forma presencial, sendo este de maior peso;
  4. Um instrumento avaliativo, por etapa, que deverá ser realizado de forma a distância, sendo este de menor peso;
  5. Um *podcast* ou vídeo explicando cada um dos instrumentos avaliativos;
  6. Repositório de materiais digitais pedagógicos, por etapa, com referências em consonância com o PPC do curso.

Após o preparo do material didático, o professor formador deverá enviar os materiais para a coordenação de curso, para que esta envie o material para avaliação da equipe multidisciplinar. A equipe multidisciplinar deverá analisar o material com o intuito de assegurar que o material produzido atenda às necessidades do curso e dos estudantes. Nas turmas em que houver estudante(s) que necessite do Atendimento Educacional Especializado o material

didático deverá garantir a inclusão destes, por meio de materiais adaptados, quando a situação o exigir. É importante que os materiais didáticos produzidos garantam a inclusão de todos os agentes.

Considerando a análise da equipe multidisciplinar, em caso de aprovação parcial do material didático produzido, a coordenação de curso deverá solicitar ao professor as alterações necessárias. Em casos de aprovação total, o material didático está apto para ser estruturado no Avea.

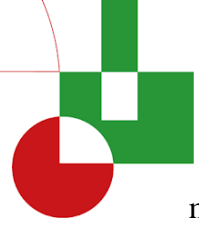
Após receber o material didático da equipe multidisciplinar, é de responsabilidade da coordenação de curso, organizar todo o material recebido no Avea de forma padronizada e intuitiva, em pasta *backup* no próprio *Moodle*. Depois de organizado o componente curricular na pasta *backup*, é de responsabilidade de cada tutor a distância a importação de cada componente curricular para o seu polo.

Os tutores a distância e presenciais, também deverão realizar a elaboração e o envio do cronograma de atendimento remoto e presencial à coordenação de curso, conforme o prazo estabelecido, para que este cronograma também seja inserido nas galerias de cada componente curricular. Da mesma forma, deverão elaborar e entregar o cronograma das atividades de aprendizagem de cada componente. A apresentação deste material deve ser clara e direta, observando a linguagem específica da EaD.

#### 14.6. METODOLOGIA DE ENSINO

A concepção de um curso de graduação a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial. Assim, por suas características, a Educação a Distância, supõe um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação a Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, não se pode deixar de ter em conta, o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita, em grande medida, a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que, mesmo investindo em materiais impressos, não se pode abrir mão de projetar também a elaboração de materiais para web, ou a utilização de



mídias digitais, como o CD-ROM e de elementos interativos que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado em parceria, pelos seis Institutos e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade contemplando os Guias do Curso e Manual do Cursista, Guia Didático das Disciplinas (por período), Caderno Didático das Disciplinas (por período). Faremos uso, ainda, dos materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios, bem como os produzidos nos cursos já ofertados pelas instituições parceiras da rede.

A Educação a Distância aponta para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

A presença e disponibilidade do tutor/orientador têm sido importantes não somente como elemento motivador, mas também, e por isso mesmo, como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento.

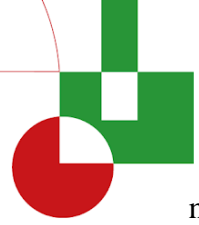
A rotina do curso envolve estratégias que devem ser perseguidas pela equipe que o constitui. Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas.

Todas as disciplinas devem ser apresentadas no Avea, organizadas conforme as diretrizes vigentes que normatizam a Resolução Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do Ifap, de acordo com o calendário.

Antes da disponibilização para os alunos, o professor responsável pela elaboração da disciplina, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e a distância, delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.

No Avea deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.

A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes,



num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura dessa rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.

Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/ participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão mediatizadas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, e-mails, redes sociais, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.

Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.

Cada componente curricular deverá propor suas atividades a distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem para interagir.

Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet, biblioteca setorial, para que possam executar as atividades propostas pelos professores auxiliados pelos tutores presenciais.

Ao fim de cada disciplina, o aluno terá um período denominado de refazer em que ele terá oportunidade de recuperar, ao longo do período, de forma paralela atividades e conteúdo sem aproveitamento total.

O curso está organizado em regime semestral com duração mínima de 8 (oito) semestres, na proporção de um para cada período letivo, sendo cada um deles integralizado por componentes curriculares. O tempo máximo para integralização do curso é de 14 semestres.

Por fim, o PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, ofertado em parceria



com a UAB é o instrumento norteador do curso, este documento se fundamenta nos princípios contidos no Regimento Geral do Ifap, no Projeto Político Institucional (PPI) contido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nas Regulamentações e Resoluções institucionais vigentes no Ifap.

#### 14.7. CALENDÁRIO LETIVO

O calendário letivo semestral/anual é elaborado pela coordenação de curso em conjunto com o pedagogo do curso e submetido à aprovação da Coordenação Geral da UAB/Ifap. O calendário poderá ser submetido ao Conselho Superior (Consup) do Ifap, caso a Coordenação Geral entenda necessário.

O calendário é estruturado em períodos letivos e cada período letivo é organizado em módulos. A estruturação do calendário letivo é realizada de forma a organizar a oferta dos componentes curriculares de forma concomitante ou individual. Isto é, a maioria dos componentes da matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT deve ser ofertada de forma concomitante (**módulo com dois componentes por vez**). Exceto os componentes elencados abaixo, que deverão ser ofertados de maneira individual. São eles:

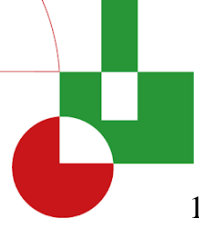
- a) Ambientação em EaD;
- b) Prática como Componente Curricular (PCC) I e II;
- c) Extensão I, II, III e IV;
- d) Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V.

Para a elaboração do calendário letivo deve-se considerar a carga horária semanal de vinte horas aulas (20h/a) e a carga horária diária de quatro horas aulas (4h/a), sendo a hora aula equivalente a hora relógio.

Para a oferta concomitante (dois componentes por vez) deve-se contabilizar dez horas aulas (10h/a) semanais para cada componente. Já para a oferta individual (um componente por vez), deve-se contabilizar vinte horas aulas (20h/a) semanais para este componente.

Para possibilitar que os estudantes tenham tempo para familiarização com o Avea, o componente de Ambientação em EaD, mesmo sua oferta ocorrendo de forma individual, este deverá ter duração de 6 semanas.





#### 14.8. ENCONTROS PRESENCIAIS

Os encontros presenciais coletivos são fundamentais para a formação integral dos acadêmicos. A interação entre os estudantes, tutores e professores formadores deve ser viabilizada para possibilitar troca de informações e experiências.

A participação dos estudantes nos encontros presenciais realizados nos polos de apoio da UAB é obrigatória, sendo esta condição necessária para sua aprovação nos componentes curriculares. O tutor presencial é o agente responsável pela coleta das assinaturas na lista de frequência dos estudantes presentes nos encontros.

Observando a carga horária de cada componente curricular, deve-se atender a quantidade de semanas letivas e a quantidade de encontros presenciais, conforme Tabela 12 abaixo:

Tabela 12: Quantidade de semanas letivas e de encontros presenciais

Carga horária do componente	Quantidade de semanas letivas	Quantidade de encontros presenciais
50h	5	3
60h	6	4
90h	9	5
100h	10	6
120h	12	7

#### 14.9. PERÍODO LETIVO ESPECIAL

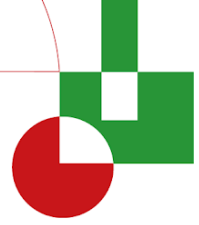
Considera-se o período letivo regular a oferta dos componentes curriculares, conforme estabelece a matriz curricular do curso e calendário acadêmico elaborados pelo Ifap.

O Período Letivo Especial (PLE) consiste na oferta de componente curricular, sem redução de carga horária e aproveitamento, e é ofertado, mediante decisão técnico-administrativa, de acordo com os casos previstos nas Regulamentações Institucionais do Ifap.

### 15. APROVEITAMENTO

O Aproveitado no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT dar-se-á de duas formas:

#### I. Aproveitamento de estudos;



## II. Aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores

### 15.1. DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos é caracterizado como o reconhecimento de equivalência de um componente(s) ou atividade(s) curricular(es) cursada em uma instituição de ensino superior e a instituição em que o acadêmico requer o aproveitamento. A obtenção do aproveitamento de estudos dispensa o acadêmico da obrigatoriedade de refazer o(s) componente(s) ou atividade(s) curricular(es) que integra a matriz curricular do curso e que já foi estudada anteriormente em outras instituições de ensino superior ou até mesmo na mesma instituição em que se solicita o aproveitamento.

O aproveitamento de estudos pode ocorrer, por exemplo, quando o acadêmico já cursou um componente curricular em outra instituição de ensino superior, no mesmo nível de ensino, e deseja não refazer este componente no Ifap.

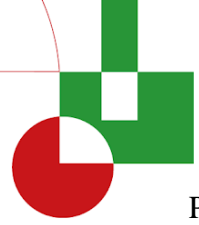
No curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT de aplica-se o aproveitamento de estudos aos acadêmicos que tenham realizado outra formação em nível de graduação de forma completa em Instituições Públicas de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC. Desde que haja correlação e afinidade com o perfil do egresso e conclusão do curso em questão.

Os critérios para creditar componente(s) no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT são:

1. Solicitar o aproveitamento de estudos dentro do prazo estabelecido em calendário letivo;
2. O componente curricular deve ter sido realizada nos últimos 5 anos;
3. O componente curricular deve apresentar relação direta com o curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT;
4. Os componentes curriculares devem apresentar compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) entre as ementas (conteúdo programático) e a carga horária;
5. Ter sido aprovado no componente curricular.

Para validar o aproveitamento de estudos em componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, o acadêmico deverá solicitar o aproveitamento dentro do prazo estabelecido no calendário letivo enviando a documentação necessária para o e-mail da coordenação de curso ([coliped.uab@ifap.edu.br](mailto:coliped.uab@ifap.edu.br)), que junto com o NDE deverá analisar o pedido e emitir parecer técnico quanto o pedido do aluno.

Os documentos comprobatórios que o acadêmico do curso de Licenciatura em



Pedagogia e EPT deverá, obrigatoriamente, enviar para requerer o aproveitamento de estudo são:

1. Documento da Instituição de reconhecimento junto ao MEC;
2. Projeto Pedagógico do Curso homologado;
3. Ato de Criação do Curso;
4. Diploma do curso de graduação, caso o curso tenha sido concluído, devidamente reconhecido;
5. Histórico Acadêmico, contendo a nota/conceito de aprovação e a frequência, assinado eletronicamente.
6. Requerimento de aproveitamento de estudos.

É permitido utilizar o aproveitamento conjunto de 2 (dois) ou mais componentes para equivalência de 1 (um) componente desde que, reunidos, no mesmo processo (requerimento). Da mesma forma, será permitida a utilização de 1 (um) componente curricular, no mesmo processo, para dispensa de 2 (duas) ou mais componentes. Em ambos os casos, no momento da análise, o NDE deve atentar-se para a exigência da compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) entre as ementas (conteúdo programático) e a carga horária.

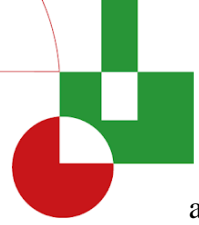
O aproveitamento de estudos não será concedido quando:

1. O acadêmico não entregar toda a documentação comprobatória;
2. O acadêmico não ter sido aprovado no componente;
3. Não houver compatibilidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) entre as cargas horárias e as ementas (conteúdo programático) dos componentes;
4. O aproveitamento do componente já tiver sido solicitado anteriormente e indeferido para a dispensa do mesmo componente, com a mesma documentação;
5. Algum componente cursado que já tenha sido utilizado para dispensa em processos anteriores.

O componente curricular deverá ser registrado no Suap com a denominação e carga horária constantes na matriz curricular do curso, com a situação de “Aproveitamento de Estudos” (AE). Para o aproveitamento de estudos, não deverá ser registrado nota, mas sim o conceito (aprovado).

O período de envio de requerimento de aproveitamento de estudos deve ser inserido no calendário letivo do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT e os acadêmicos devem estar atentos aos prazos.

O período para solicitação de aproveitamento de estudos não pode ultrapassar 2 (duas) semanas, após o início do período letivo. O NDE, responsável por avaliar os pedidos de aproveitamento, terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para deferir ou indeferir o pedido. Em caso de indeferimento, o parecer deverá conter justificativa devidamente fundamentada para a não



aprovação do aproveitamento.

O acadêmico, enquanto aguarda o parecer, deverá frequentar as aulas do componente do qual requereu a dispensa, inclusive, realizar os instrumentos avaliativos, até o deferimento ou indeferimento do pedido de aproveitamento.

Em caso de indeferimento na requisição do aproveitamento de estudos deverá ser resguardado o direito do acadêmico de recorrer da decisão. Para isso, o acadêmico deverá enviar recurso para o e-mail da coordenação de curso em até 7 (sete) dias úteis após a comunicação do resultado. A banca avaliadora, por meio da coordenação de curso, terá 7 (sete) dias úteis para comunicar a resposta ao recurso.

O acadêmico deverá cursar, obrigatoriamente, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos componentes curriculares no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT ofertado Ifap, para ter direito ao diploma após a conclusão do curso.

O aproveitamento de estudos e o aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores são cumulativos.

## 15.2. DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores é definido como a possibilidade do acadêmico utilizar conhecimentos adquiridos em experiências anteriores, formais ou informais, diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. Esse aproveitamento concede ao acadêmico a dispensa da obrigatoriedade de fazer componentes que fazem parte da matriz curricular do curso,

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9394/96, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

1. Em qualificações profissionais e ou, ainda, estudos regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Superior;
2. Em Cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
3. Em outros Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em Cursos Superiores de Graduação, mediante avaliação do estudante;

4. Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos no trabalho ou por outros meios informais serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática de cada uma das Instituições parceiras, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, constituída, especialmente, para este fim (o NDE também poderá atuar como banca examinadora em caso de impossibilidade de constituição de outra banca). A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Instituição.

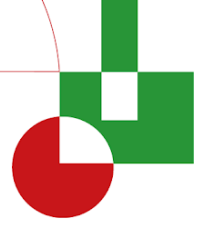
Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

Os critérios para creditar o aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT são:

6. A(s) avaliação(ões) proposta(s) pela banca examinadora terá(ão) valor do componente curricular;
7. Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver rendimento igual ou superior a 70 (setenta), sendo dispensado de cursar o componente;
8. A dispensa de disciplinas por aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores será limitada a 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso;
9. O requerimento de aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores deverá ser feito conforme calendário acadêmico.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser instruído processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.



O período para envio de requerimento pleiteando o aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores deve constar no calendário letivo do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT e os acadêmicos devem estar cientes dos prazos.

O período para solicitação não pode ultrapassar 2 (duas) semanas, após o início do período letivo. A banca examinadora, responsável por avaliar os pedidos de aproveitamento, terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para deferir ou indeferir o pedido. Em caso de indeferimento, o parecer deverá conter justificativa devidamente fundamentada para a não aprovação do aproveitamento.

O acadêmico, enquanto aguarda o parecer da banca, deverá frequentar as aulas do componente do qual requereu o aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores, inclusive, realizar os instrumentos avaliativos, até o deferimento ou indeferimento do pedido de aproveitamento.

Em caso de indeferimento na requisição do aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais, será resguardado o direito do acadêmico de recorrer da decisão, por meio de envio de recurso para o e-mail da coordenação de curso em até 7 (sete) dias úteis após a comunicação do resultado. A banca avaliadora terá 7 (sete) dias úteis para responder o recurso.

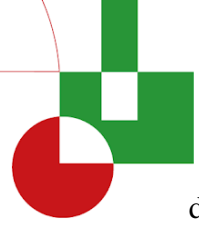
Não poderá ser concedido aproveitamento de conhecimentos e experiências profissionais anteriores para componentes curriculares em que o acadêmico tenha sido reprovado.

## **16. DEPENDÊNCIA**

O discente que não conseguir rendimento para obter a aprovação em determinado componente curricular ao final do período letivo deverá refazer o componente curricular em regime de dependência. Considera-se dependência de componentes curriculares para o discente retido por reprovação por nota e/ou falta no período regular de oferta do curso.

O acadêmico poderá cursar a dependência no período consecutivo àquele em que foi reprovado, desde que o componente curricular seja ofertado e haja disponibilidade de vaga na turma pleiteada.

Poderá ser ofertada turma excedente no contra turno, caso não existam vagas suficientes na turma regular para todos os acadêmicos em dependência, de acordo com parecer a ser emitido pelo NDE. Demais casos serão analisados com base na Regulamentação Institucionais



do Ifap e quando ausentes serão analisados e resolvidos pelo NDE.

## **17. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO CURSO**

A avaliação da qualidade dos cursos de graduação, no âmbito do Ifap, leva em consideração a auto avaliação institucional, realizada de forma permanente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), assim como, o resultado das avaliações externas, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Tais resultados subsidiam o aprimoramento contínuo e planejamento dos cursos de graduação.

Outra metodologia eficiente de avaliação da qualidade dos cursos de graduação é realizada pela Procuradoria Educacional Institucional (PEI) da Pró-Reitoria de Ensino (Proen), no qual, após o relatório oriundo do ato de reconhecimento de curso, realiza-se um guia de acompanhamento dos indicadores que devem ser acompanhados. Este guia tem como intenção mitigar as fragilidades da instituição, por meio de ações planejadas a curto, médio e longo prazo, assim como, potencializar as ações de sucesso.

O plano de ação da equipe multidisciplinar da EaD do Ifap também auxilia na qualidade da oferta dos cursos a distância, pois viabiliza o melhoramento da oferta de cursos nesta modalidade, uma vez que identifica aspectos significativos e norteadores que aperfeiçoam o desenvolvimento didático-pedagógico do curso.

A avaliação da qualidade do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT também é planejada considerando o PPC do curso e as alterações nas diretrizes internas e nacionais. Essa avaliação é executada de forma sistêmica e processual. A avaliação busca atender os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que é caracterizado como um mecanismo de acompanhamento contínuo do processo de oferta e consolidação de cursos de graduação.

O NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, em articulação com o Colegiado do Curso, planeja e implementa a adequação do PPC às diretrizes legais considerando a necessidade, embasando-se na análise dos dados coletados nas instâncias internas e externas.

## **18. AVALIAÇÃO DA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES**

Ações estratégicas institucionais sobre Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifap



estão traçadas na Resolução 36/2016 que aprova o Programa Estratégico Institucional de Permanência e Êxito De Estudantes do Ifap.

Este Programa é periodicamente revisado pelo Ifap, com objetivo de traçar políticas estudantis que possibilitem a continuidade da vida acadêmica do discente durante a integralização do curso de Superior de Licenciatura em Pedagogia - EaD.

## **19. POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

As políticas de assistência estudantil são definidas por meio de um conjunto de políticas que objetivam garantir a permanência dos estudantes dentro da instituição de ensino. A finalidade é estabelecer um padrão de equidade entre os estudantes e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior.

Os serviços e ações disponibilizados aos acadêmicos do Ifap são:

1. Programa de Assistência Estudantil
2. Programa Bolsa Permanência
3. Bolsa Monitoria
4. Serviço de Saúde
5. Serviço Social
6. Serviço de Psicologia
7. Serviço Educacional

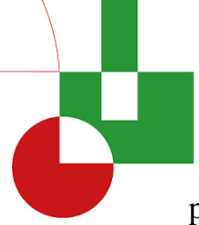
Podem participar da política de assistência estudantil todos os alunos regularmente matriculados e frequentes nos cursos oferecidos pelo Ifap, conforme editais, programas e projetos ofertados pela Instituição.

### **19.1. ACESSIBILIDADE**

É de vital importância que as Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia otimizem e promovam o desenvolvimento de ações educacionais inclusivas, permitindo, de maneira efetiva, o acesso à educação de qualidade na sua gestão. A visão de escola inclusiva se concretiza promovendo educação, principalmente, a profissional, de forma acessível, independentemente de sua deficiência: social, intelectual ou física.

A acessibilidade é um direito, previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiências, que





possibilita o indivíduo viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Para as ações de adequação arquitetônica o Ifap, por meio do Setor de Engenharia e Infraestrutura e do Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas (Napne), buscou-se realizar ações com vistas garantir a adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico do ambiente acadêmico, visando assim:

1. Garantir o atendimento à legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica;
2. Planejar e executar planos de acessibilidade arquitetônica nas unidades
3. Planejar e executar planos de acessibilidade arquitetônica;
4. Adequar acessos, circulação e sinalização a necessidades de acessibilidade arquitetônica;
5. Adequar ambientes administrativos;
6. Adequar ambientes educacionais;
7. Licitar e contratar empresas de prestação de serviços;
8. Atender aspectos de acessibilidade a de acordo com as exigências de NR 9050;

O Napne tem como objetivo contribuir com o processo de ensino e aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais específicas, colaborando nas adaptações curriculares, arquitetônicas, atitudinais e de comunicação, conforme a especificidade de cada estudante. Dessa forma, o Napne atua diretamente no desenvolvimento de ações inclusivas que promovem a cultura da "educação para a convivência" e a aceitação da diversidade.

Sob a perspectiva da justiça e responsabilidade social, o Ifap assume em suas ações nova dimensão, a fim de fortalecer a importância da educação adequada a pessoas com necessidades educacionais específicas mediante o cumprimento de legislações que protejam a cidadania de que todos têm direito.

Nessa perspectiva, para a consolidação da política de inclusão, no âmbito do Ifap, elegeram-se as ações a partir do desenvolvimento de um processo contínuo de sensibilização e formação, objetivando a apropriação de referenciais teóricos e o intercâmbio de saberes e práticas interinstitucionais, por intermédio das seguintes ações:

1. Realização de Encontros de Educação Inclusiva;
2. Efetivação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e contratação de profissionais especializados;

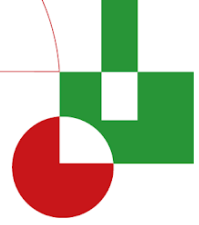
3. Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada visando à capacitação de servidores técnicos e docentes do Ifap;
4. Criação de mecanismos para a realização de cursos e minicursos para docentes e técnicos, destacando-se o curso de Libras;
5. Organização de Ciclos de Estudos, workshops, Encontros Estaduais e Fóruns com o tema da Inclusão;
6. Aquisição de material bibliográfico sobre a inclusão de Portadores de Necessidades Educacionais Específicas (PNEE), bem como criação e ampliação de acervo adaptado (Braile, fonte ampliada, libras, “livro falado”) da biblioteca do IFAP;
7. Elaboração de projetos nas diversas áreas para atender às seguintes especificidades: Transtornos Globais do Desenvolvimento; deficiências físicas; deficiências intelectuais; deficiências visuais; surdos; altas habilidades e superdotados; idosos; PROEJA; diversidade sexual; indígenas; quilombolas; afrodescendentes e menores em risco social;
8. Implantação e disponibilização da biblioteca do “Livro Falado” para atender prioritariamente estudantes cegos e de baixa visão da Instituição de Ensino da Rede Pública e Particular.

## 19.2. AÇÕES INCLUSIVAS

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

Dessa forma, com base na Política de Inclusão e Acessibilidade do Ifap o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e oportunidades educacionais:

1. **Pessoas com necessidades educacionais específicas:** consolidando o direito das pessoas com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, sendo o Napne, o articulador destas ações, acompanhado de equipe multiprofissional do Campus.
2. **Gênero e diversidade sexual:** e todo o elenco que compõe o universo da diversidade para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED).
3. **Diversidade étnica:** voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e das questões Indígenas, Lei nº 11.645/2008, que



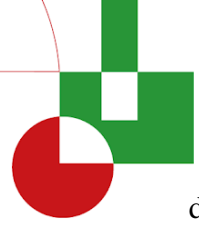
normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas, ficando a cargo do Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena (NEABI).

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância, considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído:

1. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996);
2. Na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008;
3. No Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida;
4. No Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
5. No Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado;
6. Na Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
7. No parecer CNE/CEB nº 3 de 2013, que trata da Terminalidade Específica e na Lei nº 13.146/ 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes.

O curso também contempla em sua proposta a possibilidade de flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da terminalidade específica, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. Bem como, a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento,



dinamismo curricular e educacional.

Os acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT poderão solicitar, quando necessário, o Atendimento Educacional Especializado.

### 19.3. AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Após promover o ingresso dos estudantes, de forma a preencher todas as vagas ofertadas nos editais discentes do Ifap, promover ações de permanência que visem garantir o êxito dos estudantes é fundamental.

As ações de permanência são caracterizadas como programas institucionais planejados e implementados para viabilizar a permanência dos estudantes no Instituto e, neste contexto, mitigar ao máximo a taxa de evasão no Ensino Superior.

As ações de permanência que corroboram para o êxito dos estudantes, incluem:

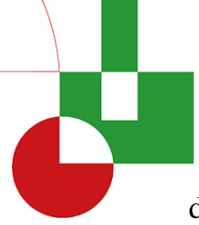
1. Auxílio financeiro, por meio de bolsas;
2. Ações pedagógicas;
3. Ações de assistência estudantil, como a oferta de auxílio;
4. Atendimentos (médico, odontológico, social e psicológico);
5. Atendimento Educacional Especializado.

No Ifap, os programas de assistência estudantil são constantemente fomentados, com objetivo de traçar políticas estudantis que possibilitem a continuidade da vida acadêmica do discente durante a integralização do curso de Superior de Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância.

Ações estratégicas institucionais sobre Permanência e Êxito dos Estudantes do Ifap estão traçadas na Resolução 36/2016 que aprova o Programa Estratégico Institucional de Permanência e Êxito De Estudantes Ifap.

### 19.4. MOBILIDADE ACADÊMICA

A Política de mobilidade acadêmica, no âmbito do Ifap, visa disciplinar e institucionalizar as ações de mobilidade que estão atreladas ao ensino, ao estágio, à pesquisa, a inovação, a cultura, a extensão, a pós-graduação, a gestão e à qualificação de pessoal por meio



do PDI, possibilitando a formação de um ambiente de colaboração internacional, assim como a imersão cultural, além dos aspectos acadêmicos.

A mobilidade acadêmica estudantil é caracterizada em três tipos, sendo eles:

1. **Mobilidade acadêmica Inter campus do Ifap:** nesta modalidade o estudante realiza a mobilidade em outro campus do Ifap.
2. **Mobilidade acadêmica nacional:** neste tipo de modalidade o estudante realiza mobilidade em outra instituição de ensino localizada no Brasil.
3. **Mobilidade acadêmica internacional:** nesta o estudante realiza mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira.

O objetivo da mobilidade acadêmica é a possibilidade de diversificação da formação acadêmica e também pessoal do estudante, uma vez que permite a realização de parte do curso em outra instituição de ensino superior. As ações da mobilidade acadêmica podem incluir cursar disciplinas específicas, participar de projetos de pesquisa, ou realizar estágios, com a intenção de complementar a formação acadêmica.

No Ifap, a política de Mobilidade Acadêmica foi instituída pela Resolução nº 01/Consup/Ifap, de 26 de Janeiro de 2018, que aprovou a regulamentação da política.

#### 19.5. REGIME ESPECIAL DE APRENDIZAGEM DOMICILIAR

A concessão do Regime Especial de Aprendizagem Domiciliar (Read) garante o retorno do aluno ao período letivo em vigência, possibilitando a continuidade do processo ensino e aprendizagem.

De acordo com a Lei nº. 6.202/75 e o Decreto-lei nº. 1.044/69, são aptos a solicitar a inclusão no Read:

1. A estudante gestante, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto. O início e o fim deste período, serão determinados por atestado médico. Em casos excepcionais, devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser ampliada a concessão do Read, antes e depois do parto.
2. O estudante com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, mediante atestado médico, caracterizadas por:
  - a. Incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais para o prosseguimento da atividade escolar em regime domiciliar;
  - b. Ocorrência isolada ou esporádica.

É de responsabilidade do acadêmico ou representante, protocolar requerimento de solicitação de exercícios domiciliares na Coordenação de Registro Acadêmico ou setor equivalente do Ifap, anexando o Atestado Médico original que deve conter o Código Internacional de Doença – CID e a informação de que o acadêmico tem condições de realizar exercícios domiciliares, devendo atentar para os seguintes critérios regulamentados em resolução interna. A ausência às aulas, por questões religiosas ou político-filosóficas, não serão abonadas ou justificadas, enquadrando-se nos 25% (vinte e cinco por cento) de faltas da carga horária total do período letivo, conforme dispõe o Parecer CNE/CES nº 224/2006.

## 20. APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

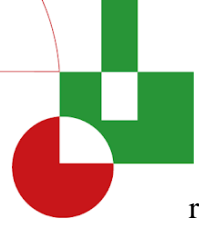
A gestão da área de Tecnologia da Informação no âmbito do Ifap tem como foco principal a efetiva utilização da informação como suporte às práticas e aos objetivos da instituição, de forma transversal, para atender às exigências do Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse contexto, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI desempenha um papel fundamental de suporte ao negócio ao alinhar suas estratégias ao PDI.

O PDTI é o planejamento de gestão estratégica que visa direcionar todos os programas, projetos e processos de TI que irão ser desenvolvidos na organização no período de dois anos. Ele consiste na identificação e organização dos recursos de TIC que serão necessários para apoiar a execução dos planos e estratégias da instituição. No planejamento do PDTI, as soluções devem ser utilizadas com o objetivo de aprimorar os negócios da organização.

Na Reitoria, a Diretoria de Tecnologia da Informação (Diti) é o setor estratégico encarregado de propor, orientar, planejar, coordenar e supervisionar as políticas, programas e ações na área de informática. Sua segmentação interna permite que suas estratégias sejam focadas em:

- a) Sistemas de Informação;
- b) Suporte ao Usuário;
- c) Redes e Infraestrutura de TIC;
- d) Governança de TIC;
- e) Segurança da Informação.

Nos *campi*, As Coordenações/Seções de Tecnologia da Informação (Coti/Seti) atuam de forma alinhada e estratégica com a direção do campus e Diretoria de Tecnologia, com a finalidade de criar e manter as condições necessárias para o funcionamento das atividades



relacionadas à Tecnologia da Informação. Além disso, eles desenvolvem serviços e oferecem suporte a suas unidades;

As atividades acadêmicas também contam com o apoio da Diti (órgão executivo) para a criação e operacionalização de sistemas de gestão acadêmica e assessoramento aos usuários de todas as unidades do IFAP.

A Seção de Gerenciamento da Tecnologia da Informação (Seti) com o apoio da Diti, também realiza potencial apoio às atividades educacionais especialmente no que se refere ao gerenciamento, manutenção e garantia dos acessos de sistemas acadêmicos.

## **21. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO**

A parceria do Instituto Federal do Amapá com demais empresas e/ou instituições (empresas públicas/privadas, instituições públicas/privadas, indústrias, estabelecimentos comerciais ou de serviços, agências públicas e organismos governamentais). ocorre por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) ou Convênios entre o Ifap e estas instituições.

A articulação dos ambientes profissionais, vinculados ao curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, ocorre por meio de Convênios entre o Ifap e as instituições de ensino, sendo estas públicas e/ou privadas. Essa articulação contempla os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso, uma vez que esta possibilita experiências diferenciadas de aprendizagem e se passa por avaliações periódicas documentadas, como por exemplo, os relatórios de estágios.

## **22. ATIVIDADE PRÁTICAS DE ENSINO PARA AS LICENCIATURAS**

As atividades práticas de ensino para as licenciaturas são obrigatória para os cursos de formação de professores e têm como objetivo zelar pelo aprimoramento das habilidades e competências de ensino dos futuros educadores. Destaca-se que as práticas de ensino podem ser realizadas em diferentes espaços (espaços pedagógicos, locais culturais e ações sociais), pois visam a valorização dos estudantes, o protagonismo estudantil, propostas colaborativas, entre outros.

No âmbito do Ifap, as atividades práticas de ensino para o Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, tem por objetivo consolidar a formação prática acadêmica do Pedagogo em formação, integrando-se a matriz curricular do Projeto Pedagógico do Curso. As Atividades



Práticas de Ensino compreendem as atividades realizadas em instituições de Educação Básica e Profissional, sob orientação do professor formador, com a produção de relatórios.

Em todos os períodos é previsto carga horária dentro dos componentes curriculares ofertados de atividades práticas de ensino, no qual o acadêmico deverá cumprir as atividades específicas definidas no plano de ensino de cada componente curricular. Para cada componente curricular com carga horária prática recomenda-se a elaboração de um relatório.

## **23. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA E NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS**

No âmbito do Ifap, a Resolução Nº 24/2016 aprova a regulamentação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no Instituto Federal. O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos e animais é órgão colegiado dotado de *múnus publicum* (obrigação imposta por lei), de caráter consultivo, educativo e deliberativo, instituído com o objetivo de zelar pela ética, pela integridade e pela dignidade dos seres vivos envolvidos em projetos de pesquisa, observadas:

- a) A política, as diretrizes e as normas para a pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá;
- b) Resoluções nº 466/2012 e nº 370 de março de 2007 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS) e suas complementares e as demais resoluções emanadas do Conselho Nacional de Saúde relativas a Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CONEP/CNS/MS) c) Nos termos da Lei nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, que regulamenta o inciso VII do § 1º do Art. 225 da Constituição Federal e estabelece procedimentos para o uso científico de animais; Resolução CFMV nº 879, de 15 de fevereiro de 2008, do Conselho Federal de Medicina Veterinária e Zootecnia; e Diretrizes CONCEA (Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal) 05/2013 - Diretriz Brasileira para Cuidado e a Utilização de Animais para fins Científicos e Didáticos.

Todos os projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, que são realizados por servidores e alunos do Ifap, é cadastrado na Plataforma Brasil, que é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela CONEP, quando necessário - possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas).

## **24. DIPLOMAS**

O acadêmico deverá integralizar o curso considerando a quantidade mínima e máxima de anos constantes neste PPC, sob pena de incorrer ao que estabelece a regulamentação do Ifap em relação ao desligamento compulsório ou outra denominação adotada pela instituição.

Após integralizar todas as disciplinas, inclusive atividades complementares e Estágios, documentações referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso, dentre eles a versão final, e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso, o discente fará jus ao Diploma do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia e EPT, o que lhe conferirá o grau acadêmico de Licenciado em Pedagogia e EPT.

## **25. DUPLA DIPLOMAÇÃO**

A Dupla Diplomação no Curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT visa permitir aos estudantes do curso, regularmente matriculados, a obtenção de diplomas reconhecidos por ambas as instituições de ensino (brasileira e estrangeira), conforme as diretrizes dispostas nos termos de convênios específicos. Ressalta-se que, apenas a previsão da dupla diplomação neste PPC não garante o direito de requerimento, pois para tanto é necessário cumprir todas as diretrizes internas vigentes dispostas em resolução e edital de seleção.

## **26. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo, responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos Superiores do Ifap.

De acordo com a Resolução 37/2012/Consup/Ifap vigente, as atribuições do NDE são:

1. Elaborar e manter atualizado o currículo do curso, com base nos objetivos, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades regionais da área e no mundo do trabalho;
2. Propor e recomendar modificações no Projeto Pedagógico e nas Bases Científicas e Tecnológicas dos Componentes Curriculares do Curso, apontando as correções que se apresentem necessárias a sua integral consecução;
3. Zelar pela integração curricular interdisciplinar e contextualizada entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

4. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mundo do trabalho e condizentes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
5. Acompanhar os resultados alcançados pelo curso por meio dos diversos instrumentos de avaliação externa como ENADE e similares estabelecendo metas para melhorias;
6. Propor ações que promovam a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo PPC;
7. Planejar e acompanhar as Atividades Complementares, de Iniciação Científica e de Extensão executadas pelo curso, com vistas a tornar efetiva a aplicação do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
8. Apreçar, avaliar e propor adequações e melhorias na infraestrutura disponível;
9. Elaborar, ao término de cada período letivo, Relatório circunstanciado a respeito das atividades desenvolvidas no período encerrado, encaminhando o referido à Direção de Ensino do Campus.

O NDE deve ser composto por:

- I. Um coordenador, que presidirá as reuniões e ações do NDE;
- II. Quatro docentes vinculados à área do curso superior.

A Tabela 13 apresenta o histórico do NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT do Ifap.

Tabela 13: Histórico do NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT

Período de 2022 a 2024			
PORTARIA	MEMBROS	TITULAÇÃO	RT
Nº 94/2022/ DG/MCP/IFAP	Cristina Coutinho de Oliveira (Presidente)	Doutora	DE
	Marcia Cristina da Conceição Santos Oliveira	Mestra	DE
	Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino	Mestra	DE
	Tatiani da Silva Cardoso	Mestra	DE
	Suany Rodrigues da Cunha	Mestra	DE
Período de 2024 a 2026			
PORTARIA	MEMBROS	TITULAÇÃO	RT
Nº 1728/2024/ GAB/RE/IFAP	Carlos Alexandre Santana Oliveira (Presidente)	Doutor	DE
	Cristina Coutinho de Oliveira	Doutora	DE
	Darlene do Socorro Del-Tetto Minervino	Mestra	DE
	Suany Rodrigues da Cunha	Mestra	DE
	Marcia Cristina da Conceição Santos Oliveira	Mestra	DE

## 27. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar da Educação a Distância (EaD) é composta por diferentes agentes (coordenadores de cursos ofertados na modalidade a distância, membros do Núcleo

Docente Estruturante (NDE), técnicos administrativos de diversas áreas) que atuam, de forma integrada e colaborativa, na construção das ações de planejamento, implementação e gestão dos cursos à distância.

A Coordenação de EaD, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, tem como um de seus objetivos assessorar a implantação e a gestão de cursos, na modalidade a distância, mediados por tecnologias educacionais, assim como fomentar a utilização de tecnologias educacionais e o crescimento da EaD na instituição. Nesse sentido, a Equipe Multidisciplinar do Ifap é estruturada a partir da atuação da Coordenação de EaD em parceria com servidores de outros setores da instituição. Dessa forma, obtém-se uma rede de apoio às atividades e cursos oferecidos na modalidade EaD, que fornece suporte ao processo acadêmico.

## **28. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO**

A Gestão Acadêmica de Curso, no âmbito do Ifap, tem como figura central a Coordenação de Curso, que atua no acompanhamento pedagógico do currículo com base no Projeto Pedagógico de Curso institucionalizado e tem por responsabilidade estabelecer relação interdisciplinar e transdisciplinar em conjunto com os docentes.

De acordo com as diretrizes do Ifap, a Compete à Coordenação de curso:

1. Elaborar e realizar reunião periódica, com registro em ata em formato digital, com o colegiado para revisão do projeto pedagógico;
2. Realizar reunião, com registro em ata em formato digital, com os professores e alunos do curso para apresentar o curso, bem como informar e orientar os alunos quanto aos regulamentos do curso;
3. Acompanhar e verificar a execução do calendário escolar, junto à secretaria acadêmica, em cada semestre letivo;
4. Verificar periodicamente o cumprimento do plano de curso, conteúdo programático e da carga horária das disciplinas do curso, através dos diários de classe e entrevistas com professores e alunos;
5. Prestar orientação e suporte aos docentes e discentes quanto às dificuldades encontradas no ensino das disciplinas;
6. Coordenar, sistematizar e encaminhar as listas de aquisições bibliográficas;
7. Manter bom relacionamento com os alunos e professores;
8. Viabilizar e propor políticas e práticas pedagógicas;
9. Acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir orientações;
10. Integrar o corpo docente que atua no curso;
11. Analisar junto aos professores a importância de cada conteúdo no contexto disciplinar, considerando documentos oficiais vigentes;
12. Acompanhar e realizar orientações aos discentes;

13. Propor, em conjunto com o corpo docente da área específica ou afim, soluções viáveis que venham a minimizar dificuldades curriculares atinentes aos acadêmicos do curso, tais:
- a) cursos de nivelamento;
  - b) atividades de monitoria;
  - c) outras atividades pertinentes a melhoria da qualidade do curso.

A escolha do coordenador para atuar à frente do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT do Ifap é realizada por meio de processo seletivo interno, no qual o docente que atinge a maior pontuação, considerando o barema disponibilizado no Edital, é convocado para assumir a vaga. Esse método de seleção garante a escolha do melhor perfil profissional para coordenador do curso. A carga horária de trabalho do coordenador de curso são de 20h semanais.

A primeira oferta do curso aconteceu no segundo semestre de 2018 e a segunda oferta está prevista para iniciar, conforme o calendário letivo, em agosto de 2024.

Desde a primeira oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT até o presente momento, o curso esteve sob a coordenação de três docentes. A Tabela 14 apresenta o histórico das designações dos docentes que atuaram como coordenador(a) do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT do Ifap.

Tabela 14: Histórico de coordenadores do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT

PERÍODO	PORTARIA	COORDENADORES	TITULAÇÃO
2018.2 à 2020.1	Nº 1975/2018	Shirly Silva Santos	Mestra
2020.1 à 2024.1	Nº 479/2020	Cristina Coutinho de Oliveira	Doutora
2024.2	Nº 768/2024	Carlos Alexandre Santana Oliveira	Doutor

Considerando a articulação contínua com todos os agentes envolvidos no processo de oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, o responsável pela coordenação também é designado para a função de presidente do NDE.

O horário de funcionamento da Coordenação, bem como horário de atendimento do coordenador de curso, devem ficar em local visível à comunidade acadêmica, assim como, estar também indicado no “Mural de Avisos” da Coordenação de Curso, dentro do AVA.

## **29. CORPO DOCENTE: titulação**

O corpo docente de professores formadores e tutores que atuam no curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT é selecionado, anualmente, por meio de processo seletivo, aberto ao

público externo à Instituição, seguindo os parâmetros orientadores da Portaria CAPES nº 183 de 21-10-2016. No edital, exige-se a titulação mínima de mestrado com experiência mínima na Educação Superior de 1 (um) ano ou titulação mínima de especialista, com experiência mínima na Educação Superior de 3 (três) anos.

### **30. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO**

O regime de trabalho do corpo docente de professores formadores é contabilizado considerando a carga horária do componente curricular. Isto é, a cada 15h, o professor formador fará jus a uma bolsa Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), conforme descrito em edital vigente.

### **31. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE**

Para ser professor formador do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, o professor formador deverá:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ser servidor do Ifap ou de outra IES;
- c) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- d) Ter experiência mínima de 01 (um) ano no magistério superior com pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado;
- e) Possuir graduação compatível e formação mínima com o componente curricular pleiteado;
- f) Não ser candidato do curso ao qual está concorrendo para professor formador;
- g) Possuir acesso a computadores, ter habilidade no uso de ferramentas de ambientes virtuais (e-mail, chat, fóruns e ferramentas de recepção e envio de exercícios online), bem como no uso de recursos de comunicação online, off-line e em nuvem (Internet, ferramentas digitais de texto e de apresentações) e utilizar correio eletrônico através de webmail.
- h) Ter, obrigatoriamente, disponibilidade para desenvolver atividades na Coordenação Geral UAB do IFAP, situada na cidade de Macapá-AP, a fim de participar de reuniões de acompanhamento e orientação, conforme plano de trabalho e atendendo às obrigações e deveres do professor formador, constantes neste edital e Termo de Responsabilidade da CAPES;
- i) Ter disponibilidade para participar de capacitações requeridas pelas coordenações, na modalidade presencial ou a distância, quando houver;
- j) Ter disponibilidade para realizar os encontros presenciais no polo, conforme normatiza o PPC do curso.

Para ser tutor (presencial e a distância) do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT,

o tutor deverá:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) Ser servidor do Ifap ou de outra IES;
- d) Ter experiência mínima de 1 (um) ano no magistério superior e com pós-graduação em nível especialização, mestrado ou doutorado;
- e) Ter formação acadêmica de nível superior de Licenciatura em Educação ou áreas afins;
- f) Não ser estudante do curso ao qual está concorrendo para Tutor a Distância;
- g) Possuir acesso a computadores, ter habilidade no uso de ferramentas de ambientes virtuais de aprendizagem Avea (e-mail, chat, fóruns e ferramentas de recepção e envio de exercícios online), bem como no uso de recursos de comunicação online, off-line e em nuvem (Internet, ferramentas digitais de texto e de apresentações) e utilizar correio eletrônico através de webmail;
- i) Ter, obrigatoriamente, disponibilidade para desenvolver atividades presenciais na função e Polo no qual está concorrendo, a fim de participar de encontros presenciais, reuniões de acompanhamento e orientação, conforme plano de trabalho e atendendo às obrigações e deveres do Tutor, constantes neste edital e Termo de Responsabilidade da CAPES;
- j) Ter disponibilidade para participar de capacitações requeridas pelas coordenações, na modalidade presencial ou a distância, quando houver;
- l) Ter disponibilidade para propor e participar de encontros presenciais no polo, quando houver necessidade de orientação específica aos alunos.

## **32. INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO**

O coordenador de curso deverá, junto com o pedagogo do curso, elaborar um calendário de reuniões de orientação com os professores formadores, para informações quanto à elaboração dos materiais didáticos que devem ser planejados e elaborados com antecedência. Isto é, antes da oferta do componente curricular.

Após a reunião de orientação quanto à elaboração do material didático, antes de iniciar o componente curricular, o coordenador deverá realizar uma reunião de apresentação e alinhamento entre formador e tutores. Nesta reunião de alinhamento poderão ser convidados os representantes de turma de cada polo para participarem.

Após a realização das avaliações presenciais, o professor formador, juntamente com os tutores deverão, em reunião, discutir o desempenho dos estudantes e propor novas metodologias que possam melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Deverá ser criado um grupo no



Moodle para interação entre tutores e professores formadores.

Em geral, o corpo docente ligado ao Ifap deve comprometer-se a manter princípios éticos no cumprimento de suas atribuições, a prestar serviços de elevado padrão profissional – levando em consideração a honestidade, a dignidade, a veracidade, a exatidão, a imparcialidade e a responsabilidade perante a instituição e a sociedade – e a empenhar-se no aperfeiçoamento de suas próprias habilidades e competências. Portanto, sua postura deve estar pautada nos seguintes princípios:

- Linguagem culta padrão, mas acessível a todos os públicos;
- Respeito às questões políticas, religiosas, sexuais, entre outros;
- Vestimenta adequada ao ambiente educacional nos encontros presenciais e virtuais;
- Sigilo das informações relativas à sua prática pedagógica;
- Cumprimento das diretrizes pedagógicas, **em especial aos prazos estabelecidos pela coordenação de curso**, no que tange ao envio dos materiais didáticos e divulgação de notas dos instrumentos avaliativos;
- Atuar na correção e direcionamento quando detectar equívocos dos alunos nas participações e interações via plataforma;

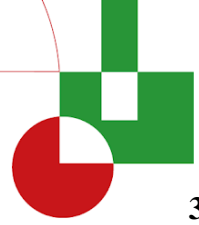
Tratar todos os alunos com muito respeito e cordialidade, estimulando sua aprendizagem.

### 33. EQUIPE TÉCNICA LIGADOS AO CURSO

Na Tabela 15 abaixo apresenta-se a relação nominal dos servidores administrativos ligados ao curso.

Tabela 15: Quadro de servidores Técnico-administrativo do Ifap

SERVIDOR	ÁREA DE FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
André Luís da Silva e Silva Cortes	Tecnologia em Informática Educativa	Mestre	Assistente em Administração
Deziane Costa da Silva	Pedagoga	Mestra	Pedagoga
Gilmar Vieira Martins	Pedagogo	Doutor	Técnico em Assuntos Educacionais
Julia Milena da Paixão Oliveira	Pedagoga	Mestra	Técnico em Assuntos Educacionais
Nádia Fabricia de Souza Marinho	Comunicação Social	Mestra	Técnico em Audiovisual
Severina Ramos Telecio de Souza	Pedagoga	Mestra	Técnico em Assuntos Educacionais
Simiao Mendes Carneiro	Tecnologia da Informação	Especialista	Tecnologia da Informação



### 34. ESPAÇO FÍSICO

Os polos de apoio presencial dos cursos a distância, que são vinculados à UAB, estão localizados nos municípios de Santana, Macapá, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Oiapoque, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

Os polos contam com sala de apoio didático-pedagógico, com a função de prover material de apoio ao discente, dando condições de pesquisa, elaboração de trabalhos, leituras, atividades individualizadas ou em grupos, entre outras atividades que possam complementar a sua formação.

As salas de apoio didático-pedagógico são organizadas pelos coordenadores de polo e assistidas pelos tutores presenciais, que prestam apoio e viabilizam a sua utilização como um espaço de leitura, apoio à produção de trabalhos acadêmicos e desenvolvimento de atividades formativas em geral.

O campus do Ifap que, atualmente, é um dos polos da UAB no Estado do Amapá é o campus Laranjal do Jari. Neste município o Ifap é o ofertante e também o demandante.

Os polos de apoio presencial contam com Laboratório de Informática e quantidade mínima suficiente de equipamentos para atender os estudantes. Os polos disponibilizam aos estudantes laboratórios de informática com unidades computacionais completas (com CPU, monitor, teclado, mouse e web câmera), interligados em rede e com acesso à internet. É por meio deste laboratório que os estudantes desenvolvem suas atividades *on-line*. Os laboratórios são climatizados, possuem recursos para aulas, tais como quadro-branco, mesas e cadeiras, além de equipamentos de projeção. Além dos laboratórios de informática, os polos de apoio presencial também devem dispor de sala de aulas convencionais para a realização dos encontros presenciais, conforme o calendário letivo do período.

Os ambientes administrativo e pedagógico dos polos contam com:

1. **Salas de Aula:** As salas de aulas contam com carteiras escolares, quadro branco, mesa para uso do professor, com disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia; cadeira acolchoada, condicionadores de ar;
2. **Sala de Professores:** Composta de mesas grandes, cadeiras acolchoadas, armários individuais para cada professor, televisor, condicionador de ar, área reservada para planejamento que conta com cabines individuais ou em grupo e computadores com acesso à internet, uma copa e sanitários, bebedouro, micro-ondas e cafeteira;

3. **Sala de Coordenação de Curso:** Composta por mesas, poltrona com braços e rodízios, armários, cadeiras acolchoadas, central de ar e computador com acesso à internet.
4. **Sala de Coordenação de Registro:** Contém mesas de trabalho, armários, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas, central de ar, bebedouro, computadores com acesso à internet.
5. **Sala de Coordenação Pedagógica:** Estruturada com estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, cadeiras acolchoadas para atendimento, rack, armários diversos, computadores com acesso à internet e central de ar;
6. **Sala de Direção Geral/Secretaria de Gabinete:** Estações de trabalho, poltronas com braços e rodízios, rack, armários médios, mesa redonda, cadeiras acolchoadas, impressora, mesa de apoio, nobreak, computadores com acesso à internet, central de ar, Datashow e gaveteiros;
7. **Auditório:** Espaço para realização dos eventos de diversas naturezas. Os auditórios contam com projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones;
8. **Lanchonete:** Serviço terceirizado mediante Concessão de uso a título oneroso, de espaço físico.
9. **Refeitório:** Espaço comunitário no qual é servido as refeições para os estudantes, conforme as diretrizes de cada polo.

### 35. LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O curso superior de Licenciatura em Pedagogia e EPT dispõe, em todos os *campi* do Ifap, com uma estrutura de laboratórios para realização das atividades presenciais e a distância.

Da mesma forma, os polos de apoio presencial da UAB, das Instituições Municipais e Estaduais, também contam com infraestrutura mínima de laboratórios de informática, que são ambientes climatizados, que permitem aos discentes realizar pesquisas de produção científica e tecnológica das diferentes áreas de conhecimentos por meio da disponibilidade de acesso à internet, bem como a elaboração e formatação de trabalhos exigidos durante a oferta dos componentes curriculares.

### 36. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os estudos do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT poderão utilizar os laboratórios de informática dos polos de apoio presencial e dos *campi* do Ifap, ao qual forem vinculados, mediante agendamento ou sempre que estes estiverem disponíveis para uso.

### 37. BIBLIOTECA

A Biblioteca oferece serviços de empréstimo, consultas, renovação, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos e orientação bibliográfica.

Considerando que a biblioteca dos polos de apoio presencial podem não atender as necessidades dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, na modalidade a distância, estes podem frequentar e utilizar os serviços das Bibliotecas dos *campi* do Ifap.

As Bibliotecas do Ifap estão instaladas em um ambiente com espaços reservados aos serviços técnicos e prestação de serviços aos usuários. A Biblioteca conta com o trabalho de bibliotecários, técnico-administrativos e a participação de alunos bolsistas e/ou estagiários no apoio às atividades de empréstimo e organização deste espaço.

Neste espaço estão definidas as áreas para: salas para estudo em grupo e cabines individuais; computadores com acesso à internet (pesquisa virtual) e terminais de consulta a base de dados do acervo, espaço informatizado para a recepção e atendimento ao usuário, acervo de livros, periódicos, multimeios e guarda-volumes.

O acervo existente atualmente, contempla títulos destinados ao curso e áreas afins, atualizado periodicamente com o intuito de disponibilizar para a sociedade estudantil e acadêmica. Estes são destinados para consulta e empréstimo, conforme regulamentação vigente da Biblioteca.

A Biblioteca opera por meio de um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal de consulta ao acervo, que propicia aos estudantes consultas dos títulos existentes.

O acervo está dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as disciplinas do curso. Dispõe ainda o acesso remoto ao Portal de Periódicos da Capes.

### 38. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

O curso de Licenciatura em Pedagogia e EPT, do Campus Avançado Oiapoque, tem o Laboratório de Vivências Pedagógicas/Brinquedoteca, espaço com capacidade máxima para 30 pessoas se constitui como espaço para o desenvolvimento de práticas de ensino, apoio aos componentes curriculares, pesquisa, extensão, estágio e demais atividades de formação inicial

e continuada de professores.

O Laboratório de Vivências Pedagógicas/Brinquedoteca tem como propósito proporcionar aos estudantes do curso o desenvolvimento de estudos e projetos na esfera da prática didático-pedagógica, construção, elaboração e reflexão temática, referentes aos conteúdos curriculares ofertados.

A organização e manutenção do espaço segue diretrizes próprias do campus Avançado Oiapoque.

### 39. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU 23.12.1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023.

\_\_\_\_\_. Resolução CEE/MG Nº 447/2002. Dispõe sobre a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e altera dispositivos da Res. CEE 442, de 24 de abril de 2001.

\_\_\_\_\_. Resolução CP/CNE nº 01/2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861/2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. DOU 15.4.2004.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 05/2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Pedagogia Licenciatura, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**.

\_\_\_\_\_. LEI nº 11.788/2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências**. DOU 26.9.2008.

\_\_\_\_\_. LEI nº 11.892/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. DOU 30.12.2008.

DIAS, Paulo. **Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede**. Revista Educação, Formação & Tecnologias, julho-dezembro, 2013, p. 4-14.

HOPFMANN, J. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. Porto Alegre. Educação e Realidade. 1993.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Resolução nº 37 **Aprova o NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E O COLEGIADO DOS CURSOS**

**SUPERIORES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.**  
Macapá, 28 de dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

#### **40. APÊNDICE A – EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES**

## 1 Identificação

### Ambientação em EaD

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
1º	II	4	20	12	28h	60h	20%

## 2 Ementa

Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (Avea), Plataforma Moodle. Ferramentas de navegação e busca na Internet. Ambientes hipermídia. Editor de texto, recursos gráficos e planilhas eletrônicas. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação. Fundamentos da Educação Aberta e a Distância. Concepções e tendências pedagógicas. Modelos educacionais em EaD. A tutoria na Educação a Distância.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Avea)</b> 1.1 Criando meu login na plataforma; 1.2 Ambiente virtual de Ensino-aprendizagem: O Avea e suas funcionalidades; 1.3 As ferramentas eletrônicas (Editor de texto, de planilha, entre outros); 1.4 Conhecendo o Suap (Sistema da Administração Pública) e suas funcionalidades.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Noções sobre a EaD contexto da sociedade contemporânea e seu papel na ampliação das oportunidades de acesso à educação</b> 2.1 Os principais aspectos e elementos constitutivos da educação a distância enquanto sistema de ensino e aprendizagem; 2.2 Os fundamentos da Educação Aberta e a Distância e os modelos educacionais em EaD; 2.3 A avaliação da EaD; 2.3 Adaptação a modalidade a Distância: Planejamento e organização da rotina de estudos.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Os agentes da EaD e seu papel na modalidade</b> 3.1 A figura do professor formador e seu papel na EaD; 3.2 A figura do tutor presencial e a distância e seu papel na EaD; 3.3 A importância da participação nos encontros presenciais dos cursos ofertados na modalidade a distância; 2.4 A importância da interação entre os colegas de turma, os tutores e os professores.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. 2009.  
 CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. **Instrumentalização para o ensino a distância**. 2009. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52801> >. Acesso em 18 set. 2024.  
 MESQUITA, Deleni; GARA, Elizabete Briani Macedo; PIVA JÚNIOR, Dilermando. **Ambiente virtual de aprendizagem: Conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância**. Editora Saraiva. 2014.

### Complementar:

BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. **Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente**.  
 CARVALHO, R. N. de. **Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sócio interacionista**.  
 CASTRO, Leandro Nunes de; FERRARI, Daniel Gomes. **Introdução à Mineração de Dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações**.  
 DEMO, P. **Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia**.  
 LÉVY, Pierre. **Cibercultura**.

Pré-requisito: Não há



## 1 Identificação

### Fundamentos Sociais e Culturais da Educação

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
1º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Fundamentos teóricos e práticos sobre as sociológicas clássicas e as suas contribuições para a explicação da realidade social, especialmente a questão educacional. Abordagem sociológica para o campo da educação. Surgimento e objeto de estudo a partir das ideias do filósofo francês Auguste Comte. Contribuições das ideias dos principais pensadores da sociologia para a sociedade e educação na sociedade moderna: Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber. A modernidade e a Sociologia da Educação nas concepções teóricas de Gramsci, Pierre Bourdieu, Jean Claude Passeron. As relações entre os processos sociais e culturais. Os processos sociais que envolvem a produção de culturas diversas entre os homens. A concepção antropológica da cultura. A construção social das diferenças na sociedade brasileira. Identidade e representações sociais. Abordagem sociológica da educação a partir do conceito da modernidade. Análises socioculturais da sociedade, da educação, da família (sistema de parentesco). Educação, Emancipação e Democracia. Sociologia contemporânea, globalização e sociedade do séc. XXI: tendências atuais. Análise sociológica sobre educação e trabalho na sociedade do conhecimento e de base tecnológica.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Fundamentos teóricos e práticos sobre as sociológicas clássicas e as suas contribuições para a explicação da realidade social, especialmente a questão educacional</b> 1.1 Abordagem sociológica para o campo da educação. 1.2 Surgimento e objeto de estudo a partir das ideias do filósofo francês Auguste Comte; 1.3 Contribuições das ideias dos principais pensadores da sociologia para a sociedade e educação na sociedade moderna: Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber; 1.4 A modernidade e a Sociologia da Educação nas concepções teóricas de Gramsci, Pierre Bourdieu, Jean Claude Passeron.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 As relações entre os processos sociais e culturais</b> 2.1 Os processos sociais que envolvem a produção de culturas diversas entre os homens; 2.2 A concepção antropológica da cultura; 2.3 A construção social das diferenças na sociedade brasileira; 2.4 Identidade e representações sociais.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Abordagem sociológica da educação a partir do conceito da modernidade.</b> 2.1 Análises socioculturais da sociedade, da educação, da família (sistema de parentesco); 2.2 Educação, Emancipação e Democracia; 2.3 Sociologia contemporânea, globalização e sociedade do séc. XXI: tendências atuais; 2.4 Análise sociológica sobre educação e trabalho na sociedade do conhecimento e de base tecnológica.

## 4 Bibliografia

### Básica:

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. PA 2008.  
 RODRIGUES, Alberto Tossi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.  
 SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

### Complementar:

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) das relações em educação e estrutura econômica social capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.  
 GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1991.  
 GUIMARÃES NETO, Euclides; GUIMARÃES, José Luís Braga; ASSIS, Marcos Archanjo de. **Educar pela sociologia**: contribuições para a formação do cidadão. Belo Horizonte: RHJ, 2012.  
 LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.  
 TOMAZI, Nelson Dacio et al. **Iniciação à sociologia**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 2000.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
1º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Introdução aos fundamentos Históricos e Filosóficos da educação. Concepções filosóficas de educação no pensamento clássico antigo e moderno. Conhecimento, saber e suas tipologias na formação humana. Dialética e educação. Fundamentos históricos da educação. Características histórica, política, social e educacional nos contextos dos povos primitivos, egípcios, gregos, romano e medieval. Períodos renascentista e iluminista, das Reforma e Contrarreforma. Influências dos elementos históricos no processo educativo do Brasil Período colonial, jesuítico, pombalino, joanino, Imperial, 1ª e 2ª República, Estado Novo, Nova República, Regime Militar e no contexto da redemocratização do Brasil. Filosofia da educação no contexto contemporâneo. Ciência e Ideologia: pensamento crítico. Ética e educação. A Filosofia da Educação brasileira: O pensamento de Paulo Freire. Os desafios da educação no século XXI na perspectiva filosófica.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Introdução aos fundamentos Históricos e Filosóficos da educação</b> 1. Concepções filosóficas de educação no pensamento clássico antigo e moderno; 2. Conhecimento, saber e suas tipologias na formação humana; 3. Dialética e educação.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Fundamentos históricos da educação</b> 2.1 Características histórica, política, social e educacional nos contextos dos povos primitivos, egípcios, gregos, romano e medieval; 2.2 períodos renascentista e iluminista, das Reforma e Contrarreforma. 2.3 Influências dos elementos históricos no processo educativo do Brasil Período colonial, jesuítico, pombalino, joanino, Imperial, 1ª e 2ª República, Estado Novo, Nova República, Regime Militar e no contexto da redemocratização do Brasil.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Filosofia da educação no contexto contemporâneo</b> 3.1 Ciência e Ideologia: pensamento crítico; 3.2 Ética e educação; 3.3 A Filosofia da Educação brasileira: O pensamento de Paulo Freire. 3.4 Os desafios da educação no século XXI na perspectiva filosófica.

## 4 Bibliografia

### Básica:

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. 3.ed.Campinas: Alínea, 2014.  
 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2011.  
 PERISSÉ, Gabriel. **Introdução à Filosofia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

### Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2020.  
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.  
 GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.  
 OLIVEIRA, Paulo Eduardo (org.). **Filosofia e educação: aproximações e convergências**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
1º	II	6	20h	70h	-	90h	78%

## 2 Ementa

Introdução às relações entre Psicologia da educação. Psicologia e Psicologia da educação: fundamentos epistemológicos. Psicologia científica: Pressupostos teóricos e históricos. Psicologia da educação: seu campo de estudos e fundamentos científicos. Relação psicologia e educação: explorando a integração entre as teorias no processo educacional. Psicologia da educação: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. As Teorias Psicológicas e suas implicações na educação: Inatismo, Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise na construção do sujeito – Freud/Lacan, Teoria epistemológica de Jean Piaget, Teoria Sócio-Histórica de Vygotsky, Afetividade no processo de aprendizagem de Henri Wallon, Teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner, Aprendizagem Significativa David Ausubel. As abordagens sobre desenvolvimento, aprendizagem e a prática pedagógica. Contribuições da Psicologia para compreensão dos processos de constituição do sujeito no campo educacional; A psicologia da educação na realidade brasileira e o papel da escola, do (a) pedagogo e professores; A psicologia aplicada à educação e seu papel na formação do pedagogo. Psicologia e trabalho pedagógico: diálogos no campo pedagógico sobre principais dificuldades de aprendizagem; fracasso escolar e possibilidade de intervenção do pedagogo. O processo psicológico da construção e aquisição do conhecimento diante dos sistemas de informação e comunicação. Análises introdutórias da aplicação da neurociência da educação. Discussões de questões atuais da educação a partir das bases epistemológicas da psicologia educacional na contemporaneidade.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Introdução as relações entre Psicologia da educação.</b> 1.1 Psicologia e Psicologia da educação: fundamentos epistemológicos; 1.2 Psicologia Científica: Pressupostos teóricos e históricos; 1.3 Psicologia da educação: seu campo de estudos e seu fundamento científico; 1.4 Relação psicologia e educação: explorando a integração entre as teorias no processo educacional; 1.5 Psicologia da educação: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Introdução as Teorias Psicológicas e suas implicações na educação</b> 1. Inatismo; 2. Behaviorismo; 3. Gestalt; 4. Psicanálise na construção do sujeito – Freud/Lacan; 5. Teoria epistemológica de Jean Piaget; 6. Teoria Sócio Histórica de Vygotsky; 7. Afetividade no processo de aprendizagem de Henri Wallon; 8. Teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner; 9. Aprendizagem Significativa David Ausubel.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 As abordagens sobre desenvolvimento, aprendizagem e a prática pedagógica.</b> 1. Contribuições da Psicologia para compreensão dos processos de constituição do sujeito no campo educacional; 2. A psicologia da educação na realidade brasileira e o papel da escola, do (a) pedagogo e professores; 3. A psicologia aplicada à educação e seu papel na formação do pedagogo; 4. Psicologia e trabalho pedagógico: diálogos no campo pedagógico sobre principais dificuldades de aprendizagem; fracasso escolar e possibilidade de intervenção do pedagogo; 5. O processo psicológico da construção e aquisição do conhecimento diante dos sistemas de informação e comunicação; 6. Análises introdutórias da aplicação da neurociência da educação;

7. Discussões das questões atuais da educação a partir das bases epistemológicas da psicologia educacional na contemporaneidade.

#### 4 Bibliografia

##### **Básica:**

BOCK, Ana Maria Bahia; Odair; TEIXEIRA, Maria. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes. 2011.

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. **Psicologia da Educação**. Coleção magistério. Editora Cortez, 2000.

##### **Complementar:**

CONSENZA, R.; GUERRA, L. Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. Editora Artmed. RS, 2011

FERRO, M. G.D. **Psicologia da Aprendizagem: fundamentos teóricos e metodológicos dos processos de construção do conhecimento**. Ebook, Teresinha: EDUPI, 2017

PILETE, N; ROSSATO, S. **Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. Editora contexto. SP, 2021.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Metodologia Científica

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
1º	II	6	20h	70h	-	90h	78%

## 2 Ementa

Pesquisa científica como princípio científico e educativo. Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Princípios Teórico-metodológicos e proposições frente às correntes epistemológicas na produção de conhecimento científico e de prática em produção científico-acadêmica. Abordagem Qualitativa e Quantitativa. Tipos de Pesquisa (Estudo de Caso, Pesquisa Bibliográfica, Documental, Exploratória, Descritiva, Experimental, Etnográfica, Pesquisa-ação). Trabalho Científico. Instrumentos de otimização da pesquisa: pesquisa em bases, DOI, ORCID, fontes de pesquisa. Tipos e produções de trabalhos acadêmicos (Fichamento, Resenha, Resumo, Relatório, Artigo científico. Normatização, estrutura e configurações segundo a ABNT (NBR 14724,10520 e 6023). Técnicas de elaboração do trabalho científico. Elaboração do projeto de pesquisa (Elementos pré-textuais, Delimitação do tema, formulação do problema e dos objetivos; justificativa; Metodologia (Tipo de Pesquisa, Locus, Técnica de coleta de dados, Análise de dados e Cronograma). Apresentação de projeto de pesquisa.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Pesquisa científica como princípio científico e educativo</b> 1.1 Ciência e conhecimento científico; 1.2 Métodos científicos; 1.3 Princípios Teórico-metodológicos e proposições frente às correntes epistemológicas na produção de conhecimento científico e de prática em produção científico-acadêmica. 1.4 Abordagem Qualitativa e Quantitativa; 1.5 Tipos de Pesquisa (Estudo de Caso, Pesquisa Bibliográfica, Documental, Exploratória, Descritiva, Experimental, Etnográfica, Pesquisa-ação).
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Trabalho Científico</b> 2.1 Instrumentos de otimização da pesquisa: pesquisa em bases, DOI, ORCID, fontes de pesquisa; 2.2 Tipos e produções de trabalhos acadêmicos (Fichamento, Resenha, Resumo, Relatório, Artigo); 2.3 Normatização, estrutura e configurações segundo a ABNT (NBR 14724,10520 e 6023).
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Técnicas de elaboração de trabalho científico</b> 3.1 Elaboração do projeto de pesquisa (Elementos pré textuais, Delimitação do tema, formulação do problema e os objetivos; justificativa; Metodologia (Tipo de Pesquisa, Locus, Técnica de coleta de dados, Análise de dados e Cronograma); 3.2 Apresentação de projeto de pesquisa.

## 4 Bibliografia

### Básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.  
MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020.  
MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa**. Cachoeirinha/RS: Editora Fi, 2024. v. 2.

### Complementar:

FAZENDA, I. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2007.  
MEDEIROS, João B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2008.  
RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1999.  
LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo:Atlas, 2001.  
TRIVINOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. 2004.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Prática como Componente Curricular (PCC) I: Ambientação - Desenvolvimento Educacional e Social do Educando

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
1º	II	4	-	-	60h	60h	0%

## 2 Ementa

Reflexão sobre o ambiente escolar. Planejamento para ingresso no Ambiente Escolar. Introdução ao Ambiente Escolar. Desenvolvimento Educacional e Social do Educando. Dinâmicas de Integração e Interação no Contexto Escolar. Práticas de Ambientação no Contexto Educacional. Reflexão e Construção do Conhecimento Pedagógico.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento para ingresso no Ambiente Escolar</b> 1.1 O Ambiente escolar e seus perspectivas: reflexão sobre a importância da ambientação educacional no processo formativo e suas contribuições para a formação do estudante; 1.2 Planejamento do plano de observação e análise do ambiente escolar; 1.3 Estudo das etapas do desenvolvimento cognitivo, emocional, e social dos alunos; 1.4 Análise do papel da escola no desenvolvimento integral do educando; 1.5 Discussão sobre as influências socioeconômicas, culturais e familiares no processo educacional.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Interação no ambiente escolar</b> 2.1 Observação das interações sociais entre os alunos, e entre alunos e professores; 2.2 Estudo de estratégias de acolhimento e integração dos alunos no ambiente escolar; 2.3 Análise sobre a importância do ambiente escolar na promoção de valores sociais e de cidadania.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Reflexão e Construção do Conhecimento Pedagógico</b> 3.1 Reflexão sobre os desafios e as oportunidades do ambiente escolar na formação do aluno; 3.2 Elaboração de relatório reflexivo sobre as observações e experiências vivenciadas no contexto escolar; 3.3 Planejamento de intervenções pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

## 4 Bibliografia

### Básica:

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. 3.ed.Campinas: Alínea, 2014.

### Complementar:

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) das relações em educação e estrutura econômica social capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1991.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org). **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 12012.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

**Pré-requisito**: Não há

## 1 Identificação

### Linguagem, Alfabetização e Letramento

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Pressupostos que fundamentam o processo de alfabetização e letramento. Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; O aprendizado da linguagem escrita; Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e inter-relações; Estudo dos processos de alfabetização e letramento; Métodos de alfabetização. Concepções e práticas de letramento. Métodos e materiais didáticos. As experiências de alfabetização de crianças, jovens e adultos; Ambiente alfabetizador e as relações no ato pedagógico Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento; desenvolvimento de práticas textuais. Perspectiva político-social da leitura e da escrita. Literatura Infantil.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Pressupostos que fundamentam o processo de alfabetização e letramento.</b> 1.1 Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; 1.2 O aprendizado da linguagem escrita; 1.3 Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e inter-relações; 1.4 Estudo dos processos de alfabetização e letramento.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Concepções e práticas de letramento</b> 2.1 Métodos de alfabetização 2.2 Métodos e materiais didático; 2.3 As experiências de alfabetização de crianças, jovens e adultos.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Ambiente alfabetizador e as relações no ato pedagógico</b> 3.1 Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento 3.2 Desenvolvimento de práticas textuais; 3.3 Perspectiva político-social da leitura e da escrita.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Práticas de alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 2006.  
FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Martins Fontes, 1989.  
FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

### Complementar:

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). **A alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva de letramento**.  
BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.  
CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Editora Scipione, 1998.  
FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1993.  
SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7. ed. contexto, 2018.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Concepções Pedagógicas da Educação Infantil

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Concepções de Educação Infantil. História da concepção de infância e do atendimento à criança. Diversidade cultural e práticas infantis: a criança como produtora de significados. O papel do brinquedo e da brincadeira na infância. Políticas públicas para a educação da infância. Estruturas curriculares e as organizações didático-metodológicas da educação infantil. Considerações sobre a Educação Infantil (creche e pré-escola), abordando suas contextualizações, objetivos, e contribuições teórico-filosóficas. Perfil profissional do professor da Educação Infantil. Aspectos teórico metodológicos do ensinar/aprender na Educação Infantil. A rotina pedagógica na escola infantil: tempo, espaço. Processos organizativos das instituições de educação infantil e os elementos tempo e espaço pedagógicos.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Concepções de Educação Infantil</b> 1.1 História da concepção de infância e do atendimento à criança; 1.2 Diversidade cultural e práticas infantis: a criança como produtora de significados. 1.3 O papel do brinquedo e da brincadeira na infância.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Políticas públicas para a educação da infância</b> 2.1 Políticas de atendimento à infância; 2.2 Estruturas curriculares e as organizações didático-metodológicas da educação infantil. 2.3 Considerações sobre a Educação Infantil (creche e pré-escola), abordando suas contextualizações, objetivos, e contribuições teórico-filosóficas.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Perfil profissional do professor da Educação Infantil</b> 3.1 Aspectos teórico metodológicos do ensinar/aprender na Educação Infantil; 3.2 A rotina pedagógica na escola infantil: tempo, espaço. 3.3 Processos organizativos das instituições de educação infantil e os elementos tempo e espaço pedagógicos.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.  
KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a Educação Infantil. São Paulo: Ática, 1993.  
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

### Complementar:

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Ministério da Educação, 1998.  
KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas de educação infantil**: subsídios para uma leitura crítica. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.  
RODRIGUES, Maria Bernadette Castro; AMADEO, Maria Celina Bastos. **O Espaço Pedagógico na pré-escola**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de ensino de Ciências

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

A caracterização das Ciências Naturais. Breve histórico do ensino de Ciências Naturais. Objetivos de Ciências para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Conceitos e princípios significativos no campo das ciências. A ciência e suas relações com as demais áreas do conhecimento. Ciências naturais e tecnologias. Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Ciências Naturais nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental. Análise do referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Metodologias e estratégias específicas para o ensino de ciências. Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem em ciências naturais. Orientação à prática de ensino de ciências naturais. A experiência como recurso didático para o desenvolvimento do raciocínio lógico científico. Experimentos científicos e intervenção prática aplicados para crianças e adolescentes. Planejamento e produção de atividades em ciências nos espaços escolares.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Caracterização das Ciências Naturais.</b> 1.1 Breve histórico do ensino de Ciências Naturais; 1.2 Objetivos de Ciências para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; 1.3 Conceitos e princípios significativos no campo das ciências; 1.4 A ciência e suas relações com as demais áreas do conhecimento.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Ciências naturais e tecnologias</b> 2.1 Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Ciências Naturais nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental; 2.2 Análise do referencial curricular nacional para a Educação Infantil; 2.3 Metodologias e estratégias específicas para o ensino de ciências; 2.4 Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem em ciências naturais.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Orientação à prática do ensino de Ciências Naturais</b> 3.1 A experiência como recurso didático para o desenvolvimento do raciocínio lógico científico; 3.2 Experimentos científicos e intervenção prática aplicados para crianças e adolescentes; 3.3 Planejamento e produção de atividades em ciências nos espaços escolares.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ASTOLFI, J.P. et al. **A didática das ciências**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2007.  
 ANGETTI, J. A.; DELIZOICV, DEMÉTRIO; PERNAMBUCO, M. M. **O Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2003.  
 CHASSOT, Attico Inácio. **A ciência através dos tempos**. 7.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

### Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.  
 CAMPOS, M. C. C.; NIGRO, R. G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 2004.  
 CARVALHO, A. M. P. **Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico**. São Paulo: Scipione, 1998.  
 HARLAN, Jean D.; RIVKIN, Mary S. **Ciências na educação infantil: uma abordagem integradora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.  
 POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Ángel Gómez. **A aprendizagem e o Ensino de Ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2009.  
 WEISSRIHNN, H. (Org.). **Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Educação, Ludicidade e corporeidade

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Ludicidade, educação e corporeidade. O estudo do lúdico, seus fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores e integradores entre o agir, o sentir e o pensar, bem como suas relações com a educação. A compreensão da ludicidade na liberação do potencial criativo inerente ao ser humano enquanto sujeito individual e coletivo. Práticas corporais: o brincar de (dança, luta, ginástica) e seus potenciais formativos para educação na infância. Fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores na relação corporal com crianças de zero a seis anos e dos primeiros anos escolares. Uso de práticas lúdicas que contemplem a expressividade, a afetividade, a inclusão e a imaginação. A brinquedoteca como espaço lúdico, de experiências estéticas e educativas. 2.3 O recreio como prática pedagógica e educativa. Fundamentos conceituais para o estudo de uma educação corporal na infância. Educação corporal na infância: cultura e práticas corporais nos processos de escolarização para a infância. Corpo e a relação com o outro, consciência corporal e identidade. O lugar do lúdico, corpo, movimento e do sujeito na sociedade e cultura contemporânea.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Ludicidade, educação e corporeidade.</b> 1.1 O estudo do lúdico, seus fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores e integradores entre o agir, o sentir e o pensar, bem como suas relações com a educação; 1.2 A compreensão da ludicidade na liberação do potencial criativo inerente ao ser humano enquanto sujeito individual e coletivo; 1.3 Práticas corporais: o brincar de (dança, luta, ginástica) e seus potenciais formativos para educação na infância.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Fundamentos teórico-práticos de procedimentos mediadores na relação corporal com crianças de zero a seis anos e dos primeiros anos escolares</b> 2.1 Uso de práticas lúdicas que contemplem a expressividade, a afetividade, a inclusão e a imaginação; 2.2 A brinquedoteca como espaço lúdico, de experiências estéticas e educativas. 2.3 O recreio como prática pedagógica e educativa.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Fundamentos conceituais para o estudo de uma educação corporal na infância</b> 3.1 Educação corporal na infância: cultura e práticas corporais nos processos de escolarização para a infância; 3.2 Corpo e a relação com o outro, consciência corporal e identidade; 3.3 O lugar do lúdico, corpo, movimento e do sujeito na sociedade e cultura contemporânea.

## 4 Bibliografia

### Básica:

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, 2002.  
FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.  
NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil: psicomotricidade**. 2. ed. Porto Alegre: Edita, 1998.

### Complementar:

SILVA, Maurício Roberto da. **Exercícios de ser criança: o corpo em movimento na educação infantil**.  
ARROYO, Miguel G., SILVA, Maurício Roberto da. **Corpo Infância: exercícios tensos de ser criança – por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p.115-139.  
SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis: Vozes, 2000.  
SOARES, Carmen Lucia. Educação no corpo: a Rua, a Festa, o Circo, a Ginástica. In. **Imagens da Educação no Corpo: estudo a partir da Ginástica Francesa do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2005.  
MAFRA, Regina Maria Ruiz. **Linha e rodinha: exercícios para expressão corporal, musical, psicomotricidade, recreação e “linha”**. São Paulo: Loyola, 2005.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Didática Geral

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	I	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Didática e sua origem. Didática: concepções teóricas, conceito e objeto de estudos. A Didática no contexto das Tendências Pedagógicas: Liberais e Progressistas. Planejamento educacional e níveis de planejamento. Tipos de planejamento de ensino (plano de ensino, plano de aula, plano de ação e plano interdisciplinar). Procedimentos técnicos para a elaboração do planejamento. Profissão Docente: saberes e identidade. O papel e as contribuições da didática para a formação e atuação docente. A multidimensionalidade do processo de ensino e aprendizagem. Novas tecnologias e suas implicações no ensino e aprendizagem. As novas formas de organização da prática educativa escolar e os desafios para a atuação docente. A formação do professor no século XXI: uma abordagem didático-pedagógica. BNCC e a nova estrutura e organização didática no contexto escolar. Didática e metodologias ativas de aprendizagem. Sequências didáticas e o processo interdisciplinar. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem: aspectos gerais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Didática e sua origem</b> 1.1 Didática: concepções teóricas, conceito e objeto de estudos; 1.2 A Didática no contexto das Tendências Pedagógicas: Liberais e Progressistas; 1.3 Planejamento educacional e níveis de planejamento; 1.4 Tipos de planejamento de ensino (plano de ensino, plano de aula, plano de ação e plano interdisciplinar); 1.5 Procedimentos técnicos para a elaboração do planejamento.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Profissão Docente: saberes e identidade</b> 2.1 O papel e as contribuições da didática para a formação e atuação docente; 2.2 A multidimensionalidade do processo de ensino e aprendizagem; 2.3 Novas tecnologias e suas implicações no ensino e aprendizagem; 2.4 As novas formas de organização da prática educativa escolar e os desafios para a atuação docente.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 A formação do professor no século XXI: uma abordagem didático-pedagógica</b> 3.1 BNCC e a nova estrutura e organização didática no contexto escolar; 3.2 Didática e metodologias ativas de aprendizagem; 3.3 Sequências didáticas e o processo interdisciplinar; 3.4 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem: aspectos gerais.

## 4 Bibliografia

### Básica:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org). **Didática e interdisciplinaridade**. 17.ed. São Paulo: Papirus, 2012.  
 LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2018.  
 VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papirus, 2012.

### Complementar:

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.  
 IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
 MEIRIEU, Phippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre. 2005.  
 NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores**. 4 ed. São Paulo: Érica, 2008.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de Ensino de Atividades Recreativas

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Contextualização das atividades recreativas a partir da brincadeiras, brinquedos e do jogo. A História do brincar, do brinquedo e do jogo. Relação entre o brincar e o desenvolvimento infantil. Fases evolutivas do brincar. Princípios pedagógicos do jogo, brinquedo e brincadeira. Jogos, brinquedos e brincadeira: conceitos e funções. Características e classificação dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Atividades para recreação em escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e as adequações dentro das faixas etárias. Dimensão prática recreativa. Organização e realização de projetos escolares para o desenvolvimento da recreação e do lúdico. Utilização do espaço escolar adaptado para a prática das atividades de recreação e de lazer junto à comunidade. Propostas: criação e confecção de brinquedos, brinquedoteca, Educação Inclusiva, jogos educativos (interdisciplinares), práticas corporais, atividades circenses, inteligências múltiplas, criatividade e materiais alternativos, contos & histórias, teatro de sombras, gincana escolar.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Contextualização das atividades recreativas a partir da brincadeiras, brinquedos e do jogos</b> 1.1 A História do brincar, do brinquedo e do jogo; 1.2 Relação entre o brincar e o desenvolvimento infantil. 1.3 Fases evolutivas do brincar
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Princípios pedagógicos do jogo, brinquedo e brincadeira</b> 2.1 Jogos, brinquedo e brincadeira: conceitos e funções; 2.2 Características e classificação dos jogos, brinquedos e brincadeiras 2.3 Atividades para recreação em escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e as adequações dentro das faixas etárias.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Dimensão prática recreativa</b> 3.1 Organização e realização de projetos escolares para o desenvolvimento da recreação e do lúdico. Utilização do espaço escolar adaptado para a prática das atividades de recreação e de lazer junto à comunidade. Propostas: criação e confecção de brinquedos, brinquedoteca, Educação Inclusiva, jogos educativos (interdisciplinares), práticas corporais, atividades circenses, inteligências múltiplas, criatividade e materiais alternativos, contos & histórias, teatro de sombras, gincana escolar.

## 4 Bibliografia

### Básica:

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BENJAMIM, W. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1997.

### Complementar:

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1995.

FERREIRA, Tais; FALKEMBACH, Maria F. **Teatro e dança nos anos iniciais**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da Infância na Amazônia. In: DEL

PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

GRANJA, Eduardo de Souza Campos. **Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação**. São Paulo: Ensaios transversais V.34. 2006.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. Tradução de João Paulo Monteiro e revisão de Mary Amazonas Leite Barros. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Prática como Componente Curricular (PCC) II: Prática em Educação Infantil

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
2º	II	4	-	-	60h	60h	0%

## 2 Ementa

Fundamentos da Educação Infantil. Desenvolvimento Infantil: Aspectos Cognitivos, Sociais, e Emocionais. Planejamento Pedagógico na Educação Infantil. Práticas Pedagógicas em Contexto Real. Intervenção Pedagógica e Avaliação na Educação Infantil. Reflexão Crítica e Ética na Prática Educativa.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Educação Infantil</b> 1.1 Os conceitos e princípios da Educação Infantil; 1.2 Políticas públicas e diretrizes curriculares para a Educação Infantil; 1.3 A importância do brincar no desenvolvimento infantil; 1.4 Elaboração de planos de aula para a Educação Infantil (integração das atividades lúdicas e corporais no planejamento).
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 A escola</b> 2.1 Participação na rotina pedagógica nas escolas de Educação Infantil; 2.2 Implementação dos planos de aula; 2.3 Análise da aplicação dos planos de aula; 2.4 Adequação dos planos de aula; 2.5 Implementação dos planos de aula adequados.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Resultados e discussões</b> 3.1 Análise do resultado das implementações; 3.2 Discussões sobre os desafios encontrados no ambiente escolar e sugestões de práticas pedagógicas inovadoras; 3.3 Análise crítica sobre a atuação docente na Educação Infantil.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a Educação Infantil. São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

### Complementar:

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Ministério da Educação, 1998.

KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas de educação infantil**: subsídios para uma leitura crítica. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.

RODRIGUES, Maria Bernadette Castro; AMADEO, Maria Celina Bastos. **O Espaço Pedagógico na pré-escola**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Currículo na Educação Básica

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Breve histórico das teorias e concepções curriculares: tradicionais, críticas e pós-críticas. Características do planejamento escolar e curricular. Organização do currículo escolar: Currículo Prescrito (Formal), Currículo Real (em ação), Currículo Oculto (implícito). Currículo e Poder. Formas de organização do currículo (Seriado, Modular, Alternância e Multissérie). Currículo multicultural. Currículo escolar e suas implicações pedagógicas no ensino e na prática docente. Currículo por competências: debates contemporâneos no campo do currículo. Currículo na perspectiva da BNCC e LDBEN. Currículo na perspectiva no Referencial Curricular Amapaense (RCA). A educação na Amazônia: currículo e cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Breve histórico das teorias e concepções curriculares: tradicionais, críticas e pós-críticas</b> 1.1 Características do planejamento escolar e curricular; 1.2 Organização do currículo escolar: Currículo Prescrito (Formal), Currículo Real (em ação), Currículo Oculto (implícito); 1.3 Currículo e Poder; 1.4 Formas de organização do currículo (Seriado, Modular, Alternância e Multissérie); 1.5 Currículo multicultural.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Currículo escolar e suas implicações pedagógicas no ensino e na prática docente</b> 1. Currículo por competências: debates contemporâneos no campo do currículo; 2.2 Currículo na perspectiva da BNCC e LDBEN; 3.3 Currículo na perspectiva no Referencial Curricular Amapaense (RCA); 3.4 A educação na Amazônia: O currículo e cultura.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Diretrizes Curriculares Nacionais</b> 3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; 3.2 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; 3.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

## 4 Bibliografia

### Básica:

APPLE, Michel Wayne. **Ideologia e currículo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa.  **Currículo: Políticas e práticas**. 13 ed. Campinas: Papirus, 2013.  
PEREIRA, Maria. Zuleide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti.  **Globalização, Interculturalidade e Currículo na cena escolar**. Campinas: Alínea, 2009.

### Complementar:

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade, conteúdo, método no processo pedagógico. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.  
SILVA, Tomaz Tadeu da.  **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.  
KUENZER, Acácia Zeneida Kuenzer; CALAZANS, Julieta. GARCIA, Walter. **Planejamento educacional no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Planejamento e Avaliação Educacional

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Princípios norteadores da avaliação Educacional: funções e características; O que é Avaliação educacional?; Avaliação Educacional no contexto do sistema educacional brasileiro: origem, trajetória e tendências atuais, A legislação da avaliação educacional; As políticas de avaliação internas e externas na Educação Básica. Principais fundamentos, pressupostos, conceitos envolvidos nos processos do planejamento da avaliação escolar; Avaliação do processo ensino-aprendizagem: funções, instrumentos, parâmetros, métodos e técnicas; Tipos de avaliação escolar: Diagnóstica, Formativa e Somativa; Análise crítica dos modelos de avaliação de ensino e da aprendizagem escolar; Avaliação e Exclusão escolar: recuperação, reprovação, repetência e evasão; Ética na Avaliação e o papel do erro na avaliação: reflexões necessárias Avaliação na perspectiva da LDBEN (nº9.394/96) e BNCC; Avaliação na Educação Básica segundo a LDBEN nº9.394/96: Critérios para verificação do rendimento escolar; A avaliação na perspectiva da BNCC: avaliação por competências; Avaliação e currículo escolar e suas implicações pedagógicas no ensino: debates e análises no contexto contemporâneo.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1. Princípios norteadores da avaliação Educacional: funções e características;</b> 1.1 O que é Avaliação educacional? 1.2 Avaliação Educacional no contexto do sistema educacional brasileiro: origem trajetória e tendências atuais; 1.3 A legislação da avaliação educacional; 1.4 As políticas de avaliação internas e externas na Educação Básica; 1.5 Cultura, Culturas e Educação. Identidade e representações sociais.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2. Principais fundamentos, pressupostos, conceitos envolvidos nos processos do planejamento da avaliação escolar</b> 2.1 Planejamento e Avaliação do processo ensino-aprendizagem: funções, instrumentos, parâmetros, métodos e técnicas; 2.2 Tipos de avaliação escolar: Diagnóstica, Formativa e Somativa; 2.3 Análise crítica dos modelos de avaliação de ensino e da aprendizagem escolar; 2.4 Avaliação e Exclusão escolar: recuperação, reprovação, repetência e evasão; 2.5 Ética na Avaliação e o papel do erro na avaliação: reflexões necessárias.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3. Avaliação na perspectiva da LDBEN e BNCC;</b> 3.1 Avaliação na Educação Básica segundo a LDBEN nº9.394/96: Critérios para verificação do rendimento escolar; 3.3 A avaliação na perspectiva da BNCC: avaliação por habilidades e competências; 3.4 Avaliação e currículo escolar e suas implicações pedagógicas no ensino: debates e análises no contexto contemporâneo.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** DF, versão final. Brasil. 2018.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem escolar:** estudos e proposições. Ed.22º, SP: Cortez, 2018.

SANT'ANNA, M, I. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** Ed.17º, SP: Vozes, 2014.

### Complementar:

RABELO, Edegar Henrique. **Avaliação:** novos tempos, novas práticas. Petrópolis: Vozes. 2004.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação, concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar.** 2005.

KUENZER, A. Z. K.; CALAZANS, J. GARCIA, W. **Planejamento educacional no Brasil.** 5.ed. SP: Cortez, 2001.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Organização Curricular e Currículo Integrado na EPT

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Bases históricas, conceituais e legais da Educação profissional na sociedade brasileira. A Educação Profissional como modalidade de ensino na LDBEN (9.394/96). Lei 2.208/1997 e o ensino propedêutico. Decreto 5.154/2004 e a integração da EPT com diferentes níveis e modalidades de ensino. Características Institucionais e Educacionais da Rede Federal a partir da criação dos IFs a partir da Lei 11.892/2008. Principais formas de organização curricular. Constituição do currículo na Educação Profissional: integração da formação básica com a formação profissional. Características pedagógicas de Integração entre o ensino médio Integrado, PROEJA e a EPT. Currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica: possibilidades e desafios para o trabalho pedagógico e docente. Eixos Articuladores do Currículo: Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura. A rearticulação entre trabalho e educação para uma Formação Humana Integral. Concepção e princípios do ensino médio integrado Formação humana: omnilateralidade, politécnica e escola unitária. A indissociabilidade entre o trabalho, ciência e cultura. O trabalho como princípio educativo: indissociabilidade entre teoria e prática. Currículo Integrado: Práticas de integração curricular e interdisciplinaridade na educação Profissional. O papel do pedagogo na efetivação do currículo integrado: compreendendo a práxis do ensino e aprendizagem na Educação profissional.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Bases históricas, conceituais e legais da Educação profissional na sociedade brasileira.</b> 1.1 Conhecendo a história da EP no Brasil e sua relação com o trabalho; 1.2 Educação Profissional no Brasil novos rumos; 1.3 A Educação Profissional como modalidade de ensino na LDBEN (9.394/96). 1.4 Lei 2.208/1997 e o ensino propedêutico; 1.5 Decreto 5.154/2004 e a integração da EPT com diferentes níveis e modalidades de ensino; 1.6 Características Institucionais e Educacionais da Rede Federal a partir da criação dos IFs a partir da Lei 11.892/2008.
<b>UNIDADE II</b>	<b>1. Principais formas de organização curricular na Educação Profissional.</b> 1.1 Constituição do currículo na Educação Profissional: integração da formação básica com a formação profissional; 1.2 Características pedagógicas de Integração entre o ensino médio Integrado, PROEJA e a EPT; 1.3 Currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica: possibilidades e desafios para o trabalho pedagógico e docente; 1.4 Eixos Articuladores do Currículo: Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura; 1.5 A rearticulação entre trabalho e educação para uma Formação Humana Integral.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Concepção e princípios do ensino médio integrado</b> 3.1 Formação humana: omnilateralidade, politécnica e escola unitária; 3.2 A indissociabilidade entre o trabalho, ciência e cultura; 3.3 O trabalho como princípio educativo: indissociabilidade entre teoria e prática; 3.4 Currículo Integrado: Práticas de integração curricular e interdisciplinaridade na educação Profissional; 3.5 O papel do pedagogo na efetivação do currículo integrado: compreendendo a práxis do ensino e aprendizagem na Educação profissional.

## 4 Bibliografia

### Básica:

MOURA, Dante Henrique. **Organização Curricular do Ensino Médio Integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura**. Revista Labor. nº7, v.1, 2012. ISSN: 19835000.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

RAMOS, M. **Possibilidades e desafios na organização do Currículo Integrado**. IN: Frigotto G; Ciavatta, M; Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo, Cortez, 2005

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais**, IFRN, 2015 PACHECO, Eliezer (organizador), **Perspectivas da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio**. São Paulo, Fundação Santillana/Moderna, 2012.

**Complementar:**

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Ementa: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

RAMOS, M.N. **Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional**. Revista Educação e Realidade. v.35, 2010.

SILVA, Mônica Ribeiro da (Org.). **Ensino Médio Integrado: travessias**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida Kuenzer; CALAZANS, Julieta. GARCIA, Walter. **Planejamento educacional no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Didática na EPT

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Introdução a Organização dos espaços educativos da Educação Profissional e Tecnológica. Conhecendo o desenho curricular e o princípio da proposta político-pedagógica da EPT. Fundamentos estruturantes da Rede EPT: verticalização, transversalidade, territorialidade. Estrutura curricular da EPT: articulação trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana em todas as modalidades de ensino. Características pedagógica, didática e curricular dos IFs na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico. Estrutura curricular e proposta didático pedagógica do ensino médio integrado. Princípio da organização do Currículo integrado na perspectiva formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo. Didática e Metodologia de Ensino na EPT. Fundamentos e Implicações didáticas na EPT. Planejamento pedagógico e avaliação do ensino na Educação Profissional. A mediação didática na EPT: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Conceitos de inter, transdisciplinar e multidisciplinar como elementos indispensáveis na prática didática da EPT. Elementos teórico e didático metodológico do currículo integrado. Planejamento de práticas pedagógicas integradoras para na EPT. Estratégias didáticas para EPT e sua relação com a metodologia ativa de aprendizagem. Projetos e Inovações nas práticas educacionais na EPT. Prática Docente e Educação Profissional. Especificidades do trabalho pedagógico e docente na EPT. Contribuições da didática para a prática docente na EPT. Condições teórico-práticas da atuação docente na EPT. A prática docente no processo de ensino e aprendizagem: recursos, técnicas e procedimentos na EPT. A Importância de Práticas Pedagógicas Inovadoras na atuação do docente na EPT. A prática ativa como estratégia para o ensino na EPT.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Introdução a Organização dos espaços educativos na EPT</b> 1.1 Conhecendo o desenho curricular e princípio da proposta político-pedagógica da EPT; 1.2 Fundamentos estruturantes da Rede EPT: verticalização, transversalidade, territorialidade; 1.3 Estrutura curricular da EPT: articulação trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana em todas as modalidades de ensino; 1.4 Características pedagógica e curricular dos IFs na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico; 1.5 Estrutura curricular e proposta didático pedagógica do ensino médio integrado; 1.6 Princípio da organização do Currículo integrado na perspectiva formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Didática e Metodologia de Ensino na EPT</b> 2.1 Fundamentos e Implicações didáticas na EPT. 2.2 Planejamento pedagógico e avaliação do ensino na Educação Profissional 2.3 A mediação didática na EPT: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2.4 Conceitos de inter, transdisciplinar e multidisciplinar como elementos indispensáveis prática didática na EPT; 2.5 Elementos teórico e didático metodológico do currículo integrado; 2.6 Planejamento de práticas pedagógicas integradoras para na EPT; 2.7 Estratégias didáticas para EPT e sua relação com a metodologia ativa de aprendizagem; 2.8 Projetos e Inovações nas práticas educacionais na EPT.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Prática Docente e Educação Profissional</b> 3.1 Especificidades do trabalho pedagógico e docente na EPT; 3.2 Contribuições da didática para a prática docente na EPT; 3.3 Condições teórico prática da atuação docente na EPT; 3.4 A prática docente no processo de ensino e aprendizagem: recursos, técnicas e procedimento na EPT;

- 3.5 A Importância de Práticas Pedagógicas Inovadoras na atuação do docente na EPT;  
3.6 A prática ativa como estratégia para o ensino na EPT.

#### 4 Bibliografia

##### Básica:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes.** Brasília: MEC, 2010.

COSTA, Maria Adélia da. **Formação de Professores para Educação Profissional: normatizações, metodologias e práticas.** Brazil Publishing: Curitiba, 2020.

PACHECO, E. (org.) **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares.** Brasília; São Paulo: Fundação Santillana; Moderna, 2012.

##### Complementar:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Formação de docentes para a educação profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional.** Trabalho & Educação v. 17 n. 2. UFMG: Belo Horizonte, 2008.

ARAÚJO, Ronaldo M. L.; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

FIDALGO, F.; MACHADO, L. (ed.). **Dicionário da educação profissional.** Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação FE/UFMG, 2000.

MOURA, Dante Henrique. **A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. V.1, n.1. IFRN: Natal, 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863/1004> Acessado em 11 ago. 2020.

PACHECO, E; FORUCCI, R. (orgs). **15 Anos dos Institutos Federais: história, política e desafio.** Ebook, Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2023.

SILVA, C. J. R. **Bases conceituais da educação profissional e tecnológica. O projeto político pedagógico dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia** (Mimeo). Brasília: 2021.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de Ensino da Arte

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	II	4	44h	8h	8	60h	13%

## 2 Ementa

Caracterização do ensino de Arte para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos do ensino de Arte na escola. Arte/educação: pressupostos teórico-metodológicos com perspectiva interdisciplinar relacionando as quatro linguagens artísticas (Artes Visuais, Teatro, Dança e Música). A criança e as artes visuais: a dramatização, o desenho como forma de representação da subjetividade infantil. Arte e tecnologias. Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Arte para a Educação Infantil e nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologias e estratégias específicas para o ensino de Arte. Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Orientação à prática do ensino de Arte. Experiências e projetos de ensino de Arte na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e em ambientes não-formais. A importância da aprendizagem das linguagens artísticas para o processo formativo do educando. Planejamento e produção de atividades em ciências nos espaços escolares.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Caracterização do ensino de Artes para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</b> 1.1. Os objetivos do ensino de Arte na escola; 2.2 Arte/educação: pressupostos teórico-metodológicos com perspectiva interdisciplinar relacionando as quatro linguagens artísticas (Artes Visuais, Teatro, Dança e Música); 2.3 A criança e as artes visuais: a dramatização, o desenho como forma de representação da subjetividade infantil.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Artes e tecnologias</b> 2.1 Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Arte para a Educação Infantil e nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental; 2.2 Metodologias e estratégias específicas para o Ensino de Arte; 2.3 Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Orientação à prática do ensino de Artes</b> 3.1 Experiências e projetos de ensino de Arte na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e em ambientes não-formais; 3.2 A importância da aprendizagem das linguagens artísticas para o processo formativo do educando; 3.3 Planejamento e produção de atividades de artes nos espaços escolares.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BARBOSA, Ana Mae (Org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo, Cortez, 2002.  
 FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. **Metodologia do Ensino de Arte: fundamentos e proposições**. 2ª Edição ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.  
 FERREIRA, Sueli. (Org.) **O ensino das artes: construindo caminhos**. Campinas: Papirus, 2001.

### Complementar:

ALBANO, Ana Angélica. Arte e pedagogia: além dos territórios demarcados. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 30, n. 80, p. 26-39, jan.-abr. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: ago. 2024.  
 BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.  
 DUNCUM, Paul. Por que a arte-educação precisa mudar. Tradução: Gisele Dionísio da Silva. In: MARTINS, R.; TOURINHO, I. **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011, p. 15-30.  
 FERREIRA, Aurora. **A criança e a Arte: o dia-a-dia na sala de aula**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.  
 MARTINS, Mirian Celeste; Et. al. **Teoria e prática do ensino de arte: a língua do mundo**. São Paulo: FTD, 2010.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão como Princípios Educativos

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Pesquisa, inovação tecnológica, extensão e os processos educacionais. Pesquisa, inovação tecnológica e extensão e a formação humana integral.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 A pesquisa</b> 1.1 O que são: Pesquisa, Inovação Tecnológica e Extensão? 1.2 A importância da pesquisa para os cursos de graduação; 1.3 Como estruturar um projeto de pesquisa?
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 A extensão</b> 2.1 O que é extensão na educação superior? 2.2 A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; 2.3 Quais os impactos da extensão para a comunidade?
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Inovação tecnológica</b> 3.1 Propriedade intelectual; 3.2 Inovação; 3.3 Patente; 3.4 O uso de tecnologia aplicada ao ensino-pesquisa-extensão.

## 4 Bibliografia

### Básica:

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.**

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

### Complementar:

COELHO, Maria Inês; COSTA, Anna Edith Bellico. (Orgs.). **A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade.**

LÜDKE, Menga. **O professor e a pesquisa.**

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária:**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular:** uma visão da extensão.

MOZZATO, Anelise Rebelato. **Para além do ensino técnico:** educação dialógico emancipatória.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Prática de Extensão I

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
3º	III	4	-	-	60h	60h	0%

## 2 Ementa

As Práticas de Extensão deverão ser desenvolvidas por meio de programas e projetos de extensão, como: minicursos, cursos de curta duração, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade, ações sociais e outras modalidades pertinentes que envolvam a comunidade externa ao Ifap. É essencial que no planejamento das Práticas de Extensão sejam observados aspectos como a natureza da atividade de extensão vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso. Na mesma proporção, a ação deverá contribuir para a interação dos acadêmicos com a comunidade, especialmente, nas escolas de educação básica, por meio da formação de estudantes e professores, a fim de viabilizar processos de ensino e de aprendizagem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental no contexto escolar. As atividades de extensão poderão considerar as áreas de inclusão, de atendimento de grupos em vulnerabilidade, dos diferentes setores econômicos e preconizar a formação de arranjos produtivos locais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento</b> 1.1 Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; 1.2 Formalização do projeto no Suap; 1.3 Organização da proposta de atividade de extensão.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Implementação</b> 2.1 Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Conclusão e Análise</b> 3.1 Discussão sobre o planejamento, a implementação e a gestão da prática extensionista; 3.2 Certificação dos participantes externos; 3.3 Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista; 3.4 Encerramento do projeto no Suap.

## 4 Bibliografia

### Básica:

MELLO, C. de M. et al. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>. Acesso em: 7 mar. 2023.  
 SOUSA, B. A. de; MEDEIROS, V. M.; MEDEIROS, C. R. de A. (Org.). **Extensão: conexão e diálogo**. João Pessoa: IFPB, 2016.  
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

### Complementar:

**BRASIL**. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.  
 Ifap. **Regulamentação da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. RESOLUÇÃO 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP.  
 FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Políticas de Extensão e Curricularização da Extensão no Ensino Superior Brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/forproex>. Acesso em: 27 ago. 2024.  
 SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Lucília Delgado (Orgs.). **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.  
 SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. **Rede rizoma: movimento de extensão do IFPB**. João Pessoa: IFPB, 2016.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Estágio Supervisionado I: Educação Profissional

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	IV	4	-	-	70h	70h	0%

## 2 Ementa

Aspectos legais e formativos. Contexto atual da educação profissional no Brasil. Estrutura de funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Pressupostos teórico-metodológicos do processo ensino e aprendizagem na educação profissional, que envolvem a compreensão do trabalho como princípio educativo. Currículo escolar: discussões teórico-práticas no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Práticas no cotidiano escolar em instituição de educação profissional, vivenciando a estrutura de funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica e os programas e projetos governamentais desenvolvidos no âmbito dessa modalidade de ensino.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Plano de Estágio</b> 1.1 Construção do Plano de Estágio; 1.2 Conhecimento da realidade escolar, da infraestrutura, de recursos e Projeto Político Pedagógico da escola.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 No ambiente de ensino</b> 2.1 Observação; 2.2 Intervenção.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Discussões</b> 3.1 Análise sobre a implementação e os resultados obtidos na intervenção; 3.2 Elaboração e entrega do relatório de estágio.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil.**

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo – Desafios, Tensões e Possibilidades.**

### Complementar:

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local.** 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

SCHIMIDT, Michele de Almeida. **Os institutos de educação, ciência e tecnologia:** um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. 2010. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de adultos:** relato de uma experiência construtivista.

**Pré-requisito:** Didática Geral; Didática na EPT.

## 1 Identificação

### Literatura Infanto-Juvenil

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Evolução da Literatura infanto juvenil. Conceito, origens e características da literatura infanto juvenil. Primórdios da literatura infantil no Brasil. Obras e autores representativos da literatura infanto juvenil brasileira. A literatura infantil da década de 30 à atualidade. A literatura amapaense para crianças. Condições de produção e consumo da literatura infanto juvenil. O processo evolutivo das ilustrações no livro infantil. As histórias em quadrinhos no Brasil. O folclore na literatura infantil. A poesia infantil brasileira. O teatro infantil/juvenil. A utilização da Literatura infanto juvenil em sala de aula. Diferentes espaços para a disseminação da literatura infantojuvenil: sala de leitura, brinquedoteca, ponto de leitura. A importância da tradição oral no ambiente escolar, com destaque ao contador de história para dissipação das manifestações culturais por meio da linguagem oral. O texto como ferramenta de autoconhecimento e crítica social. Técnicas e métodos para formação do leitor. Dinâmicas de Leitura.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Evolução da Literatura infanto juvenil</b> 1.1 Conceito, origens e características da literatura infanto juvenil; 1.2 Primórdios da literatura infantil no Brasil; 1.3 Obras e autores representativos da literatura infanto juvenil brasileira; 1.4 A literatura infantil da década de 30 à atualidade; 1.5 A literatura amapaense para crianças.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Condições de produção e consumo da literatura infanto juvenil.</b> 2.1 O processo evolutivo das ilustrações no livro infantil; 2.2 As histórias em quadrinhos no Brasil; 2.3 O folclore na literatura infantil; 2.4 A poesia infantil brasileira; 2.5 O teatro infantil/juvenil.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 A utilização da Literatura infanto juvenil em sala de aula.</b> 3.1 Diferentes espaços para a disseminação da literatura infantojuvenil: sala de leitura, brinquedoteca, ponto de leitura; 3.2 A importância da tradição oral no ambiente escolar, com destaque ao contador de história para dissipação das manifestações culturais por meio da linguagem oral; 3.3 O texto como ferramenta de autoconhecimento e crítica social; 3.4 Técnicas e métodos para formação do leitor; 3.5 Dinâmicas de Leitura.

## 4 Bibliografia

### Básica:

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**: das origens indoeuropeias ao Brasil contemporâneo. São Paulo: Amarilys, 2010.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: Teoria. Análise. Didática. São Paulo: Moderna, 2002.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMANN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: História e estórias. SP: Ática, 2003.

### Complementar:

BETTELHEIN, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Ática Editora, 2003.

LENA, Lois. **Teoria e prática da formação do leitor**: leitura e literatura na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARTINS, G.; SANTOS, L. W. dos. **Literatura infantil e juvenil na prática docente**. RJ, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de ensino de Língua Portuguesa

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Caracterização do ensino de Língua Portuguesa para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Linguagem, língua e fala. Variação linguística e o Ensino de Língua Portuguesa. Gêneros textuais como objeto de Ensino de Língua Portuguesa. Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Língua Portuguesa para a Educação Infantil e nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologias e estratégias específicas para o ensino da língua oral e escrita, tais como: jogos linguísticos e metalinguísticos. Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Orientação à prática do ensino de Língua Portuguesa. Estudo funcional da ortografia, pontuação e gramática a partir do texto. Práticas de leitura e produção textual. Planejamento e produção de atividades em ciências nos espaços escolares.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Caracterização do ensino de Língua Portuguesa para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b> 1.1 Linguagem, língua e fala; 1.2 Variação linguística e o Ensino de Língua Portuguesa; 1.3 Gêneros textuais como objeto de Ensino de Língua Portuguesa.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Língua Portuguesa e tecnologias</b> 2.1 Análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Língua Portuguesa para a Educação Infantil e nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental; 2.2 Metodologias e estratégias específicas para o ensino da língua oral e escrita, tais como: jogos linguísticos e metalinguísticos; 2.3 Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Orientação à prática do ensino de Língua Portuguesa</b> 3.1 Estudo funcional da ortografia, pontuação e gramática a partir do texto; 3.2 Práticas de leitura e produção textual; 3.3 Planejamento, produção de atividades e materiais didáticos para o ensino de Língua Portuguesa.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **A produção de textos nas séries iniciais**: desenvolvendo competências da escrita. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2005.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, e como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

### Complementar:

ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**Pré-requisito**: Não há

## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de ensino de Matemática

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático. A função social dos conteúdos matemáticos. Ensino da Matemática e desenvolvimento cognitivo. Metodologias e estratégias para o ensino de Matemática na educação básica e profissional. Interação entre a Matemática e os temas transversais. Ludicidade e inovação no ensino e aprendizagem da Matemática. Plano de ensino e de aula. Projetos inter e transdisciplinares. O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Matemática. A produção de material didático para o ensino de Matemática. A avaliação da aprendizagem matemática.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Caracterização do ensino de Matemática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental</b> 1.1. Visão histórica e epistemológica do conhecimento matemático; 1.2 O processo de construção do pensamento matemático: o desenvolvimento do raciocínio lógico; 1.3 A Etnomatemática como princípio pedagógico.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Matemática e tecnologias</b> 2.1 Estudo dos objetivos e dos conteúdos programáticos de Matemática na Educação Infantil, nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental e suas interfaces na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). 2.2 Metodologias e estratégias de ação que auxiliam o desenvolvimento do pensamento lógico matemático 2.3 Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Orientação à prática do ensino de Matemática</b> 3.1 O livro didático e práticas laboratoriais para o ensino de Matemática; 3.2 Metodologias aplicadas aos eixos temáticos da Matemática; 3.3 Planejamento, produção de atividades e materiais didáticos para o ensino de Matemática.

## 4 Bibliografia

### Básica:

CARVALHO, Dione Lucchesi. **Metodologia do ensino da matemática**. São Paulo: Cortez, 1990.  
 D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática-elo entre as tradições e a modernidade**. São Paulo: Autêntica, 2007.  
 D'AMBROSIO, B. **Formação de professores de matemática para o século XXI: o grande desafio**. Pro-posições, v.4, n.1, p. 35-40, 1993.

### Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.  
 DANTE, Luis Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 1996.  
 FONSECA, Solange. **Metodologia de ensino em matemática**. Belo Horizonte: Editora Lê, Fundação Helena Antipoff, 1997.  
 GROSSI, Esther Pillar. **Por onde começar o ensino da matemática?** Porto Alegre: GEEMPA, 2006.  
 NETO, Ernesto Rosa. **Didática da matemática**. 10ed. São Paulo: Ática, 1998.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de Ensino de Geografia

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Caracterização do ensino de Geografia para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Caracterização da área Geografia: fundamentos, categorias, objetivos e finalidades. As categorias espaço geográfico, território, paisagem, lugar e a sua importância no aprendizado da Geografia na escola. Paradigmas e formas de abordagem no ensino de geografia. Geografia e tecnologias. Estudo dos objetivos e dos conteúdos programáticos de Geografia na Educação Infantil, nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental e suas interfaces na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Metodologias e estratégias de ação que auxiliam o desenvolvimento da disciplina de Geografia. Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Orientação à prática do ensino de Geografia. Geografia por meio da alfabetização geográfica e a sua importância enquanto instrumento de significação geográfica. A construção das relações espaciais e das representações gráficas pela criança: cartografia social. Planejamento, produção de atividades e materiais didáticos para o ensino de Geografia.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Caracterização do ensino de Geografia para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</b> 1.1. Caracterização da área Geografia: fundamentos, categorias, objetivos e finalidades; 1.2 As categorias espaço geográfico, território, paisagem, lugar e a sua importância no aprendizado da Geografia na escola; 1.3 Paradigmas e formas de abordagem no ensino de geografia.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Geografia e tecnologias</b> 2.1 Estudo dos objetivos e dos conteúdos programáticos de Geografia na Educação Infantil, nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental e suas interfaces na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2.2 Metodologias e estratégias de ação que auxiliam o desenvolvimento da disciplina de Geografia; 2.3 Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Orientação à prática do ensino de Geografia</b> 3.1 Geografia por meio da alfabetização geográfica e a sua importância enquanto instrumento de significação geográfica; 3.2 A construção das relações espaciais e das representações gráficas pela criança: cartografia social; 3.3 Planejamento, produção de atividades e materiais didáticos para o ensino de Geografia.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ALMEIDA, R. Doin de (Org.). **Novos Rumos da Cartografia Escolar**: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.  
 CARLOS, Ana Fani (org). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.  
 CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; GOULAR, Ligia Beatriz. **Uma contribuição à reflexão do Ensino de Geografia**: a noção da espacialidade e o estudo da natureza. Geografia Pesquisa e Prática Social. São Paulo: AGB: Marco Zero, 1990.

### Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.  
 CAZETTA, Valéria e OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado (Orgs). **Grafias do Espaço**: imagens da educação geográfica contemporânea. São Paulo: Alínea, 2013.  
 CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação Geográfica e as teorias de aprendizagens. **CEDES**, Campinas, vol. 25, n.66, p.129-272, maio/ago. 2005.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas/SP, Editora Papyrus, 1998, 192p.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização cartográfica e aprendizagem de geografia**. São Paulo: USP, 2003.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Metodologias Ativas de Aprendizagem

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Apresentação, caracterização, discussão e compreensão teórico-prática do amplo e rico espectro das metodologias ativas (Active Learning) e algumas tecnologias digitais aplicáveis a educação compreende uma necessidade formativa premente dos docentes hodiernos. Nesse sentido, deve-se destacar a relevância, consistência, constância e conveniência do emprego dessas estratégias educacionais na rotina escolar, tendo por base o profundo conhecimento das mesmas, os limites e possibilidades que oferecem para potencialização da aprendizagem centrada no estudante.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

UNIDADE I	<b>1 Novas abordagens pedagógicas para a educação do século XXI</b> 1.1 Educação dispuritiva; 1.2 Educação 4.0 e 5.0; 1.3 E-learning: o que é, como funciona na educação 1.4 Princípios conceituais e metodológicos da aprendizagem ativa; 1.5 A importância das metodologias ativas; 1.6 Porque utilizar metodologias ativas no ensino? 1.7 Perspectivas pedagógicas que convergem para as metodologias ativas: cognitivismo, construtivismo, 1.8 O cognitivismo construtivista de Jean Piaget, Jerome Bruner e David Ausubel; 1.9 Socioconstrutivismo; 1.10 Pragmatismo; 1.11 Pedagogia Humanista; 1.12 Perspectiva histórico-crítica; 1.13 conectivismo.
	<b>2 Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado?</b> 2.1 Metodologias ativas e tecnologias digitais; 2.2 Quais as práticas de ensino-aprendizagem mais comuns nas metodologias ativas de aprendizagem?
	<b>3 Metodologias ativas/sequências didáticas</b> 3.1 Quais são os benefícios das metodologias ativas para o professor e para o aluno? 3.2 A autonomia do aluno nas metodologias ativas; 3.4 A avaliação no contexto das metodologias ativas; 3.5 Metodologias Ativas porque aplica-las?

## 4 Bibliografia

### Básica:

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015;

MORAN, J. M. ; Bacich, L. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Penso, 2018.

BENDER, W. **Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2014. 159 p.

### Complementar:

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p.

BALDISSERA, F. **Mediações pedagógicas e metodologias ativas no contexto da Educação profissional e tecnológica a distância**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2000.

CASTELLAR, S.V. **Metodologias ativas: sequências didáticas**. 1. ed. — São Paulo : FTD, 2016.

JENSEN, E. **Enriqueça o Cérebro – como maximizar o potencial de aprendizagem de todos os alunos**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERRENOUD, P. H. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Metodologias e Estratégias de Ensino de História

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
4º	II	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Caracterização do ensino de História para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O objeto da História ensino de História: o saber histórico e sua relação com o saber escolar. A questão da interpretação e a utilização de fontes históricas (escritas, orais, visuais, iconográficas). Conceitos de tempo, fato e sujeito histórico. A identidade como produção social e histórica: cidadania/identidade e as relações sociais. História e tecnologias. Estudo dos objetivos e dos conteúdos programáticos de História na Educação Infantil, nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental e suas interfaces na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O ensino da história do Amapá e da História da Amazônia na sala de aula. Metodologias e estratégias de ação que auxiliam o desenvolvimento da disciplina de História. Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Orientação à prática do ensino de História. Patrimônio material e imaterial. Propostas metodológicas para a inscrição da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar. Planejamento, produção de atividades e materiais didáticos para o ensino de História.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Caracterização do ensino de História para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</b> 1.1. O objeto da História ensino de História: o saber histórico e sua relação com o saber escolar; 1.2 A questão da interpretação e a utilização de fontes históricas (escritas, orais, visuais, iconográficas); 1.3 Conceitos de tempo, fato e sujeito histórico; 1.4 A identidade como produção social e histórica: cidadania/identidade e as relações sociais.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 História e tecnologias</b> 2.1 Estudo dos objetivos e dos conteúdos programáticos de História na Educação Infantil, nos ciclos iniciais do Ensino Fundamental e suas interfaces na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2.2 O ensino da história do Amapá e da História da Amazônia na sala de aula; 2.3 Metodologias e estratégias de ação que auxiliam o desenvolvimento da disciplina de História; 2.4 Recursos e instrumentos de avaliação da aprendizagem.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Orientação à prática do ensino de História</b> 3.1 Patrimônio material e imaterial 3.2 Propostas metodológicas para a inscrição da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar; 3.3 Planejamento, produção de atividades e materiais didáticos para o ensino de História.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.  
 BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamento e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
 FONSECA, Thais Nívea de Lima. **História e Ensino de História**. 3º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

### Complementar:

ALMEIDA, Guilherme de. **Influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira**. São Paulo: Afreaka: Coleção Tesouro Cultural. Disponível em <http://www.afreaka.com.br/notas/colecao-de-livros-difunde-cultura-afro-brasileira-nasescolas/>. Acesso: 25 ago. 2024.  
 ANDRADE, Lílian Gonçalves de. **Narrativa histórica e narrativa literária: pontos e contrapontos**. Disponível em <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/95/49>> Acesso em 25 ago. 2024.  
 BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.  
 FONSECA, Selva G. **Didática e Prática de Ensino de História**. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2006.  
 KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 3 ed. SP: Contexto, 2005.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Estágio Supervisionado II: Educação Infantil

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	IV	6	-	-	90h	90h	0%

## 2 Ementa

Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação profissional.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento do plano de estágio</b> 1.1 História da concepção de infância e do atendimento a criança; 1.2 Desenvolvimento da educação infantil e sua relação com o processo de aprendizagem; 1.3 Aspectos teórico-metodológicos do ensinar-aprender na Educação Infantil; 1.4 A rotina pedagógica na escola infantil: tempo e espaço; 1.5 Elaboração do plano de estágio.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 O estágio</b> 2.1 Observação; 2.2 Elaboração do plano de aula; 2.3 Intervenção; 2.4 Readequação do plano de aula após a intervenção; 2.5 Intervenção com o plano de aula readequado. 2.6 Observação geral do contexto escolar.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Discussões</b> 3.1 Os desafios encontrados na Educação Infantil; 3.2 Como melhorar as práticas pedagógicas? 3.3 Elaboração e entrega do relatório de estágio.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.  
 CUNHA, Maria Isabel da (org). **Formatos avaliativos e concepção de docência**.  
 PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**.

### Complementar:

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**.  
 SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**.  
 GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**.  
 PATTUZZO, Y. G.; GONÇALVES, E. S. **As múltiplas linguagens na educação infantil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 08, Vol. 01, pp. 53- 71. Agosto de 2019.  
 PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

**Pré-requisito:** Concepções Pedagógicas da Educação Infantil; Didática Geral.

## 1 Identificação

### Sociedade, Educação e Trabalho

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Pressupostos teóricos e conceituais sobre Sociedade, Educação e Trabalho; Relações entre Sociedade, Educação e Trabalho, Trabalho como uma construção histórico-cultural e como o elemento de formação e transformação na vida humana; Sociedade, educação e função social da escola. A relação escola e trabalho; Hegemonia e contra-hegemonia dos espaços educativos; Educação para além do capital; Dimensões da educação e trabalho na sociedade contemporânea; A educação e as transformações na sociedade no século XXI; Educação e trabalho no contexto neoliberal: análises numa perspectiva crítica; A educação enquanto campo de disputas políticas e sociais; Sociedade, Trabalho e educação: implicações no âmbito escolar; Mudança social e mudança tecnológica e os impactos na educação; Educação e conhecimento: Impactos na formação do trabalho docente; Trabalho e Educação no mundo contemporâneo: paradigmas da organização do trabalho, ciência, tecnologia, trabalho e educação; A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco; As transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a educação; Relação entre educação e trabalho: análise numa perspectiva da reforma do ensino médio no Brasil; Educação profissional e tecnológica - EPT: os desafios da relação trabalho-educação; Relação trabalho-escola: uma discussão sobre o papel social da escola na atualidade e perspectivas futuras.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1. Pressupostos teóricos e conceituais sobre Sociedade, Educação e Trabalho</b> 1.1 Relações entre Sociedade, Educação e Trabalho; 1.2 Trabalho como uma construção histórico-cultural e como o elemento de formação e transformação na vida humana; 1.3 Sociedade, educação e função social da escola; 1.4 A relação escola e trabalho; Hegemonia e contra-hegemonia dos espaços educativos; 1.4 Educação para além do capital.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2. Dimensões da educação e trabalho na sociedade contemporânea</b> 2.1 A educação e as transformações na sociedade no século XXI; 2.2 Educação e trabalho no contexto neoliberal: análises numa perspectiva crítica; 2.3 A educação enquanto campo de disputas políticas e sociais; 2.4 Sociedade, Trabalho e educação: implicações no âmbito escolar; 2.5 Mudança social e mudança tecnológica e os impactos na educação; 2.6 Educação e conhecimento: Impactos na formação do trabalho docente.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3. Trabalho e Educação no mundo contemporâneo: paradigmas da organização do trabalho, ciência, tecnologia, trabalho e educação</b> 3.1 A revolução científica e tecnológica: o mundo globalizado em foco; 3.2 As transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a educação; 3.3 Relação entre educação e trabalho: análise numa perspectiva da reforma do ensino médio no Brasil; 3.4 Educação profissional e tecnológica - EPT: os desafios da relação trabalho-educação; 3.5 Relação trabalho-escola: uma discussão sobre o papel social da escola na atualidade e perspectivas futuras.

## 4 Bibliografia

### Básica:

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**. 1ªed. Boitempo editorial. São Paulo, 2019.  
 IBERNÓN, F. LILIAN, B. & 9 mais. **Educação para o Século XXI: os desafios do futuro imediato**. Editora Penso. RS, 2000.  
 MÉSZÁROS, I. Educação para além do capital. Boitempo editorial. São Paulo, 2005.

PEREIRA, R, F, M. **Trabalho e Educação: uma perspectiva histórica**. 1ª Ed. Editora Intersaberes. PR, 2012.

**Complementar:**

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um re(exame) das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4.ed. São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 2001.

OLIVEIRA, R. **Globalização e as Reformas do Ensino Médio na Educação Profissional nos anos 1990**. 1ª ed. Coleção formação Pedagógica, volume IV. IFPR – 2014

SILVA, V. O. **Teoria Crítica, Neoliberalismo e Educação: análise reflexiva da realidade educacional brasileira a partir de 1990**. Ed. Pacto Editorial, 2020.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	I	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Educação Especial: aspectos históricos, legais, políticos, sociais e pedagógicos. Políticas públicas de Educação Especial no contexto escolar. Direitos da pessoa com deficiência. Características de inclusão social e inclusão escolar. Concepções de deficiência, da acessibilidade e dos serviços garantidos legalmente ao estudante público-alvo da Educação Especial. Características e mitos do estudante público-alvo da Educação Especial. Transtorno Funcionais Específicos: conceituação e atuação pedagógica. Dificuldade de aprendizagem: dislalia, dislexia, disortografia, disgrafia e outros. Estratégias de acessibilidade, desenho universal da aprendizagem, metodologias ativas e tecnologia assistiva. Trabalho colaborativo em contexto de sala de aula. Formas organizativas do trabalho pedagógico, em parceria com a Rede de Apoio Escolar. As características do Atendimento Educacional Individualizado e o papel do professor da sala de aula. Práticas pedagógicas acessíveis para todos os estudantes e adaptação curricular. Planejamento Educacional Individualizado e Plano de Atendimento Educacional Individualizado. Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência. Desafios e percepções da Educação Especial na contemporaneidade.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Educação Especial: aspectos históricos, legais, políticos, sociais e pedagógicos</b> 1.1 Políticas públicas de Educação Especial no contexto escolar; 1.2 Direitos da pessoa com deficiência; 1.3 Características de inclusão social e inclusão escolar; 1.4 Concepções de deficiência, da acessibilidade e dos serviços garantidos legalmente ao estudante público-alvo da Educação Especial; 1.5 Características e mitos do estudante público-alvo da Educação Especial.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Transtorno Funcionais Específicos: conceituação e atuação pedagógica.</b> 2.1 Dificuldade de aprendizagem: dislalia, dislexia, disortografia, disgrafia e outros; 2.2 Estratégias de acessibilidade, desenho universal da aprendizagem, metodologias ativas e tecnologia assistiva; 2.3 Trabalho colaborativo em contexto de sala de aula; 2.4 Formas organizativas do trabalho pedagógico em parceria com a Rede de Apoio Escolar.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Características do Atendimento Educacional Individualizado e o papel do professor da sala de aula</b> 3.1 Práticas pedagógicas acessíveis para todos os estudantes e adaptação curricular; 3.2 Planejamento Educacional Individualizado e Plano de Atendimento Educacional Individualizado; 3.3 Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência. 3.4 Desafios e percepções da Educação Especial na contemporaneidade.

## 4 Bibliografia

### Básica:

DÍAZ, Félix, et al., (Orgs). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social:** questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

RAIÇA, Darcy (Org.). **Tecnologia para Educação Inclusiva.** São Paulo: Avercamp, 2008.

### Complementar:

BARRETO, Maria Angela Oliveira Champion Barreto; BARRETO, Flávia Oliveira Champion Barreto. **Educação Inclusiva:** contexto social e histórico, análises das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Érica, 2014.



Glat, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva:** cultura e cotidiana escolar. Vol. 6. e ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.  
LIMA, Priscila Augusta **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.  
ORRÚ, Sílvia Ester (Org.). **Para além da Educação Especial:** Avanços e desafios de uma educação inclusiva.  
Rio de Janeiro: Wak, 2014.  
RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática:** Estratégias eficazes para a Educação Inclusiva. 3 ed. São Paulo:  
Summus, 2016.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Políticas e Legislação Educacional

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Conceito e definições de Estado, Política e Políticas Públicas no Brasil. Características legais e definições das Políticas Públicas Educacionais. Políticas Públicas Educacionais no Brasil: perspectivas históricas; A Educação nas Constituições no Brasil (1824 a 1988). Redemocratização Política no Brasil: introdução às principais mudanças sociais e políticas educacionais. Debate histórico sobre as principais reformas educacionais no Brasil. Legislação e Política Educacional Brasileira. A LDBEN Nº 9.394/96: Estrutura e Funcionamento do Sistema de Ensino no Brasil. Concepções políticas e educacionais da Educação Básica; Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação como direito político, social e cidadania. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Neoliberalismo e Políticas Educacionais no Brasil. A influência dos organismos internacionais na configuração das políticas públicas e educacionais no Brasil; O PNE e o Sistema Nacional de Educação: metas, embates e desafios. A BNCC como Política Educacional: implicações, disputas, discussões e perspectivas. A Reforma do Novo Ensino Médio. BNCC, Diretrizes Curriculares Nacionais e PCNs: diferenças e intencionalidades educacionais. As políticas educacionais na sociedade contemporânea: pesquisas e debates atuais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1. Conceito e definições de Estado, Política e Políticas Públicas no Brasil</b> 1.1 Características legais e definições das Políticas Públicas e Políticas Públicas Educacionais; 1.2 Políticas Públicas Educacionais no Brasil: perspectivas históricas; 1.3 A Educação nas Constituições no Brasil (1824 a 1988); 1.4 Redemocratização Política no Brasil: introdução às principais mudanças sociais e políticas educacionais; 1.5 Debate histórico sobre as principais reformas educacionais no Brasil.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2. Legislação e Política Educacional Brasileira</b> 2.1 A LDBEN Nº 9.394/96: Estrutura e Funcionamento do Sistema de Ensino no Brasil; 2.2 Concepções políticas e educacionais da Educação Básica; 2.3 Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação como direito político, social e cidadania; 2.4 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 O Neoliberalismo e Políticas Educacionais no Brasil.</b> 3.1 A influência dos organismos internacionais na configuração das políticas públicas e educacionais no Brasil; 3.2 O PNE e o Sistema Nacional de Educação: metas, embates e desafios; 3.3 A BNCC como Política Educacional: implicações, disputas, discussões e perspectiva; 3.4 A Reforma do Novo Ensino Médio; 3.5 BNCC, Diretrizes Curriculares Nacionais e PCNs: diferenças e intencionalidades; 3.5 As políticas educacionais na sociedade contemporânea: pesquisas e debates atuais.

## 4 Bibliografia

### Básica:

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2018.  
FERREIRA, N.C. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios**. Cortez, 2003.  
GENTILI, P.; SILVA, T.T. Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas. 15ª ed. Vozes, 2015.  
SIQUEIRA, Kassia et al. (Org.). **Escritos sobre Políticas Públicas**. Curitiba: CRV, 2016.

### Complementar:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. DF, versão final. Brasil. 2018.  
BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**. 4 ed. São Paulo: Avercamp, 2018.  
BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e Legislação da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Intersaberes, 2012.  
MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **Políticas Públicas Educacionais: Novos Contextos e Diferentes Desafios Para Educação No Brasil**. Curitiba: CRV, 2014.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Educação de Jovens e Adultos

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

A trajetória histórica da EJA no Brasil. Perfil e características dos sujeitos da EJA. Princípios e os fundamentos pedagógicos da EJA; A relação educação e trabalho como fundamento para a educação de jovens e adultos: um novo sentido no currículo da EJA. Estudos de Paulo Freire como referenciais da educação popular. Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: fundamentos teóricos e metodológicos. A especificidade do trabalho pedagógico com Jovens e Adultos. A pedagogia da Andragogia: práticas e estratégias para ajudar adultos no processo de aprendizagem. Características do processo ensino-aprendizagem e o currículo flexível na EJA. Relação entre as propostas curriculares e as práticas educativas para a EJA. Planejamento e Avaliação na EJA. Elaboração e análise de material didático adequado para a aprendizagem de pessoas adultas. A especificidade da atuação do pedagogo na EJA; A formação docente na EJA. Compreensão, evolução das políticas e marcos legais da EJA:CF/1998, LDBEN 9.394/96, EJA no PNE; Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA: análises críticas; A EJA na Educação Profissional e o PROEJA. EJA e a BNCC: qual seu lugar no documento Base. Eja como direito na educação; A EJA na contemporaneidade a partir dos temas de educação ambiental, tecnologias e mundo do trabalho. A EJA como processo de inclusão social e as práticas emancipatórias. O fenômeno da juvenilização na EJA. Aspectos gerais da EJA no Brasil na contemporaneidade; Sujeitos e características da EJA no Estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil</b> 1.1 Políticas públicas e legislação que regulamenta a EJA: finalidade, sentido e significados; 1.2 Perfil e características dos sujeitos da EJA; 1.3 Princípios e os fundamentos pedagógicos da EJA; 1.4 A relação educação e trabalho como fundamento para a educação de jovens e adultos: um novo sentido no currículo da EJA; 1.5 Estudos de Paulo Freire como referenciais da educação popular; 1.6 Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: fundamentos teóricos e metodológicos; 1.7 A especificidade do trabalho pedagógico na EJA.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 A pedagogia da Andragogia: práticas e estratégias para ajudar adultos no processo de aprendizagem</b> 2.1 A importância da Andragogia para o ensino na EJA; 2.2 O processo ensino-aprendizagem e o currículo flexível na EJA; 2.3 Relação entre as propostas curriculares e as práticas educativas para a EJA; 2.4 Planejamento e Avaliação na EJA; 2.5 Elaboração e análise de material didático adequado para a aprendizagem de pessoas adultas; 2.6 A especificidade da atuação do pedagogo na EJA; 2.6 A formação docente na EJA: uma reflexão crítica;
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Compreensão, evolução das políticas e marcos legais da EJA</b> 3.1 CF/1998, LDBEN 9.394/96, A EJA no PNE; 3.2 A EJA na Educação Profissional e o PROEJA; 3.3 EJA e a BNCC: qual seu lugar no documento Base? 3.4 EJA como direito na educação; 3.4 A EJA na contemporaneidade a partir dos temas de educação ambiental, tecnologias e mundo do trabalho; 3.5 A EJA como processo de inclusão social e as práticas emancipatórias; 3.6 O fenômeno da juvenilização na EJA: reflexões necessárias; 3.7 Aspectos gerais da EJA no Brasil, no Estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.

#### 4 Bibliografia

**Básica:**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BARCELOS, V, H, L. **Educação de Jovens e Adultos, Currículos e Práticas Pedagógicas**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 73.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2018.

**Complementar:**

BARCELOS, V, H, L. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARCELOS, V, H, L. **Avaliação na Educação de Jovens e Adultos: uma proposta solidária e cooperativa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARREIRA, Denise *et. al.* **A EJA em Xequê: Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOARES, L. **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

SOUSA, M, A. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Sistema Braille e suas Tecnologias

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	I	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

Sistema Braille: contexto histórico. A origem do Sistema Braille. O Sistema Braille no Brasil e sua relação na educação. Legislação de acessibilidade. A importância das relações interpessoais das pessoas com deficiência visual no âmbito educacional. Dispositivos utilizados para a escrita e impressão em Braille: reglete, punção, máquina de datilografia Braille e impressora Braille. Aspectos metodológicos para o ensino do Sistema Braille como apoio pedagógico docente. O Sistema Braille. O Sistema Braille: alfabeto, letras acentuadas, sinais auxiliares da escrita, maiúscula, caixa alta, grifo, sinal de número e pontuação. Transcrição do sistema comum para o Braille e vice-versa: palavras, frases e pequenos textos; parágrafo, centralização de títulos; leitura de textos. Normas técnicas do código Braille. Simbologia Matemática: numerais indo-arábicos, romanos e ordinais; representação das operações fundamentais; representação de figuras geométricas; representação de datas. Braille e suas tecnologias. Tecnologia na educação do aluno com deficiência visual. Utilização da Grafia Braille para a Informática. Noções de maquetes táteis e recursos pedagógicos táteis. Dinâmica de orientação e mobilidade. Noções de audiodescrição.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Sistema Braille: contexto histórico</b> 1.1 A origem do Sistema Braille; 1.2 O Sistema Braille no Brasil e sua relação na educação; 1.3 Legislação de acessibilidade; 1.4 A importância das relações interpessoais das pessoas com deficiência visual no âmbito educacional; 1.5 Dispositivos utilizados para a escrita e impressão em Braille: reglete, punção, máquina de datilografia Braille e impressora Braille; 1.6 Aspectos metodológicos para o ensino do Sistema Braille como apoio pedagógico docente.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 O Sistema Braille</b> 2.1 O Sistema Braille: alfabeto, letras acentuadas, sinais auxiliares da escrita, maiúscula, caixa alta, grifo, sinal de número e pontuação; 2.2 Transcrição do sistema comum para o Braille e vice-versa: palavras, frases e pequenos textos; parágrafo, centralização de títulos; leitura de textos; 2.3 Normas técnicas do código Braille; 2.4 Simbologia Matemática: numerais indo-arábicos, romanos e ordinais; representação das operações fundamentais; representação de figuras geométricas; representação de datas.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Braille e suas tecnologias</b> 3.1 Tecnologia na educação do aluno com deficiência visual; 3.2 Utilização da Grafia Braille para a Informática; 3.3 Noções de maquetes táteis e recursos pedagógicos táteis; 3.4 Dinâmica de orientação e mobilidade; 3.5 Noções de audiodescrição.

## 4 Bibliografia

### Básica:

MACHADO, Rosane do Carmo; MERINO, Eugenio Andrés Díaz. **Descomplicando a escrita Braille:** considerações a respeito da deficiência visual. Curitiba: Juruá, 2009.  
MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. **Exercícios de ver e não ver:** arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Bonsucesso: Nau, 2010.  
MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

**Complementar:**

AMORIM, Célia Maria de; NASSIF, Maria Christina; ALVES, Maria Glicélia. **Escola e deficiência visual:** como auxiliar o seu filho. São Paulo: Dorina Nowill, 2009.

FERREIRA, Elise de Melo Borba. **Sistema Braille:** Simbologia aplicada à língua portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-cientifica-2014-benjamin-constant/copy\\_of\\_livros/materiais-didaticos-1/simbologia-braille\\_2019\\_public.pdf](https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-cientifica-2014-benjamin-constant/copy_of_livros/materiais-didaticos-1/simbologia-braille_2019_public.pdf). Acesso em: 04 jul. 2023.

GEPA. **Manual de adaptação de textos para o Sistema Braille.** Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-cientifica-2014-benjamin-constant/copy\\_of\\_livros/materiais-didaticos-1/manual\\_de\\_adaptao\\_de\\_textos\\_para\\_o\\_sistema\\_braille.pdf](https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-cientifica-2014-benjamin-constant/copy_of_livros/materiais-didaticos-1/manual_de_adaptao_de_textos_para_o_sistema_braille.pdf). Acesso em: 18 set. 2024.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

RAIÇA, Darcy (Org.). **Tecnologias para a Educação Inclusiva.** São Paulo: Avercamp, 2008.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Língua Brasileira de Sinais - Libras

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
5º	I	4	8h	44h	8h	60h	73%

## 2 Ementa

A história da educação dos surdos. A história da educação de surdos no mundo e no Brasil; e língua, identidade e cultura surda. Abordagens educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Legislação para surdos e Libras, e o papel do tradutor intérprete de libras em sala de aula. Linguística da Libras: fonética, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Aprendizagem de Libras. Aprendizado de sinais básicos e específicos da formação: alfabeto manual, números, cumprimentos, calendário, advérbios, família, animais, alimentos, meios de transporte e comunicação, adjetivos e verbos. Uso do corpo e do espaço. Tipo de frases em libras, expressão facial e corporal. Classificadores em libras. Variedades regionais e variantes sociais em libras. Conversação em Libras. Tecnologia Assistiva para a educação de surdos. Aquisição da segunda língua para surdos: letramento e alfabetização em língua portuguesa, leitura e escrita. Formação de professores para a educação de surdos, aspectos históricos, pedagógicos e políticos, teoria e prática no ensino de libras.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 A história da educação dos surdos.</b> 1.1 A história da educação de surdos no mundo e no Brasil; e língua, identidade e cultura surda; 1.2 Abordagens educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo; 1.3 Legislação para surdos e Libras, e o papel do tradutor intérprete de libras em sala de aula; 1.4 Linguística da Libras: fonética, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Aprendizagem de Libras</b> 2.1 Aprendizado de sinais básicos e específicos da formação: alfabeto manual, números, cumprimentos, calendário, advérbios, família, animais, alimentos, meios de transporte e comunicação, adjetivos e verbos; 2.2 Uso do corpo e do espaço; 2.3 Tipo de frases em libras, expressão facial e corporal; 2.4 Classificadores em libras; 2.5 Variedades regionais e variantes sociais em libras;
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Conversação em Libras</b> 3.1 Tecnologia Assistiva para a educação de surdos; 3.2 Aquisição da segunda língua para surdos: letramento e alfabetização em língua portuguesa, leitura e escrita; 3.3 Formação de professores para a educação de surdos, aspectos históricos, pedagógicos e políticos, teoria e prática no ensino de libras.

## 4 Bibliografia

### Básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, Vol. I: Sinais de A a L e vol.II sinais de M a Z.** São Paulo: Edusp, 2001.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 5.ed. São Paulo: Plexus, 2002.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

### Complementar:

ALBRES, Neiva de Aquino. **Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores.** Curitiba: Appris, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta curricular para ensino de português escrito como segunda língua para surdos da educação básica e do ensino superior.** Caderno Introdutório DIPEBS/SEMESP. Brasília, DF: MEC, 2008.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; GIROTO, Claudia Regina Mosca (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. 4. ed. São Paulo: Companhia de bolso. 2010.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
6º	IV	6	-	-	90h	90h	0%

## 2 Ementa

Vivências e experiências no cotidiano escolar do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando a familiarização com o planejamento, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica, articulando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o desempenho das diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente no ambiente escolar. Observação do cotidiano da escola, principalmente nos anos iniciais, planejamentos e desenvolvimentos de atividades de regência nas áreas de conhecimento.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento do plano de estágio</b> 1.1 História da concepção do ensino fundamental dos anos iniciais; 1.4 Elaboração do plano de estágio.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 O estágio</b> 2.1 Observação; 2.2 Elaboração do plano de aula; 2.3 Intervenção; 2.4 Readequação do plano de aula após a intervenção; 2.5 Intervenção com o plano de aula readequado. 2.6 Observação geral do contexto escolar.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Discussões</b> 3.1 Os desafios encontrados durante o estágio; 3.2 Como melhorar as práticas pedagógicas? 3.3 Elaboração e entrega do relatório de estágio.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.  
CUNHA, Maria Isabel da (org). **Formatos avaliativos e concepção de docência**.  
PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**.

### Complementar:

BORGES, Cecília Maria Ferreira. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**.  
SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação**.  
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**.  
PATTUZZO, Y. G.; GONÇALVES, E. S. **As múltiplas linguagens na educação infantil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 08, Vol. 01, pp. 53- 71. Agosto de 2019.  
PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

**Pré-requisito:** Concepções Pedagógicas da Educação Infantil; Didática Geral.

## 1 Identificação

### Gestão do Trabalho Pedagógico

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
6º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico. Natureza do trabalho pedagógico. Concepções que fundamentam a organização do trabalho administrativo-pedagógico. O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão. Os perfis do gestor, do coordenador (agente mediador e articulador na organização do trabalho pedagógico e a função da coordenação pedagógica como um formador do professor na escola), dos técnicos administrativos e dos funcionários. O trabalho coletivo como princípio do processo educativo. A elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) como eixo integrador na escola e projeto de intervenção. O coordenador pedagógico como mediador do projeto pedagógico da escola para todos.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico.</b> 1.1 A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e operacionalização do trabalho pedagógico; 1.2 Natureza do trabalho pedagógico.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Concepções que fundamentam a organização do trabalho administrativo-pedagógico.</b> 2.1 O trabalho pedagógico compartilhado: a relação da equipe técnica com os demais envolvidos no contexto escolar e o processo de gestão. 2.2 Os perfis do gestor, do coordenador (agente mediador e articulador na organização do trabalho pedagógico e a função da coordenação pedagógica como um formador do professor na escola), dos técnicos administrativos e dos funcionários.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Projeto Político Pedagógico</b> 3.1 A elaboração e implementação do projeto pedagógico como eixo integrador na escola e projeto de intervenção; 3.2 Relações de poder no cotidiano da escola e suas implicações para o trabalho pedagógico.

## 4 Bibliografia

### Básica:

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 3. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

### Complementar:

BRASIL. **Fortalecimento do trabalho da equipe escolar**: o coordenador pedagógico e a articulação dos processos de aprendizagem na escola. Brasília: MEC, 2005. (Caderno de teoria e prática II).

MONTEIRO, E. et al. **Coordenador pedagógico**. Função, rotina e prática. Palmeiras, BA: Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, 2012. E-book. (Série Educar em rede). Disponível em:

<http://institutochapada.org.br/todas-aspublicacoes/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

OLIVEIRA, Dalila A. Mudanças na Organização e na Gestão do Trabalho na Escola. In: \_\_\_\_\_.; ROSAR, Maria de Fátima F. **Política e gestão da educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 127-146.

RANGEL, M. (org.). **Supervisão e gestão na escola**: conceitos e práticas de mediação. Campinas, SP: Papirus, 2009. Epub. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2844/pdf/0?code=/E+Obd06SfvVgHPg7Mg3o/SnyamRZP9IwkfxIzud4cPEi/EuwMdbzmtdMMo2CxKUmSJZNKrf+Dta+KxUvvDlBg==>. Acesso em: 28 ago. 2024.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP & A, 2007.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Organização e Gestão da Educação

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
6º	I	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Fundamentos e concepções da organização e gestão escolar. Políticas Públicas e Financiamento da Educação Básica e Superior. Gestão democrática em espaços escolares e não escolares. Introdução à Administração Educacional. Tensões prescritas na legislação e no cotidiano escolar: fluxo de documentação técnico-pedagógica e relações de poder. Autonomia pedagógica e administrativa. Organização do espaço escolar: instâncias representativas de participação democrática e articulações comunitárias.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>Fundamentos e concepções da organização e gestão escolar</b> 1.1 Políticas Públicas e Financiamento da Educação Básica e Superior. 1.2 Gestão democrática em espaços escolares e não escolares; 1.3 Fundamentos da gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas.
<b>UNIDADE II</b>	<b>Princípios da gestão escolar</b> 2.1 Introdução à Administração Educacional. 2.2 Tensões prescritas na legislação e no cotidiano escolar: fluxo de documentação técnico-pedagógica e relações de poder.
<b>UNIDADE III</b>	3.1 Autonomia pedagógica e administrativa; 3.2 Organização do espaço escolar: instâncias representativas de participação democrática e articulações comunitárias.

## 4 Bibliografia

### Básica:

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

### Complementar:

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Bontempo Editorial, 2005.

FONSECA, M., FERREIRA, E., SCAFF, E. **Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local**. Educação em Revista, n. 36. 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/PjbZLbdgxCFmm8RcYPkMPkQ/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago 2024

SILVA, S. R. T. F. **A coordenação pedagógica e a implementação de projetos nas escolas públicas estaduais do ensino médio: intenção e realidade**. 2006.218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
6º	I	4	12h	38h	-	50h	76%

## 2 Ementa

A Amazônia no contexto da nação e do mundo. Teoria dos movimentos sociais. História, formação e trajetória dos movimentos sociais na Amazônia. Sociedade civil e movimentos sociais contemporâneos na Amazônia. Marcos Institucionais e Conceitos da Educação do Campo. Concepções e conceitos de Educação do Campo. Elementos fundamentais nas diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo. Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais das populações do campo Educação do campo: política pública e projeto político pedagógico. O espaço organizacional do campo e da escola do campo. As especificidades da educação do campo na Amazônia: Classes Multisseriadas, Pedagogia da Alternância nas Escolas Famílias Rurais, Ensino Modular, Educação Popular e sindical. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no campo. Formação de educadores dos povos do campo. Educação do Campo como proposta de desenvolvimento sustentável e solidário.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 A Amazônia no contexto da nação e do mundo</b> 1.1 Teoria dos movimentos sociais; 1.2 História, formação e trajetória dos movimentos sociais na Amazônia; 1.3 Sociedade civil e movimentos sociais contemporâneos na Amazônia.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Marcos Institucionais e Conceitos da Educação do Campo</b> 2.1 Concepções e conceitos de Educação do Campo; 2.2 Elementos fundamentais nas diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo; 2.3 Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas, religiosa e culturais das populações do campo; 2.4 Educação do campo: política pública e projeto político pedagógico.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 O espaço organizacional do campo e da escola do campo</b> 3.1 As especificidades da educação do campo na Amazônia: Classes Multisseriadas, Pedagogia da Alternância nas Escolas Famílias Rurais, Ensino Modular, Educação Popular e sindical; 3.2 Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no campo; 3.3 Formação de educadores dos povos do campo; 3.4 Educação do Campo como proposta de desenvolvimento sustentável e solidário.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e mediação**: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos sociais camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 3).

HAGE, S. M. (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda., 2005.

### Complementar:

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Revista Economia Aplicada. v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

FILHO, Armando Alves; JUNIOR, José Alves, NETO, José Maia. **Pontos de História Amazônia**. v. II. Belém: Paka-Tatu, 2000.



FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. Belém, PA: Núcleo Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2007. 543f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido).

KOLLING, E. J.; CERIO-LI, P. R., OSFS; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 4).

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Educação para as Relações Étnico-raciais e Diversidade

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
6º	I	4	12h	38h	-	50h	76%

## 2 Ementa

Negro, Quilombola e Indígena. Conceitos Históricos e Sociais de Negro, Negritude, Raça, Racismo (estrutural, recreativo e cibernético) e Etnia. Conceitos e epistemologias da Cultura Negra e Indígena no Brasil, na Amazônia e Amapá. História do Negro e do Indígena na Educação Brasileira. Representatividade e Identidade do Negro e Indígena na educação básica e superior. Religiosidade Afro-brasileira, Afro-amapaense e Indígena. Igualdade, Equidade e Justiça Social na perspectiva educacional. Diversidade e inclusão no contexto escolar. Educação e Diversidade: um novo conceito de educação. Preconceito, Racismo e Discriminação no ambiente escolar. Tipos de Preconceito: sexual, gênero, religioso, por idade, corporal, dentre outros. Currículo multicultural: reflexões da prática docente na perspectiva inclusiva. Legislação da Educação Inclusiva para a Diversidade e as Relações Étnico-Raciais. Legislação e políticas públicas em educação inclusiva no Brasil. Aspectos educacionais e o currículo na escola para os povos tradicionais, do campo, das águas e das florestas. Lei 10.639/03 – História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Lei 11.645/08 – História e Cultura Indígena. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e Indígena na Educação Básica.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>Negro, Quilombola e Indígena</b> 1.1 Conceitos Históricos e Sociais de Negro, Negritude, Raça, Racismo (estrutural, recreativo e cibernético) e Etnia; 1.2 Conceitos e epistemologias da Cultura Negra e Indígena no Brasil, na Amazônia e Amapá; 1.3 História do Negro e do Indígena na Educação Brasileira; 1.4 Representatividade e Identidade do Negro e Indígena na educação básica e superior 1.5 Religiosidade Afro-brasileira, Afro-amapaense e Indígena; 1.5 Igualdade, Equidade e Justiça Social na perspectiva educacional.
<b>UNIDADE II</b>	<b>Diversidade e inclusão no contexto escolar</b> 2.1 Educação e Diversidade: um novo conceito de educação; 2.2 Preconceito, Racismo e Discriminação no ambiente escolar; 2.3 Tipos de Preconceito: sexual, gênero, religioso, por idade, corporal, dentre outros; 2.4 Currículo multicultural: reflexões da prática docente na perspectiva inclusiva.
<b>UNIDADE III</b>	<b>Legislação da Educação Inclusiva para a Diversidade e as Relações Étnico-Raciais</b> 3.1 Legislação e políticas públicas em educação inclusiva no Brasil; 3.3 Aspectos educacionais e o currículo na escola para os povos tradicionais, do campo, das águas e das florestas; 3.4 Lei 10.639/03 – História e Cultura Afro-brasileira e Africana; 3.5 Lei 11.645/08 – História e Cultura Indígena; 3.6 Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial. 3.7 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. 3.8 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e Indígena na Educação Básica.

## 4 Bibliografia

### Básica:

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas de emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.  
 MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva SA, 2020.

MUNAMA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

**Complementar:**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo:Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena**. Brasília:MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores Indígenas**. Brasília:MEC, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**.São Paulo:Companhia de Letras, 2019.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, Danças Afrodescendentes**: ressignificando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza:Edições UFC, 2009.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Prática de Extensão II

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
6º	III	6	-	-	90h	90h	0%

## 2 Ementa

As Práticas de Extensão deverão ser desenvolvidas por meio de programas e projetos de extensão, como: minicursos, cursos de curta duração, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade, ações sociais e outras modalidades pertinentes que envolvam a comunidade externa ao Ifap. É essencial que no planejamento das Práticas de Extensão sejam observados aspectos como a natureza da atividade de extensão vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso. Na mesma proporção, a ação deverá contribuir para a interação dos acadêmicos com a comunidade, especialmente, nas escolas de educação básica, por meio da formação de estudantes e professores, a fim de viabilizar processos de ensino e de aprendizagem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental no contexto escolar. As atividades de extensão poderão considerar as áreas de inclusão, de atendimento de grupos em vulnerabilidade, dos diferentes setores econômicos e preconizar a formação de arranjos produtivos locais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento</b> 1.4 Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; 1.5 Formalização do projeto no Suap; 1.6 Organização da proposta de atividade de extensão.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Implementação</b> 2.1 Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Conclusão e Análise</b> 3.1 Discussão sobre o planejamento, a implementação e a gestão da prática extensionista; 3.2 Certificação dos participantes externos; 3.3 Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista; 3.4 Encerramento do projeto no Suap.

## 4 Bibliografia

### Básica:

MELLO, C. de M. et al. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro:

Processo, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SOUSA, B. A. de; MEDEIROS, V. M.; MEDEIROS, C. R. de A. (Org.). **Extensão: conexão e diálogo**. João Pessoa: IFPB, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

### Complementar:

**BRASIL**. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.

Ifap. **Regulamentação da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. Resolução 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Políticas de Extensão e Curricularização da Extensão no Ensino Superior Brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/forproex>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Lucília Delgado (Orgs.). **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. (Org.). **Rede rizoma: movimento de extensão do IFPB**. JP: IFPB, 2016.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	IV	6	-	-	90h	90h	0%

## 2 Ementa

Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos, possibilitando a articulação dos saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos, e dos saberes da experiência na formação do professor.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento do plano de estágio</b> 1.1 Elaboração do plano de estágio.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 O estágio</b> 2.1 Observação; 2.2 Elaboração do plano de aula; 2.3 Intervenção; 2.4 Readequação do plano de aula após a intervenção; 2.5 Intervenção com o plano de aula readequado. 2.6 Observação geral do contexto escolar.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Discussões</b> 3.1 Os desafios encontrados na Educação de Jovens e Adultos; 3.2 Como melhorar as práticas pedagógicas? 3.3 Elaboração do relatório de estágio.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire.**

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.**

BRUNEL, Carmem. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos.**

### Complementar:

BRASIL/MEC. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos.**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem.**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Alunas e alunos da EJA.**

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.**

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de adultos: relato de uma experiência construtivista.**

**Pré-requisito:** Didática Geral; Educação de Jovens e Adultos

## 1 Identificação

### Optativa I

#### Educação Ambiental como Proposta Pedagógica

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Educação Ambiental: conceito e princípios básicos desde o ponto de vista ético, conceitual e metodológico e o processo de formação do sujeito ecológico. A Educação Ambiental na escola: currículo escolar; modelos de aprendizagem, conteúdos, estratégias de ensino, assim como os saberes construídos em diferentes espaços e tempos das trajetórias de vida. Atitudes pedagógicas do educador escolar ou não, na abordagem dos conteúdos sobre o ambiente. Escola e cultura. A educação ambiental, como: objeto de pesquisa, proposta curricular, ação sistemática ou assistemática gerada/ promovida sem envolvimento da escola. O profissional docente como prático reflexivo.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	1.1 Educação Ambiental: conceito e princípios básicos desde o ponto de vista ético, conceitual e metodológico e o processo de formação do sujeito ecológico.
<b>UNIDADE II</b>	2.1 A Educação Ambiental na escola: currículo escolar; modelos de aprendizagem, conteúdos, estratégias de ensino, assim como os saberes construídos em diferentes espaços e tempos das trajetórias de vida. 2.2 Atitudes pedagógicas do educador escolar ou não, na abordagem dos conteúdos sobre o ambiente.
<b>UNIDADE III</b>	3.1 Escola e cultura. 3.2 A educação ambiental, como: objeto de pesquisa, proposta curricular, ação sistemática ou assistemática gerada/ promovida sem envolvimento da escola. 3.3 O profissional docente como prático reflexivo.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BRASIL. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999.  
Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em: 17 set. 2024.  
MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.  
REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

### Complementar:

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.  
CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001. BRASIL.  
GUIMARÃES, M.A. **Formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2011.  
LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. **As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n.1, p. 23-40, jan./mar., 2014.  
REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Optativa II

#### Fundamentos Teórico-Metodológicos do Ensino religioso para Educação Infantil e Anos Iniciais

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

História e Legislação do Ensino Religioso (História da Educação); Fundamentos Pedagógicos (Psicologia, Filosofia, Sociologia); Fundamentos da Aprendizagem Religiosa; Conhecimento Religioso e os Conteúdos a partir da BNCC. Metodologias de ensino no Ensino Religioso na Educação Infantil e Anos Iniciais. Elaboração de recursos didáticos acessíveis para o ensino no Ensino Religioso.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	1.1 História e Legislação do Ensino Religioso (História da Educação); 1.2 Fundamentos Pedagógicos (Psicologia, Filosofia, Sociologia);
<b>UNIDADE II</b>	2.1 Fundamentos da Aprendizagem Religiosa; 2.2 Conhecimento Religioso e os Conteúdos a partir da BNCC;
<b>UNIDADE III</b>	3.1 Metodologias de ensino no Ensino Religioso na Educação Infantil e Anos Iniciais; 3.2 Elaboração de recursos didáticos acessíveis para o ensino no Ensino Religioso.

## 4 Bibliografia

### Básica:

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: IBPEX, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço sagrado: estudos em geografia da religião**. Curitiba: IBPEX, 2008.

GILZ, Claudino. **O livro didático na formação do professor de ensino religioso**. Curitiba: IBPEX, 2009.

### Complementar:

JUNQUEIRA, Sérgio; MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob; WASCHOWICZ, Lilian Anna. **Ensino religioso e sua relação pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLENICKI, Marilac Loraine; DALDEGAN, Viviane Mayer. **Encantar: uma prática pedagógica no ensino religioso**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Ednilson Turozi de. **Ensino religioso fundamentos epistemológicos**. Curitiba: IBPEX, 2009.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; SCHLOGL, Emerli. **Alteridade, culturas e tradições: atividades do ensino religioso para o ensino fundamental**. Curitiba: IBPEX, 2009.

**Pré-requisito:** Não há



## 1 Identificação

### Optativa III

### Leitura e Produção Textual

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Conceitos de língua, linguagem e fala. Norma Culta e Variedades linguísticas. Concepções de leitura. Estratégias de leitura. Leitura e produção de sentido. Tipos e gêneros textuais. Argumentação e persuasão. Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, objetividade e adequação. Paráfrase. Escrita e reescrita de texto. Particularidades léxicas e gramaticais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Noções gerais de língua e linguagem</b> 1.1 Conceito, níveis e funções de linguagem; 2.1 Oralidade, escrita e variação linguística; 3.1 Estratégias de leitura e de escrita.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Textualidade</b> 2.1 Paragrafação; 2.2 coesão e coerência textuais; 2.3 compreensão e interpretação de textos; 2.4 Argumentação e persuasão; 2.5 Paráfrase e retextualização; 2.6 Revisão gramatical; 2.7 Reforma ortográfica.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Produção textual</b> 3.1 Técnicas para escrever bem.

## 4 Bibliografia

### Básica:

GUIMARÃES, T. de. **Comunicação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. 211 p. E-book. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178098>  
ILHESCA, D. D. et al. **Comunicação e Expressão**. 1ª. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 204 páginas. ISBN: 9788582125366. E-book. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3838>  
KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. 3ª. ed. São Paulo: contexto, 2010. E-book. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1548>  
**Cadernos de Linguagem e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNB**. ISSN 0104-9712. <https://periodicos.unb.br/index.php/les>

### Complementar:

BECHARA, E. **Gramática Fácil da Língua Portuguesa**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2021. E-book. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209730>  
GARDELLI, M. S. **Português Instrumental**: Como escrever adequadamente um texto na variante culta da língua. 1ª. ed. Rio de Janeiro. Editora: Freitas Bastos, 2023.  
E-book: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/212457>  
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016. 242 p.  
E-book: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35566>  
KÖCHE, V. S. **Leitura e Produção Textual**. 6ª.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.  
E-book: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149519>

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Optativa IV

#### Introdução ao pensamento matemático

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	II	4	16h	44h	-	60h	73%

## 2 Ementa

Noções Álgebra. Noções de Estatística, Noções de Geometria e Proporcionalidade na perspectiva de compreender e problematizar situações que possibilitem a discussão dos mesmos nos cenários de atuação da(o) futura(o) pedagoga(o) em uma perspectiva crítica.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Álgebra</b> 1.1 Elementos de Álgebra nos Anos Iniciais; 1.2 Proporcionalidade: discussão e construção de atividades que envolvam a problematização de situações de proporcionalidade e de não proporcionalidade.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Estatística</b> 2.1 Estatística na formação de professores que ensinam matemática; 2.2 Conceitos Estatísticos presentes nos Anos Iniciais: Estatística Descritiva, Medidas de Tendência Central e Representações imagéticas de dados.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3. Geometria</b> 3.1 Pensamento geométrico: características e discussões a respeito da sua manifestação nos Anos Iniciais.

## 4 Bibliografia

### Básica:

BORBA, Rute; GUIMARÃES, Gilda (Orgs.) **Pesquisa e atividades para o aprendizado matemático na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental**. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2015. Disponível em:

<http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/publicacoes/colecao-sbem>. Acesso em 28 agosto 2024.

CARNEIRO, R.F.; SOUZA, A.C.; BERTINI, L.F. **A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: práticas de sala de aula e de formação de professores**. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2018. Disponível em: <http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/publicacoes/colecao-sbem>. Acesso em 28 agosto 2024.

NACARATO, Adair Mendes; CUSTÓDIO, Iris Aparecida (Org.). **O Desenvolvimento do pensamento algébrico na educação básica: compartilhando propostas de sala de aula com o professor que ensina (ensinará) Matemática**. Brasília: Sociedade Brasileira de Educação, 2018. Disponível em: <http://www.sbembrasil.org.br/sbembrasil/index.php/publicacoes/colecao-sbem>. 28 agosto 2024.

**REVISTA PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. Campo Mourão, PR: Universidade estadual do Paraná, 2012-. ISSN 2238-5800 versão online. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/rpem>. Acesso em: 28 agosto 2024.

### Complementar:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ministério da Educação: Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.observatorioodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Documento-Final.pdf>. Acesso em: 28 agosto 2024.

FAVERO, D; MANRIQUE, A.L. A abordagem do pensamento algébrico da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos anos iniciais do ensino fundamental. **REVEMAT**: Revista Eletrônica de Matemática, v. 16, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1981-1322.2021.e75727> Acesso em: 28 agosto 2024.

LOPES, C.E. A educação estocástica na infância. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, p. 160-174, 2012. DOI: 10.14244/19827199396. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/396>. Acesso em: 28 agosto 2024.

PASSOS, C. L.B.; NACARATO, A.M. Trajetória e perspectivas para o ensino de Matemática nos anos iniciais. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 119-135, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142018.3294.0010>. Acesso em: 28 agosto 2024.

SAMÁ, S.; SILVA, R. C. S. Probabilidade e Estatística nos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir da Base Nacional Comum Curricular. **ZETETIKÉ**. Revista de Educação Matemática, v. 28, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/zet.v28i0.8656990>. Acesso em: 28 agosto 2024.

**BOLEMA - BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. Rio Claro, SP: UNESP, 1985- . ISSN 1980-4415 versão online. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema>. Acesso em: 28 agosto 2024.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Trabalho de Conclusão de Curso I

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	II	6	24h	40h	36h	100h	40%

## 2 Ementa

Iniciação à Pesquisa Científica e organização de texto científico (normas da ABNT). Pesquisa em Educação – aspectos gerais e específicos. Objeto de pesquisa - questões teórico metodológicas. Análise e elaboração de projetos de pesquisa - identificação estrutural. Elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa. Qualificação do pré-projeto de pesquisa.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Definição do problema de pesquisa</b> 1.1 Escolha em conjunto (acadêmico e orientador) do tema a ser pesquisado; 1.2 Realizando o levantamento das referências sobre o tema a ser pesquisado.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Elaboração de projeto</b> 2.1 Definição de teoria e suas relações, bem como as hipóteses; 2.2 Noções de técnicas quantitativas e qualitativas; 2.3 Estrutura de um projeto de pesquisa.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Impactos esperados pelo projeto</b> 3.1 Resultados esperados. 3.2 Propostas de divulgação dos resultados da pesquisa; 3.3 Qualificação do pré-projeto.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo.

**Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica.**

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica.** Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa.** Cachoeirinha/RS: Editora Fi, 2024. v. 2.

### Complementar:

POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ODILIA, F. Fundamentos de metodologia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERVO, A. L. Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Education –Br, 2007.

YIN, T. Estudo de caso: planejamento e método. 3 ed. Ed. Bookman. Porto Alegre. 2005.

**Pré-requisito:** Metodologia Científica

## 1 Identificação

### Prática de Extensão III

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
7º	III	6	-	-	90h	90h	0%

## 2 Ementa

As Práticas de Extensão deverão ser desenvolvidas por meio de programas e projetos de extensão, como: minicursos, cursos de curta duração, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade, ações sociais e outras modalidades pertinentes que envolvam a comunidade externa ao Ifap. É essencial que no planejamento das Práticas de Extensão sejam observados aspectos como a natureza da atividade de extensão vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso. Na mesma proporção, a ação deverá contribuir para a interação dos acadêmicos com a comunidade, especialmente, nas escolas de educação básica, por meio da formação de estudantes e professores, a fim de viabilizar processos de ensino e de aprendizagem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental no contexto escolar. As atividades de extensão poderão considerar as áreas de inclusão, de atendimento de grupos em vulnerabilidade, dos diferentes setores econômicos e preconizar a formação de arranjos produtivos locais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento</b> 1.7 Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; 1.8 Formalização do projeto no Suap; 1.9 Organização da proposta de atividade de extensão.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Implementação</b> 2.1 Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Conclusão e Análise</b> 3.1 Discussão sobre o planejamento, a implementação e a gestão da prática extensionista; 3.2 Certificação dos participantes externos; 3.3 Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista; 3.4 Encerramento do projeto no Suap.

## 4 Bibliografia

### Básica:

MELLO, C. de M. et al. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SOUSA, B. A. de; MEDEIROS, V. M.; MEDEIROS, C. R. de A. (Org.). **Extensão: conexão e diálogo**. João Pessoa: IFPB, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

### Complementar:

**BRASIL**. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.

Ifap. **Regulamentação da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. Resolução 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Políticas de Extensão e Curricularização da Extensão no Ensino Superior Brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/forproex>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Lucília Delgado (Orgs.). **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. (Org.). **Rede rizoma: movimento de extensão do IFPB**. JP: IFPB, 2016.

**Pré-requisito:** Não há

## 1 Identificação

### Estágio Supervisionado V: Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
8º	IV	4	-	-	60h	60h	0%

## 2 Ementa

Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. Estágio Curricular Supervisionado em gestão escolar.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento do plano de estágio</b> 1.1 Elaboração do plano de estágio.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 O estágio</b> 2.1 Estudo do PPP da escola; 2.2 Diagnóstico do PPP da escola; 2.3 Proposta proposta de intervenção, por meio de relatório.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Discussões</b> 3.1 As fragilidades e as potencialidades do PPP das escolas; 3.2 Elaboração e entrega do relatório de estágio.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.**  
FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão Democrática:** atuais tendências, novos desafios.  
OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional:** novos olhares, novas abordagens.

### Complementar:

ALVES, Nilda. **Educação e supervisão:** o trabalho coletivo na escola.  
FORTUNA, Maria Lúcia A. **Gestão Escolar e subjetividade.**  
LIBÃNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar:** teoria e prática.  
OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação:** desafios contemporâneos.  
SENGER, Peter M. **A quinta disciplina:** arte e prática da organização que aprende.

**Pré-requisito:** Gestão do Trabalho Pedagógico; Organização e Gestão da Educação.



## 1 Identificação

### Trabalho de Conclusão de Curso II

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
8º	II	8	24h	48h	48h	120h	40%

## 2 Ementa

Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Projeto de Pesquisa em Educação. Entrega final do TCC. Pré-banca.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	1 Continuidade do TCC; 1.1 Evolução do pré-projeto para o trabalho final e defesa deste; 1.2 Execução da pesquisa; 1.3 Análise dos resultados; 1.4 Impactos do trabalho para a comunidade científica; 1.5 Conclusão do Trabalho.
<b>UNIDADE II</b>	2 Defesa do TCC; 2.1 Entrega do TCC para avaliação dos membros da banca; 2.2; Defesa do trabalho em banca examinadora.
<b>UNIDADE III</b>	3 Conclusão do TCC; 3.1 Correção do TCC, conforme orientações da banca; 3.2 Depósito do TCC no Repositório Institucional; 3.3 Registro da nota no Suap.

## 4 Bibliografia

### Básica:

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo.

### Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa**. Cachoeirinha/RS: Editora Fi, 2024. v. 2.

### Complementar:

POPPER, K. R. A lógica da pesquisa científica. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

BECKER, F. Educação e Construção do Conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ODILIA, F. Fundamentos de metodologia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERVO, A. L. Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Pearson Education –Br, 2007.

YIN, T. Estudo de caso: planejamento e método. 3 ed. Ed. Bookman. Porto Alegre. 2005.

**Pré-requisito:** Trabalho de Conclusão de Curso I



## 1 Identificação

### Prática de Extensão IV

Período	Núcleo	Créditos do CC	CH Teórica		CH Prática (presencial)	CH total do CC	% da CH total do CC a distância
			presencial	a distância			
8º	III	5	-	-	80h	80h	0%

## 2 Ementa

As Práticas de Extensão deverão ser desenvolvidas por meio de programas e projetos de extensão, como: minicursos, cursos de curta duração, oficinas, eventos, prestação de serviços à comunidade, ações sociais e outras modalidades pertinentes que envolvam a comunidade externa ao Ifap. É essencial que no planejamento das Práticas de Extensão sejam observados aspectos como a natureza da atividade de extensão vinculada aos componentes curriculares desde o início do curso. Na mesma proporção, a ação deverá contribuir para a interação dos acadêmicos com a comunidade, especialmente, nas escolas de educação básica, por meio da formação de estudantes e professores, a fim de viabilizar processos de ensino e de aprendizagem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental no contexto escolar. As atividades de extensão poderão considerar as áreas de inclusão, de atendimento de grupos em vulnerabilidade, dos diferentes setores econômicos e preconizar a formação de arranjos produtivos locais.

## 3 Bases Científica e Tecnológica

<b>UNIDADE I</b>	<b>1 Planejamento</b> 1.1 Elaboração do projeto de extensão ou adesão a programa de extensão; 1.2 Formalização do projeto no Suap; 1.3 Organização da proposta de atividade de extensão.
<b>UNIDADE II</b>	<b>2 Implementação</b> 2.1 Execução e gestão da atividade de extensão junto com a comunidade externa.
<b>UNIDADE III</b>	<b>3 Conclusão e Análise</b> 3.1 Discussão sobre o planejamento, a implementação e a gestão da prática extensionista; 3.2 Certificação dos participantes externos; 3.3 Elaboração de relatório sobre a execução da prática extensionista; 3.4 Encerramento do projeto no Suap.

## 4 Bibliografia

### Básica:

MELLO, C. de M. et al. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022.  
SOUSA, B. A. de; MEDEIROS, V. M.; MEDEIROS, C. R. de A. (Org.). **Extensão: conexão e diálogo**. João Pessoa: IFPB, 2016.  
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

### Complementar:

**BRASIL**. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.  
Ifap. **Regulamentação da Curricularização da Extensão nos cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá**. Resolução 93/2024 - CONSUP/RE/IFAP.  
FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). **Políticas de Extensão e Curricularização da Extensão no Ensino Superior Brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/forproex>. Acesso em: 27 ago. 2024.  
SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Lucília Delgado (Orgs.). **A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.  
SOUSA, B. A.; MEDEIROS, V. M. (Org.). **Rede rizoma: movimento de extensão do IFPB**. JP: IFPB, 2016.

**Pré-requisito:** Não há

#### 41. APÊNDICE B – ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Tabela 16 – Atividades Complementares

Descrição da atividade	CH mínima por certificado ou declaração	Limite máximo	Documento comprobatório
Videoconferências	2	20	Certificado
Projetos de Ensino	10	50	Certificado
Projetos de Pesquisa	10	50	Certificado
Projetos de Extensão	10	50	Certificado
Eventos técnicos científicos	10	50	Certificado
Oferta de monitorias	10	50	Certificado
Conclusão de cursos na área de Educação	10	50	Certificado
Trabalhos publicados em revistas indexadas	30	60	Certificado
Trabalhos publicados em revistas não indexadas	20	60	Comprovante de publicação
Apresentação oral de trabalhos em eventos Científicos	15	60	Certificado
Apresentação em formato pôster de trabalhos em eventos científicos	10	50	Certificado
Aprovação em concurso público na área da educação durante a vigência do curso	20	60	Publicação no DOU
Premiação em evento científico	20	60	Certificado
Frequência no Polo quando da visita do tutor à distância e/ou professor formador	4	60	Declaração do tutor
Eventos e/ou Atividades culturais	4	40	Certificado
Estágio não obrigatório em instituição de ensino	60	60	Declaração assinada pelo coordenador pedagógico

Fonte: Elaborado pela Comissão

# Documento Digitalizado Restrito

## PPC de Pedagogia EaD - Reformulado

**Assunto:** PPC de Pedagogia EaD - Reformulado  
**Assinado por:** Gilmar Martins  
**Tipo do Documento:** ANEXO  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Restrito  
**Hipótese Legal:** Documento Preparatório (Art. 7o, § 3o, da Lei no 12.527/2011)  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Gilmar Vieira Martins, COORDENACAO DE GRADUACAO-PROEN - FG0001 - COGRAD-PROEN**, em 19/09/2024 11:08:34.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 113211  
**Código de Autenticação:** a70e8b77fa

